

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas	ANO XV	Nº 110	p. 89 – 180	abril/junho/83
----------	--------	--------	-------------	----------------

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO  
DA FAU - PUCG

# **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

## **GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

## **MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Dr. Heitor Regina

## **VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

## **VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

## **INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ersio Lensi

## **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Profa. Maria Helena Degani Rocha

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Departamento de História da Pontifícia  
Universidade Católica de Campinas

---

ANO XV – Nº 110

ISSN 0101-4919

ABRIL/JUNHO/1983

---

## PREFÁCIO A UM LIVRO SOBRE APARECIDA

Odilon Nogueira de Matos

Em 1972 tive o privilégio de contar com o Cônego João Corrêa Machado entre os meus companheiros de trabalho na antiga Faculdade de Música de nossa Universidade Católica, o que me propiciava o prazer de, pelo menos uma vez por semana, desfrutar de sua convivência e, sobretudo, de sua conversa amável, franca e culta de homem sempre voltado para Deus e para as coisas do espírito e da cultura em geral. Sabendo-me professor de História, não demorou o ilustre sacerdote em comentar comigo o imenso trabalho de pesquisa que vinha realizando em torno do fascinante tema, objeto do livro que ora é entregue à apreciação do público leitor: Aparecida na história e na literatura. A primeira impressão que tive foi a de que se tratava de simples artigo a ser publicado na imprensa local ou, quando muito, em alguma revista dedicada a assuntos religiosos ou históricos. Aos poucos fui sendo posto a par da mole que seu trabalho representava, a ponto de ocupar o volume que hoje o leitor tem em mãos, totalizando mais de quatrocentas páginas e, como ele próprio me confessou, mais tempo tivesse, mais ainda teria escrito. Seria bom, é evidente, mas não necessário à compreensão da excelência do tema.

Por aquela época andava preparando o Primeiro Congresso de História de São Paulo, que, efetivamente, realizou-se em julho daquele mesmo ano de 1972, sob os auspícios da nossa Universidade. A idéia vinha de alguns anos. Não me conformava com o fato de São Paulo ser talvez o único estado da Federação que ainda não havia promovido congressos visando ao estudo de sua própria história. Órgulho-me de ter tido a iniciativa e mais feliz ainda fiquei ao poder dar a Campinas e particularmente à nossa Universidade Católica a prioridade da realização.

O temário sugerido para o Congresso era o mais amplo possível, comportando as mais diversas áreas da pesquisa histórica. Fui criticado por isto, pois a tendência moderna é realizar congressos com tema definido, para evitar a dispersão de trabalhos e dar a eles certa unidade temática e cultural. Defendi-me afirmando que, em se tratando do Primeiro Congresso, não me parecia ainda conveniente um tema específico, pois meu interesse era, mais do que qualquer outra coisa, apelar aos cultores do passado paulista para que saíssem a campo a fim de demonstrar as condições da pesquisa e da investigação histórica, não apenas numa, mas em todas as áreas que pudessem interessar a um estudioso da história de nosso Estado.

Aqui é onde entra o Cônego Machado. Uma das seções do temário referia-se à história religiosa, tomada esta no seu mais amplo sentido. Percebi que seu trabalho poderia fornecer ao excelente amigo e colega o destaque de algum tópico para figurar no Congresso. Tive a ventura de vê-lo atender ao meu convite, e assim foi o certame honrado com o seu trabalho “Aparecida nos fastos da independência”, o qual, revisto e naturalmente completado, veio a constituir um dos capítulos do presente livro.

O assunto — história religiosa — sempre me interessou e, muitas vezes, levei meus alunos a cuidar dele, não só com relação aos aspectos religiosos propriamente dito, mas, especialmente, nas suas implicações culturais. Afinal, não constituem nossas instituições religiosas um dos mais ricos acervos documentais de que pode dispor o pesquisador em nosso país? Lembre-se, a propósito, que os especialistas em história demográfica ( Maria Luiza Marcílio, Maria Bárbara Levy, entre outros ) têm encontrado nos arquivos paroquiais a fonte mais importante de seus valiosos estudos.

O campo do Cônego Machado é outro, mas não menos importante. Os centros de peregrinação religiosa — no Brasil e no mundo — bem como as respectivas devoções que os motivaram, apenas agora começam a ser estudados. Há alguns anos, ilustre professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo apresentou alentada tese de doutoramento constituída de belíssimo estudo histórico e

geográfico dos vários centros de devoção dedicados ao Bom Jesus, em São Paulo: Iguape, Pirapora e Perdões. Integrando a comissão julgadora dessa tese, mostrei-me extasiado com a pesquisa realizada pela autora e indaguei, confessando minha ignorância da moderna bibliografia geográfica, se os grandes centros de peregrinação religiosa da Europa — Lourdes, Fátima, Lisieux, Loreto, Mariazell — haviam já merecido estudo tão aprofundado como aquele que a professora paulista vinha de fazer sobre os nossos três Bom Jesus. Ouvi, contente, de um dos companheiros de banca, mais atualizado que eu, que nada, absolutamente nada existia com relação aos centros citados, nos moldes do trabalho que nos era dado a apreciar.

Evoco esta ocorrência para lembrar que o mesmo poderia indagar, embora numa área pouco diferente, do presente trabalho do Cônego Machado. E tenho certeza de que a resposta também seria pela negativa. “Aparecida na história e na literatura” é trabalho único no gênero, na bibliografia histórico-religiosa de nosso país. O autor, de maneira muito sábia, quis evitar os aspectos puramente devocionais que seu trabalho comportaria ( não que sejam desvaliosos, mas porque sobre eles muito já se tem escrito ) para ater-se aos elementos históricos e literários, elaborados à vista de exaustiva pesquisa, o que dá ao seu livro o necessário embasamento científico que os aspectos apenas devocionais não comportariam.

É claro que, apesar do alentado volume que produziu, a pesquisa do nosso querido Cônego Machado não esgotou o assunto: faltam, por exemplo, a arte e a música, lacunas que, um dia, o próprio autor ou algum outro pesquisador poderá preencher. Mas o que nele existe basta, como de início salientei, para conscientizar o leitor da magnitude do tema.

A origem de Aparecida prende-se ao culto de uma estatueta representativa de Maria, a Mãe de Jesus, que surgiu maravilhosamente das águas do rio Paraíba em partes separadas ( corpo e cabeça ), colhidas à rede em dois lances seguidos e em pontos distantes. Foi cognominada “Aparecida”, isto é, aquela que apareceu. Autores do passado especialmente viajantes estrangeiros, ( Saint-Hilaire, Spix, Martius, Zaluar ) a ela se referem, registrando já o caráter de centro de peregrinação de que se revestia o povoado. Debret e Tomás Ender, pintores famosos que viajaram pelo Brasil, deixaram documentos pictóricos valiosos. O próprio Príncipe Regente, depois nosso primeiro Imperador, visitou Aparecida na sua famosa e gloriosa jornada da Independência.

O caso de Aparecida, inegavelmente um dos maiores centros religiosos do mundo, impõe-se ao respeito de todos sem distinção de credos. O próprio governo, por imperativos cívicos, dispensa-lhe atenções especiais. Por tudo quanto a pequena cidade do vale do Paraíba representa para o país, fazia-se mister coligir e concatenar a sementeira florida nos campos da história e da literatura, expondo e discernindo a verdade das

lendas e narrativas. É o serviço que vem de prestar às nossas letras o Cônego João Corrêa Machado, nesta obra que reúne tantas preciosidades históricas, além de uma coletânea de poesias e excertos literários. Seu trabalho foi imenso. Pesquisou fontes não suficientemente aproveitadas até o presente e que encerram, certamente, outras riquezas a serem ainda descobertas. Conseguiu manuscritos inéditos dos arquivos eclesiásticos, além de demorada pesquisa nas fontes secundárias: livros, jornais, revistas, folhetos, enfim tudo que lhe pudesse fornecer pistas para o esclarecimento de pontos outrora obscuros de seu trabalho. Enfim, doravante os interessados pela temática de Aparecida encontrarão inestimável manancial no livro do ilustre sacerdote Cônego João Corrêa Machado, figura expressiva da Igreja em Campinas, onde é carinhosamente conhecido por Padre Machadinho.

\*

## CENTENÁRIO DE PLÍNIO BARRETO

Mário Pires

( Conferência proferida na Academia  
Campinense de Letras em 13 de setembro de  
1982. )

Ocorreu no dia 20 de junho de 1982, o centenário de nascimento de Plínio Barreto, campinense dos mais conspícuos e patrono da Cadeira nº 31, que, com muita honra, ocupa nesta casa. Destacou-se em múltiplos terrenos, não só na imprensa militante, mas igualmente como brilhante advogado e jurista, político e escritor erudito e elegante. Em “O Estado de São Paulo” desempenhou todas as funções, desde a de revisor até a de diretor, numa atividade de 34 anos, publicando crítica literária, crônicas, artigos, editoriais e colaborando também em outros órgãos de São Paulo e Rio de Janeiro. Advogado e jurista, foi presidente da Ordem dos Advogados em São Paulo e devotou-se a causas públicas e sociais. Eleito deputado federal pela UDN, integrou a Comissão de Constituição e Justiça, colaborando na redação da Carta de 1946 e no aprimoramento da justiça trabalhista.

A extensa biografia de nosso homenageado, enfocando quase todos os traços, de autoria do acadêmico Leonardo Arroyo, me foi cedida, em fotocópia, pelo jornalista José Maria Homem de Montes, que também — a meu pedido — presenteou-me com a foto do ex-diretor d’“O Estado”, que entreguei a esta Academia, para a Galeria dos Patronos. Por sinal, que já é hora desses retratos terem o seu destino certo: as paredes desta augusta Casa de Letras.

Eu disse, a respeito da biografia escrita por aquele acadêmico, ter ele focado “quase todos os traços do biografado”, porque poderia ter feito maior digressão sobre uma das mais expressivas qualidades de Plínio Barreto, o de sensível cultor do “humour” anatoleano.

Nascido em Campinas, em 20 de junho de 1882, era filho de José Moraes Barreto e dona Vicência Augusta Barreto, sendo descendente direto do fundador da cidade, Barreto Leme e parente do bispo D. Barreto e de nosso ilustre confrade e amigo, acadêmico Theodoro de Souza Campos Júnior, que nos prestou estas últimas informações.

Aqui, Plínio Barreto fez somente o curso primário, com ligeira passagem pelo Seminário Episcopal, indo em seguida para Minas, onde estudou no Colégio São Paulo ( o biógrafo não cita a cidade ). Formou-se advogado pela Faculdade paulistana, em 1902, mas já aos 14 anos de

idade, empregou-se n'“O Estado” como revisor. Rapidamente, passou para a redação, partilhando o serviço de reportagem com os irmãos João e Antero Bloem.

Dele diz o escritor Péricles da Silva Pinheiro<sup>1</sup>:

“Na juventude foi poeta, produzindo versos que jamais publicaria e que em grande recato jamais permitiria fossem divulgados, por espelharem, em sua fatura, um instante de alegria íntima e de verdadeira emoção poética em sua vida sentimental.

Vindo de origem modesta, sem bens de fortuna, compenetra-se desde cedo que se o tempo é de boêmia, em particular nos meios literários e jornalísticos, o pão de cada dia é maná que cai por milagre do céu. Há necessidade de ganhá-lo com o suor, talvez com menos poesia e mais trabalho.

A euforia lírica não constitui em sua vida mais do que um simples momento de exaltação. Teve, por isso, não obstante a beleza do gesto — prossegue o escritor citado — a duração momentânea da rosa de Malherbe.”

O recato, a modéstia, a discrição, o horror à publicidade o acompanhariam toda a vida. Acompanhemos as palavras de Leonardo Arroyo, em sua biografia de Plínio<sup>2</sup>:

“O jornalismo militante, por sua face mais viva, coloca-o em contato pessoal e direto com juizes e atividades forenses, resultando desse íntimo convívio um trabalho de triagem dos principais julgamentos havidos no Tribunal de Justiça, que são reproduzidos em edições quase sucessivas de “O Estado de São Paulo”, na seção que aí mantém sob o título de “Crônicas Forenses”. Mais tarde, a instâncias de colegas, as enfeixa em livros, assinalando com injusta humildade, que pela forma, que é sua, nada valem, mas pelo fundo, que é de juizes ilustres, valem muito.

A leitura de seus trabalhos forenses é uma lição permanente de cultura jurídica. Noé Azevedo, mestre de direito e grande advogado, em sua larga intimidade com o companheiro e colega, coloca em poucas palavras, em termos quase verdadeiros, a questão da linguagem técnica de Plínio Barreto: não usa adjetivos e expõe com a máxima clareza e simplicidade seus casos perante os juizes, com a preocupação única de ser fiel.

Plínio Barreto não comercializa a advocacia, por ver nela um sacerdócio, de que não se aproveita, mas a que se devota. Não tira, em sua banca, mais que o necessário a uma vida honesta e digna. Rubens do Amaral, procurado por um grupo de professores secundários desejosos de

(1) Suplemento do Centenário d'“O Estado de São Paulo” — 26-7-1975 — Nº — 3 Péricles da Silva Pinheiro.

(2) Leonardo Arroyo — Biografia de Plínio Barreto — por gentileza do jornalista José Homem de Montes.

mover uma ação contra o Estado, indica-lhes Plínio Barreto. O advogado aceita o patrocínio, ganha-a, mas não quer um centavo como retribuição de seus serviços.

— Não posso receber nada — afirma quando o procuram para pagá-lo — pois vocês são professores, não sendo impossível que se recorde nesse momento das palavras generosas de nosso velho monarca, de que gostaria, se não fosse coroado, de ser mestre, pela simples ufanía de poder moldar na criança as gerações do futuro.”

Por mais de 30 anos, gratuitamente, dedica sem interrupção grande parte de seu tempo de trabalho no estudo e solução dos problemas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, defendendo seu patrimônio imenso, constituído, no correr de quase 4 séculos, pela generosidade dos paulistas, bem como com a mesma disposição de bem servir, empresta por 40 anos inestimáveis esforços ao Liceu de Artes e Ofícios.

Plínio Barreto, como se poderia supor pela pequena mostra de sua copiosa correspondência passiva, não fez, no sentido de convivência, vida literária, que constituía uma quase necessidade nesse tempo. Em parte por sua timidez, em parte pelo hábito de recolher-se cedo. Prefere o convívio de livros e autores, no silêncio de sua biblioteca. Não participa de congressos, de movimentos de escritores. Um dia afirmou: “Quanto maior é a admiração que uma obra literária me causa, maior é o empenho que tenho em não me aproximar do artista que a traçou.”

Adquire o hábito, de que nunca se afasta, a não ser em caso extremo de necessidade pública, de recolher-se com o crepúsculo, para levantar-se de madrugada, para o estudo, à semelhança de Rui. Às 4 horas da madrugada, na velha e alta casa em que mora, desce para as salas recheadas de livros de sua funcional biblioteca, onde permanece até às seis, lendo, tomando notas e refletindo sobre as tarefas do dia. Dirige-se depois para o clube, para a ginástica e os esportes, onde tudo se permite conversar e discutir, menos política e profissão.

Jornalista por vocação e formação, Plínio tem na imprensa “um instrumento independente e essencialmente livre, no gozo perfeito de suas mais legítimas prerrogativas de crítica e de ação em face dos poderes constituídos e dos interesses da comunidade a que serve.”

Quando no Rio, como deputado federal, envia para “O Estado” sua colaboração domingueira, com os brilhantes artigos de “Bilhetes Avulsos”. Nessa época é eleito, por aclamação, membro da Academia Paulista de Letras, para ocupar a Cadeira nº 21, na vaga aberta com a morte de Freitas Vale. Não chega a tomar posse, pois a morte o surpreende pouco depois. Ele não estava mesmo fadado à imortalidade acadêmica, pois, 29 anos antes, rejeitava convite para ingresso na entidade.

Um dos grandes apreciadores da vida e da obra de Plínio Barreto, é o ilustre intelectual de Piracicaba, Flávio de Toledo Piza, assíduo colaborador do veterano e brilhante “Jornal de Piracicaba” e cuja amizade muito me honra há anos. Escrevendo-lhe há pouco tempo, solicitando-lhe mais dados sobre meu Patrono, respondeu-me, em carta de 9 de maio p.p.:

“Acompanhei, durante muitos anos, as suas crônicas da “Vida Forense”, no “Estadão”. Uma de suas crônicas serviu para a tese defendida por Sud Mennucci, em seu livro “Humour”. (O amigo refere-se à interessante crônica “Suicídio por Felicidade”).

“Muito conhecido se tornou um fato desagradável. Ao ser ele nomeado Interventor em São Paulo, não faltou quem se apressasse em trazer à memória dos paulistas o seu artigo de 1918, “Heróis ? Não !”, sobre os personagens do Forte de Copacabana, em que os heróis são dados como “dois cataclismos de farda”.

Sempre admirei muito o que Plínio Barreto escrevia, pois, muitas vezes, mesmo sob o ângulo jurídico apareciam páginas do mais legítimo “humour”, ao lado de estudos interessantes como “O Processo de Jesus”. Seja qual for a faceta mais atraente para v., uma coisa é certa: existe um filão muito rico que pode ser esmiuçado, no campo do seu estilo e do “humour” legítimo, de que, só no Brasil, temos dois casos muito expressivos: Machado e Léo Vaz.”

Diz Raimundo de Meneses, em seu Dicionário Literário<sup>3</sup>, que “Plínio Barreto, na primeira fase da vida de jornalista, privou com Euclides da Cunha, que o considerava o melhor revisor de seus trabalhos. Foi um dos fundadores do “Diário da Noite”, de São Paulo e colaborou na “Revista do Brasil” e na “Revista dos Tribunais”, de que foi um dos idealizadores. Fundou, também, a edição vespertina d’“O Estado”. Foi Secretário da Justiça no governo organizado em 1930.”

Há um episódio político, na vida de Plínio Barreto, que não pode ser esquecido, pela demonstração do caráter firme de nosso homenageado.

É a melancólica novela de sua escolha, em 1931, por Getúlio Vargas, para Interventor em São Paulo. Primeiro, foi a imediata e violenta reação do irmão de um dos “18 do Forte”, contra a escolha, lembrando o já citado artigo de Plínio, “Heróis ? Não !” O indignado opositor chegou a ameaçar de morte o grande jornalista, caso tomasse posse do cargo. Depois, a enérgica reação de Miguel Costa, então Secretário da Segurança, do Estado, ameaçando, também, combater Plínio, se se efetivasse sua nomeação. Por último, as patranhas de Getúlio e, principalmente, de

(3) Dicionário Literário Brasileiro — Raimundo de Meneses — 2ª edição — 1978.

Oswaldo Aranha que, jurando amizade e fidelidade ao escritor, conjurava contra o fiel amigo. Plínio, posto a par, finalmente, das traições, escreve ao ministro, rejeitando irrevogavelmente o posto, afirmando, entre outras coisas:

“O apoio material do governo da República para manter-me, iria abrir em São Paulo uma guerra civil. Se ela for inevitável, outros que lhe assumam a responsabilidade; eu, nunca ! Não concorreria, em hipótese alguma, para a conflagração do meu Estado. Sou capaz de todas as renúncias para poupar uma gota de sangue dos meus irmãos.”

Era assim o nosso Plínio Barreto, digno dos ancestrais bandeirantes, mas pleno de brasilidade, como podemos constatar por este artigo, de sua seção em “O Estado” ( “Bilhetes Avulsos” ) sob o título “Prédica de alto civismo”: “De alto civismo foi o discurso que, na qualidade de patrono da turma de engenheiros da Universidade Católica do Rio de Janeiro, pronunciou o Sr. Otavio Marcondes Ferraz, ministro da Viação do presidente Café Filho, na solenidade de encerramento do curso. Otavio Marcondes é um desses brasileiros que nunca deixam de pensar na Pátria; o Brasil está sempre na primeira plana das suas cogitações.” E, traçando um quadro tão comum nos dias de hoje, prossegue Plínio: “O seu amor à terra natal ainda mais se exacerbou diante do quadro de imoralidades que nos envergonha. Tudo anda errado. A justiça é incerta, enquanto o crime continua certo. Desmandos de toda a ordem, notadamente no capítulo dos dinheiros públicos, se apontam, dia a dia, aqui e ali. Depois de pronunciado seu discurso, tivemos em São Paulo a divulgação do relatório de vereadores sobre os escândalos pecuniários de que foi teatro a Câmara Municipal de São Paulo, com a responsabilidade do presidente da casa.”

Em 1971, visitando o ilustre amigo escritor Flávio de Toledo Piza, entregou-me este vários recortes d’ “O Estado”, com artigos de Plínio Barreto, inclusive o livro de Sud Mennucci, “Humour”, em que o grande educador alinha o jornalista entre os melhores cultores do humor no Brasil, reproduzindo o artigo “Suicídio por Felicidade”. Este artigo foi transcrito por Flávio Piza, na edição do “Jornal de Piracicaba”, de 25 de abril de 1971, sob o título “Um grande escritor pouco lembrado” e a página reproduz ainda mais dois trabalhos de Plínio, sob os títulos ( atuais ) de “Qual o sexo forte ? e “Em torno da nudez”.

Plínio Barreto foi um dos muitos intelectuais injustiçados em nosso país e sua obra, de reconhecido valor, jaze esquecida. A propósito, lembro as amargas, mas justas palavras do acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, há muitos anos presidente da Associação Brasileira de Imprensa, em recente depoimento ao escritor Luiz Carlos Lisboa: “No Brasil é assim: morre-se num dia e no outro já se está esquecido e abandonado pela maioria dos antigos admiradores.”

Meu patrono nesta Casa escrevia sempre com conhecimento de causa, com graça, leveza e ironia. A página satírica sobre a bem-aventurança dos reclusos da Penitenciária do Estado, é um primor literário e teve endereço certo. Por feliz coincidência, recebi do ilustre professor emérito e membro da Academia Paulista de Letras, doutor Antônio Carlos Pacheco e Silva, um histórico e expressivo depoimento de Monteiro Lobato, em que este repisa o mesmo assunto de Plínio Barreto ! Querem ver ? Eis o trecho:

“De uma carta de Monteiro Lobato, quando preso em São Paulo, em 1941. Espírito profundamente bondoso, queria ele evitar que os seus amigos sofressem demasiadamente com o seu caso:

“Caro Fontoura:

O Tribunal de Segurança, achando que eu estava um tanto magro, houve por bem mandar-me internar num dos melhores hotéis de São Paulo – o Detenção Hotel, na Avenida Tiradentes. Fiquei na “sala livre”, com mais três companheiros, um, muito ilustrado e inteligente, que matou a mulher; um que também matou a mulher e o amante, e um que falsificou qualquer coisa. Estamos grandes amigos, apesar de me sentir humilhado na presença deles, pois não matei mulher nenhuma, nem falsifiquei a verdade na carta ao Presidente. Temos um lindo jardim a nossa disposição, e presos em quantidade com quem conversar. Se todas as prisões fossem como esta, todo mundo metia empenhos para consegui-las. Trouxe minha máquina, bastante papel, livros, e tenho visitas quatro dias na semana. E como todas me trazem coisas de comer, o nosso guarda-comida me lembra as prateleiras da Leiteria. Comemos a beça. Engordamos. Isso me estraga o programa de bancar o Mártir Número Um do Petróleo – pois não há mártir gordo. Meu medo é um só: que o Tribunal de Segurança me absolva e assim me prive duma deliciosa estada aqui de seis meses a dois anos. Tudo portanto vai ótimo, no melhor dos mundos possíveis, e quem aí fora me lamentar merece um piparote no nariz.

E até logo ou até um dia. Saudades aos bons companheiros lácteos, do Monteiro Lobato.”

Agora vejam a crônica de Plínio Barreto, intitulada “Suicídio Por Felicidade” e comparem ou confirmem:

“O homem é um gorila incompreensível. Dizem todos que a Penitenciária de São Paulo é modelo de ordem, de beleza e de bem-estar; homens de governo já confessaram, em discursos ultra-solenes, que entre as mais caras aspirações da vida sentiam a de um dia, irem dormir, lado a lado, corpo contra corpo, com os bem-aventurados cidadãos que a justiça ali traz aferrolhados.

Um dos funcionários graduados da casa, presa do mesmo apetite, não hesitou em trocar o emprego por um lugar entre os pensionistas. Unânicos têm sido, até agora, as opiniões no sagrar aquele estabelecimento em sucursal do Paraíso, embora nem todos os seus entusiastas hajam deixado transparecer a cobiça de partilhar das delícias que encerra...

Para toda a gente simples e sem málficia, gente assim como nós, ficou assentado, portanto, que não havia em São Paulo lugar mais aprazível, depois do Congresso, que a Penitenciária e que o cúmulo da felicidade para um

cidadão dos nossos tempos era fazer-se ou congressista ou condenado – detento da Comissão Diretora, ou detento da Penitenciária.

Essa ilusão, que era doce e reconfortadora, sofreu esta semana, um golpe rude: noticiaram os jornais que um dos hóspedes daquela casa de pensão da Ventura pôs termo à vida, arrojando-se de um terceiro andar ao solo empedrado. Acrescentam as folhas ímpias, de certo para redobrar o espanto geral e gozar da confusão pública, que não é esse o primeiro caso de suicídio; dois ou três outros já ali se observaram, no curto espaço de tempo que medeia da inauguração do estabelecimento até a presente data.

Percam outros a fé que haviam posto na reputação da casa e descreiam da apregoada felicidade que ali se desfrutava; nós, não ! Inabaláveis continuamos na crença antiga; firmes permanecemos no credo em que a oratória dos estadistas e a retórica dos jornais alimentaram nosso espírito. Confessamos, até, que a nossa confiança nas virtudes da Penitenciária adquiriu, com esses episódios, forças novas e novos estímulos. Não há nada mais fatigante e exasperador do que um bem-estar inalterável. Não há fonte do tédio mais intolerável do que uma felicidade perfeita. O homem, irmão gêmeo do anjo rebelde, não se contenta com a luz perpétua do Paraíso, nem com a imperturbável tranqüilidade da paz celestial. Necessita da treva e da agitação do inferno para alterná-las com aquelas e assim tornar suportáveis os gozos divinos que lhe são propinados.

No seu paladar extravagante a nada sabe a ambrosia dos deuses sem um pouco da saliva de Cérbero... Ventura completa é vatapá sem pimenta, coisa a que ninguém ainda conseguiu habituar-se. Os casos de suicídio na Penitenciária, as evasões pela morte, impossíveis como são as pelo muro, demonstram apenas, a nosso ver, que de fato incomparável é a felicidade que ali se experimenta. Enfardados de contentamento, saciados de aspirações, empanturrados de gozo, os prisioneiros da casa, na ânsia de um pouco de sofrimento e na sede de uma gota de mágoa, sem a qual a vida é um bocejo sem expressão e sem interesse, espatifam-se nas pedras do pavimento térreo para não arrebeitar de bem-aventurança... Corresse a vida ali entre sobressaltos e inquietações, ora plácida e monótona, ora tumultuada e áspera, e ninguém se lembraria de escapar, pelo suicídio, daquela ceva de júbilos.

Não sorriam. Falamos com absoluta seriedade e com plena convicção. Também não se admirem. Não há nada mais complicado e misterioso do que o espírito de um ser humano. É uma eterna caixa de segredos. Aí está, por exemplo, sem sair deste mesmo capítulo do suicídio, aquela história verídica que, com tanta delicadeza de emoção e tanta finura de arte, conta Afrânio Peixoto, nas "Parábolas", a respeito de uma rapariga que, por muito ser amada, veio a matar-se. Dois rapazes disputavam-lhe o coração e, como eram exaltados e belicosos, ela, receando ver, repentinamente, um tombar aos golpes do outro, comprou o repouso, suicidando-se. Nada lhe pareceu mais decisivo, nem mais belo do que pôr o próprio túmulo entre ambos para que, sobre a lousa fria, feita ponte de concórdia, se reconciassem e abraçassem na amarga comunhão da mesma dor infinita. Para o excesso de ser amada por dois homens, só o excesso de a ambos sacrificar, desfolhando-o brutalmente, o viçoso botão da vida ainda mal entreaberto...

É o que, provavelmente, mudadas as circunstâncias, se dá no caso dos suicídios na Penitenciária. Para o excesso de ventura que ali se goza, só o excesso de um salto no espaço de alturas vertiginosas, nos braços da Morte. Depois da que morreu de ser amada, os que morrem de ser felizes. Depois do

suicídio para que os outros não briguem, o suicídio para que cesse uma ventura demasiado perfeita.

Gorila estranho ! O diabo que te compreenda !..”

Esse raconto do nosso satírico Plínio Barreto, convenceria-nos traduzir uma antítese da verdadeira felicidade e eu lembro os maravilhosos pensamentos de Lin-Yutang, quando deixou escrito:

“Muito contente me sinto de viver humildemente sobre o solo, de integrar-me na terra. Minh’alma arrasta-se às maravilhas pelo campo e pela areia, e sente-se feliz. Às vezes, quando nos embriagamos desta boa terra, o espírito se sente tão leve que julga estar no céu. Mas na verdade raramente se alça a uns dois metros do solo !”

Apreciando o grande jornalista, jurista e escritor, Flávio de Toledo, entre outras coisas, escreve: “Plínio Barreto foi entre nós um dos mais fascinantes exemplos de intelectual dotado do fugidio e indefinível “humour”, que os ingleses revelaram em Swift, os franceses em Anatole e nós em Machado e Léo Vaz”.

Em São Paulo, a 28 de junho de 1958, faleceu um dos mais dignos cidadãos campinenses, paulista extremado, mas brasileiro acima de tudo. Modesto, como todo homem culto, e profundamente íntegro, dele se pode dizer — apesar do lugar-comum — ter sido verdadeiramente e com toda a justiça, legítimo “Varão de Plutarco”. Sua terra natal não deixou de homenageá-lo, pois o nome **Plínio Barreto** figura numa via pública do Taquaral.

\*

## HÁ 50 ANOS, HITLER SUBIA AO PODER

Limeira Tejo

Na Alemanha, nos princípios da terceira década do século, a história de toda a Europa tinha atingido uma passagem de nível. O País se encontrava no olho de um furacão, a braços com uma inflação avassaladora que devorava rendas, salários e até vidas. A produção caiu a zero nos grandes centros industriais, com as fábricas, as minas, as estradas de ferro e os portos ocupados por comitês de operários. O comércio externo baixou a níveis críticos e, como era importada a metade do alimento da população, aumentavam velozmente a carência e a carestia do essencial para viver. Cedo o dinheiro alemão se tornou uma ficção escritural, por não ser possível trocar milhares de notas por uma única unidade dos meios de pagamento dos outros países. Trilhões de marcos, que a especulação internacional havia espalhado por toda a face da terra, acabaram sendo jogados na lata do lixo, de vez que não compravam nem um prego enferrujado. (Chegou-se a dizer que tudo não passou do mais espetacular “calote premeditado” da história das relações monetárias entre os diversos sistemas econômicos do mundo). Nas ruas, multidões fluíam e refluíam em sucessivas e, muitas vezes, violentas manifestações de inconformidade. Um golpe militar foi neutralizado por uma greve geral, não demorando 24 horas no poder. Alarmadas, perguntavam Londres, Paris, Roma e Washington: “para onde irá a Alemanha?”

## O dilema

Se a Alemanha não se tornasse comunista — acreditava-se nas capitais dos vencedores da Primeira Guerra Mundial — cairia sob uma ditadura militar. E as consequências seriam desastrosas para os planos de paz da Liga das Nações, qualquer que fosse a ponta do dilema que Berlim viesse a segurar. Posta a Alemanha sob um regime militarista, renasceria o prussianismo, cujos líderes afirmavam (como Hindenburg perante uma comissão parlamentar) que os seus exércitos só foram derrotados porque tinham sido apunhalados pelas costas. Nunca ninguém nomeou os grupos que deram as facadas por trás e, muito menos, explicou como o fizeram. Mas Hitler provou que a lenda se mantinha viva dez anos depois do Armistício de 1918. De outra parte, se a bandeira da Foice e do Martelo viesse a ser hasteada na **Wilhelmstrasse**, os poderes capitalistas perderiam toda a esperança de esmagar a revolução bolchevista. As tropas de Weygand — o general francês que comandava a expedição punitiva contra a Rússia — cairiam numa armadilha fatal. Além disso, nenhum governo no

Ocidente tinha uma retaguarda tranqüila. Os Estados Unidos tinham caído no pânico vermelho que antecedeu os fabulosos anos da Prosperidade. E, na Europa, as grandes massas acreditavam que o sangue derramado tinha sido o preço pago para a construção de uma sociedade menos desigual e não apenas em defesa da pátria.

#### A luz no fim do túnel

Sem a dramaticidade do “anarquismo” norte-americano — porque apoiados em idéias já amadurecidas — originaram-se na Europa processos de rompimento com a idealística liberal, deflagrados pela criação das novas necessidades sociais que estavam transformando a filosofia da miséria de Proudhon na miséria da filosofia de Marx. Por todo o continente, principalmente na França, os povos viam em Lenine o homem que iniciou a demolição das estruturas sob as quais, desde a Revolução Industrial, “gemia o proletariado”. As potências capitalistas não podiam pensar em expedições punitivas contra uma Alemanha comunista, porque poderiam explodir sublevações na retaguarda. Haveria o perigo de Jaurès ressurgir. E não mais como um pacifista, mas como condutor de multidões que pensavam estar já vendo a luz no fim do túnel, dentro do qual, seguindo os mais velhos raciocínios socialistas, gerações e gerações de trabalhadores tinham sido espoliadas. Mas foram as potências ocidentais que viram a luz no fim do túnel, no qual haviam encerrado as preocupações com o destino da Alemanha. Os sociais-democratas e os comunistas, que haviam juntado forças para a deflagração da greve geral, voltaram a se combater imediatamente depois de terem encostado os militares contra a parede. ( Tradicionalmente, as duas correntes esquerdistas odiavam mais uma à outra do que à inimiga comum: a burguesia ). Do Kremlin, Lenine apelou dramaticamente, mas em vão, para que os dois partidos continuassem unidos. Até escreveu um pequeno livro condenando o extremismo, apontando-o como “uma doença infantil” do revolucionarismo vermelho.

#### A Ilha-Coração

Como nenhuma tinha poder de decisão, as duas organizações esquerdistas alemãs entraram numa espécie de guerra de posições. Por sua vez, os militaristas passaram a comportar-se como gatos escaldados receosos de que uma nova intervenção pudesse provocar, outra vez, a união das forças populares. Produziu-se uma situação de calma e as potências ocidentais partiram para o fortalecimento da República de Weimar. A revolução de Lenine, com um espaço de manobra de grande vastidão geográfica, se havia mostrado mais resistente às agressões externas do que a que tinha derrubado a Bastilha. Os estrangeiros militares do Ocidente chegaram à conclusão de que eram inviáveis os ataques frontais à União

Soviética e, então, os políticos decidiram distender um cordão sanitário no flanco ocidental do império comunista a fim de impedir que a sua “peste” se propagasse por uma Europa predisposta ao socialismo. Nesse plano, caberia à Alemanha, já desembaraçada do dilema, o papel de Estado-tampão. Ora, qualquer historiador sabia que não era possível “neutralizar” a Alemanha porque, em primeiro lugar, a geografia não o permitia. Entre o Reno e o Oder está situada o que os geopolíticos definem como **ilha-coração** da Europa. Em segundo, ainda não estava endurecida, ao tempo da República de Weimar, a cola usada por Bismarck na construção do seu Estado unitário. Havia muitas brechas na ligadura do mosaico germânico e, por uma delas, poderia espirrar a besta louca de Nietzsche.

#### Liberalismo fora de moda

O regime weimariano contrariava a tradição federativa do velho mundo germânico que, até Bismarck, era dividido em Estados autônomos e cuja unidade resultava do consenso dos Grandes Eleitores. E o seu liberalismo não era só “démodé”, desencavado do museu da finada paz burguesa do século XIX, como também incompatível com uma ordem baseada no “socius” e não no indivíduo. ( Segundo a velha lei germânica, o indivíduo só tem direito como parte do grupo. E Frederico, o Grande, se dizia um “socialista prático” ). Na verdade, o regime de Weimar não passou de uma busca de soluções jurídicas para problemas de grande profundidade social. O Tratado de Versailles, que praticamente o impôs não avaliou a extensão dos danos “históricos” causados à Alemanha por ter sido julgada culpada e não apenas vencida. Também não levou em conta o fato de as fronteiras européias se terem esgarçado e que, portanto, precisariam ser articuladas no quadro de uma comunidade econômica e interrelacionada politicamente dentro de um sistema federativo. A República de Weimar surgiu como forma de concessões a princípios estranhos à ordem germânica, cristalizada num longo processo que é o da evolução da “tribogg”. Assim, foram impostos a uma civilização mágica os interesses das “coisas” dos franceses, ingleses e norte-americanos. Contraditoriamente, foram alargadas as margens da participação política da classe média, mas continuaram de pé as estruturas prussianas da economia cartelizada. ( Os vencedores fecharam os olhos ao sistema “oficioso” da produção pesada porque levaria tempo para substituir o poder público pelo mercado, o que interromperia, por longo prazo, o serviço das reparações de guerra. )

#### Fênix sem asas

Passado o dramático período do dinheiro “a zero” e da agitação pânica, a Alemanha entrou numa fase de convalescença que, no entanto, não passava de uma pausa para a recaída. Havia muita lenha para

ser jogada na fogueira. E a atiçavam grupos de reivindicadores que agiam quase à luz do dia, como os **Freikorps** e Capacetes de Aço. Eram bandos desmobilizados das forças armadas que não tiveram condições de reintegrar-se à vida civil por ser mínima a oferta no mercado de trabalho. Mas traduziam, também, a inconformação de uma sociedade que, com uma economia já nos estágios avançados, viu rebaixados bruscamente os seus padrões de vida. Em várias ocasiões, desde a Guerra dos 30 Anos, a Alemanha demonstrou grande capacidade para ressurgir das cinzas. Daquela vez, porém, o Tratado de Versailles tinha criado mecanismos para fazer com que a Fênix renascesse sem asas. Sob tão pesado constrangimento, entraram em colapso os valores em que se fundamentavam a lei e a ordem. Sob o “manto diáfano da fantasia” da República de Weimar, formou-se um fogo de monturo que explodiria em altas labaredas quando viesse a açoitar o vento da Grande Depressão que circulou o mundo a partir do estouro da Bolsa de Nova York, em 1929.

Estava preparado o terreno para o aparecimento de um líder que, diferentemente dos anárquicos agitadores do tempo da borrasca inflacionária, fosse capaz de “organizar” o descontentamento. Depois do **putsch** da cervejaria de Munique — que poderia ter passado à história como mero incidente numa bebedeira dos sábados — Hitler, cumpridos seis meses de prisão, apresentou-se como “mártir da causa alemã”. Voltou triunfalmente à liberdade e, ao seu lado, à frente da passeata que se organizou, marchou Ludendorff, herói nacional. O glorioso cabo-de-guerra era um prussiano da gema e chefiava a corrente saudosista que pregava a volta dos Hohenzolem ao trono. Conta-se que viu no movimento do “cabo austríaco” o instrumento de que precisava para mobilizar grandes massas no interesse do seu objetivo restauracionista. Mas foi Hitler que acabou usando Ludendorff para se impor à Igreja Católica, aos capitães de indústria e mesmo sensibilizar favoravelmente os governos ocidentais, ainda em pânico diante do Urso Vermelho. Para uso externo, o líder nazista se apresentou como um cruzado contra o império comunista, fazendo a sopa cair no mel de Londres e Paris que, finalmente, poderiam usar a Alemanha como uma faca apontada ao coração de Moscou. E, embora pela doutrina da **Weltanschauung**, Hitler oferecesse aos povos oprimidos uma alternativa para se livrarem da escravidão capitalista sem cair na servidão vermelha, ninguém, nas capitais ocidentais, acreditava que, algum dia, ele viesse a ter poder para isso. Chegando ao poder, deixou de oferecer ao mundo uma oportunidade para escapar às tiranias capitalista e comunista. Lançou as bases da terceira.

Enfim, o poder

Nas primeiras eleições gerais que Hitler disputou e venceu, quase dois terços dos votantes, aterrorizados, não compareceram às urnas.

Hindenburg poderia ter convocado um novo pleito, mas já estava senil e a chefia do Estado era exercida de fato pelo filho Oskar. E este, a mais importante peça palaciana para levar Ludendorff à presidência da República quando o pai morresse, manobrou, vencendo a oposição de todo o gabinete, para colocar o chefe nazista na Chancelaria. No dia 30 de janeiro de 1933, Hitler subia ao poder. Hindenburg morreu logo depois e Ludendorff constatou que nunca tinha passado de simples bagageiro do furriel. O líder nazista se promoveu a Presidente da República e se intitulou de **Fuehrer** — condutor de todo o povo alemão — com poderes muito maiores do que os do absolutista Guilherme II. Os nazistas reocuparam a Renânia, anexaram a Áustria, tiraram um pedaço da Tchecoslováquia e, nas conversações de Munique entre Hitler e Chamberlain, então primeiro-ministro inglês, apaziguaram o Ocidente. O mundo inteiro foi levado a acreditar que as democracias estavam politicamente falidas. Estavam apenas puerilmente certas de que alimentavam a onça para devorar a União Soviética. Para elas, o **Fuehrer** — como Paris — valia uma missa rezada no altar das mais humilhantes concessões. Pagaram o alto preço de uma guerra que durou seis anos, cujos primeiros não foram só de seguidas derrotas militares, mas também de “sangue”, suor e lágrimas”. Só a explosão final da engrenagem montada pelo novo Açoite de Deus o mandaria para o inferno, como ao aprendiz de feiticeiro. Mas não antes de ele ter criado o dele aqui.

( Do “Correio do Povo”, de Porto Alegre, 3/1/1983. )

\*

## ZECA NETO NO DIÁRIO DE CECÍLIA

Carlos Reverbel

Boa parte do **Diário** de Cecília de Assis Brasil, cujos originais me chegaram às mãos, por honrosa deferência de sua família, diz respeito aos anos em que a autora esteve exilada no Uruguai. Iniciado na Granja de Pedras Altas (município de Pinheiro Machado), o **Diário** teve prosseguimento em diversos lugares: Pelotas, Rio Grande, Bagé, Rio de Janeiro e, finalmente, em quatro pequenos estabelecimentos rurais, situados no departamento uruguaio de Cerro Largo, a pouca distância da cidade de Melo, sua capital: Chácara Bela Vista, Estância Nova, Coxilha Grande e Berachi. Foi nesses pequenos estabelecimentos campestres que J. F. de Assis Brasil e sua família estiveram exilados, a partir de 1924, só retornando a Pedras Altas pouco antes da Revolução de 1930. Ocuparam inicialmente a Chácara Bela Vista e a Estância Nova, estabelecendo-se, posteriormente, na Coxilha Grande e no Berachi, sempre como arrendatários.

Durante os amargos anos de exílio a família Assis Brasil conseguiu manter o estilo de vida que levava na Granja de Pedras Altas, embora as circunstâncias fossem completamente diferentes. Por exemplo: as casas em que moraram, nos campos de Cerro Largo, não tinham o menor conforto, duas não passando de simples ranchos de torrões. Se Assis Brasil construía um castelo em Pedras Altas, talvez nele querendo simbolizar a “nobreza” que atribuía à vida do campo, ele e sua família dariam mostras, quando exilados, de que estavam preparados para viver de modo afanoso, frugal e civilizado, tanto num castelo, como num rancho. Aonde fossem, levavam a arte de viver, à sua maneira, quer no campo, quer na cidade, fossem quais fossem as circunstâncias. O **Diário** de Cecília é, acima de tudo, uma lição de vida, valorizada pelo trabalho, pelo culto da natureza, pela busca do saber, pelo amor aos animais e pelo respeito aos homens do campo.

As casas que o chefe libertador ocupou, em áreas rurais situadas nas proximidades de Melo, deram guarida a numerosos exilados brasileiros, civis e militares, que haviam participado do ciclo revolucionário de 1922 a 1926. Eram, ainda, procuradas pelos chefes revolucionários que, internados no Uruguai e na Argentina, nunca deixaram de conspirar contra o governo brasileiro, o que teria necessariamente de acontecer, pois Assis Brasil era o “chefe civil da revolução”, reconhecido não só pelos libertadores gaúchos, mas também pela maioria dos militares exilados, a

começar pelo marechal Isidoro Dias Lopes. Existe apenas um testemunho vivo desse momento histórico: o **Diário** de Cecília.

A história dos movimentos revolucionários que sacudiram a campanha gaúcha, de 1923 a 1926, conta com diversas publicações. Falta, entretanto, o relato do lado humano desses levantes, sobretudo no que diz respeito às vicissitudes por que passaram, no exílio, os revolucionários rio-grandenses da coluna do general Zeca Neto. Esta lacuna será afinal preenchida o dia em que for publicado o **Diário** de Cecília de Assis Brasil.

Exilado em Montevidéu, Zeca Neto seguidamente ia a Melo, para conferenciar com Assis Brasil. Era recebido na intimidade da família, como amigo da casa, em cujo aconchego por vezes se demorava alguns dias. Retirando-se para o Uruguai em 1923, depois do malogro da revolução, Zeca Neto invadiria o Rio Grande por duas vezes, em 1924 e 1926. As duas invasões foram preparadas no departamento de Cerro Largo, sob as vistas de Assis Brasil. Detenho-me aqui para intercalar esta página do **Diário** de Cecília, sobre a primeira invasão: “Chácara Bela Vista, 29 de novembro de 1924 — Há um mês os libertadores tornaram a se levantar em armas e o nosso Honório Lemes tomou Uruguaiana sem dar um tiro.<sup>1</sup> Mas, para mim, é hoje que começa a revolução, porque foi hoje que o Francisco<sup>2</sup> se incorporou à pequenina força comandada pelo general Zeca Neto. A força está acampada a pouca distância, nos matos à margem do rio Jaguarão, pronta para a invasão. Além do Francisco, sairão daqui, quando a força levantar acampamento e marchar, o nosso peão Juca e o Bozano<sup>3</sup>, o extraordinário Bozano, que acaba de atravessar o Estado, para levar aos companheiros a palavra do nosso General. Ele chegou aqui maltrapilho, cabelos crescidos, roupas emprestadas, mal calçado, os olhos injetados de não dormir, mas alegre e bem disposto, contando por onde tinha andado e relatando as coisas engraçadas que lhe tinham acontecido pelo caminho. Sobre as suas privações e momentos de aflição e cansaço, nenhuma palavra”.

No período compreendido entre a primeira e a segunda invasão, de novembro de 1924 a novembro de 1926, Zeca Neto esteve diversas vezes em Melo, hospedando-se sempre na residência campestre da família Assis Brasil. Vivendo sozinho em Montevidéu, longe dos seus, parece que o velho caudilho fazia essas viagens, não só por motivos políticos, mas também para fluir o calor humano e sentir as demonstrações de amizade com que era acolhido. O **Diário** de Cecília registra todas essas visitas. E no dia 22 de novembro de 1926, assim antecipa a segunda invasão de Zeca Neto: “Romperam novamente as hostilidades desde o dia 4. A Revolução continua. Zeca Neto vai entrar no Rio Grande, depois de

(1) Correu o boato, mas a tomada de Uruguaiana não aconteceu.

(2) Francisco de Assis Brasil, primeiro filho varão do chefe libertador.

(3) Dr. Carlos Bernardino de Aragão Bozano.

amanhã, com um punhado de homens, entre os quais estarão o nosso Boy<sup>4</sup>, tenente Salvaterra<sup>5</sup>, capitão Medina<sup>6</sup>, o Manoel, Lima, Pai Faca, Paisano, Hildebrando, o Índio, marinheiro do “São Paulo” que chamamos de Patrício e o relojoeiro paulista Ataliba. Papai e Mamãe vieram ontem da Estância Nova, deixando lá Quinquim, Lídia e Dolores<sup>7</sup>. Aqui na Chácara há um movimento constante, de preparativos para a partida dos nossos soldados. O Alonso Torres foi mandado ontem a Aceguá, numa missão, e não volta. O tenente Salvaterra partiu esta manhã, de auto, para organizar a invasão. Foi com ele Cassiano e um outro, chamado Cecílio. O Manoel, o Medina e o Pai Faca foram a cavalo, levando de tiro os cavalos do Boy e do General. O Firpo<sup>8</sup> tocou-se de auto para Aceguá. O major Ramon Silva, com sua gente, deve chegar amanhã no Berachi, que é onde está se fazendo a concentração. Néri Martins<sup>9</sup> mandou dez cavalos de guerra. O cavalo do Boy foi o Maneco Soares que mandou<sup>10</sup>. Ele teria vindo também se não estivesse doente.”

Destaquei estas duas páginas do valioso **Diário** de Cecília de Assis Brasil, reproduzindo-as aqui, como achegas às **Memórias** do general Zeca Neto, recentemente saídas do prelo, com introdução e notas de Sérgio da Costa Franco e um esboço biográfico de Rui Castro Neto, filho do legendário caudilho rio-grandense.

( De **Letras & Livros**, nº 72, 22/1/1983; supl. cultural do **Correio do Povo**, de Porto Alegre. )

\*

(4) Francisco de Assis Brasil.

(5) Tenente Helen Salvaterra. Faleceu no afundamento de uma balsa, ao fazer a travessia do rio Camaquã.

(6) Capitão Pedro Medina. Também pereceu no mesmo desastre.

(7) Filhas de J. F. de Assis Brasil.

(8) Anacleto Firpo, natural de Dom Pedrito. Um dos fundadores do Partido Libertador, a cujos princípios foi de uma dedicação exemplar. Ninguém o superou em fidelidade partidária.

(9) Fazendeiro no Poncho Verde ( Dom Pedrito ) e em Cerro Largo, no Uruguai. Da tradicional família de Gaspar Silveira Martins.

(10) Dr. Manoel Corrêa Soares, então fazendeiro no Uruguai. Teria o nome ligado, como técnico e administrador, à história da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul.

## MARXISMO, ADEUS

Paulo Derengoski

Em 1983 faz cem anos — atenção: um século ! — que Karl Marx morreu...

Neste período o mundo mudou muitíssimo...

A Europa de 1883 tinha apenas algumas cidades com mais de cem mil habitantes. As primeiras ferrovias recém tinham sido inauguradas. Ainda não haviam sido inventados o automóvel, o avião, o telefone, a Coca Cola, etc., etc.

Nesse longo e turbulento período de um século jamais a humanidade sofreu tantas modificações. E no entanto, nesse vasto tempo, nenhuma revolução de tipo “proletário” foi feita em qualquer país desenvolvido do mundo, como ousara profetizar Marx. Os países ditos “socialistas” de hoje — a URSS, a Polônia ou a Iugoslávia — importam empresas capitalistas multinacionais — como a Fiat — para poder desenvolver sua indústria pesada. Os marxistas modernos, como o italiano Eugenio Peggio, já admitem que não se pode ser contra o lucro, mas apenas contra a “acumulação inoperante de capital”. E que o desenvolvimento das sociedades modernas não pode e nem deve ser dirigido pelo Estado.

Um fato: todos os países apontados por Marx como passíveis de dar início a uma “transformação revolucionária da sociedade”, não o fizeram. E mais: os trabalhadores desses países nada têm a ver com aquele “aglomerado de indivíduos sem esperança, expostos aos tormentos das crises”, mas são hoje um poderoso elemento organizado, formador da sociedade como um todo. Muitos países se transformaram em sociais-democracias, caracterizadas pelo compromisso no que se refere à ordem econômica e pelo diálogo democrático no que se refere ao poder político. Com o ingresso possível, neste vasto clube capitalista, de países que se deixaram atrasar historicamente: o chamado “Terceiro Mundo”, que abriga povos tão diferentes como os sauditas e os paraguaios...

O marxismo subestimou o processo de transformação que varre as sociedades contemporâneas e que atinge desde a burguesia industrial, que aos poucos perde seu poder outrora incontestável, até o amplo espectro dos assalariados. Os trabalhadores, favorecidos por leis e condições econômicas formaram organizações abertas que defendem seus interesses e passaram a gostar da palavra “democracia” e através do sufrágio universal seus partidos aprenderam a aferir sua própria força — o

sentimento das massas levando muitas vezes a camada dominante a abandonar posições insustentáveis.

A recusa da democracia, aliás, põe em ação um mecanismo infernal que resulta da necessidade de mostrar que a oposição é “contra-revolucionária” e, portanto, deve ser esmagada.

O “liberalismo organizador” do mundo de hoje caracteriza-se pela alta flexibilidade e pela capacidade de mudança. Ele adotou a tese clássica de Bernstein, para quem o “movimento era tudo e a meta final nada era”. E, neste sentido, o operariado dos países avançados na produção — Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, França, Bélgica etc. — deram apoio à política puramente reformista da social-democracia. E sempre que uma reivindicação econômica pôs em risco os princípios liberais, a social-democracia soube afastá-la, aplicando a democracia à totalidade da vida social.

Não há catástrofe iminente. E os que passam a vida anunciando “crises finais” que não chegam, podem ir tirando o cavalo da chuva. O conflito político é sempre um conflito de circunstância. A própria classe dirigente pós-capitalista é circunstancial, porque comporta tecnocratas, burocratas, políticos, grupos de veto, e principalmente porque os partidos políticos podem ser derrotados nas eleições. Hoje, as “elites” de direção, tanto são agentes como objeto das mudanças.

A violência do conflito de classe diminuiu. Com a mobilidade social e o processo democrático de tomada de decisões, a privação total foi substituída por uma privação relativa, e até por uma satisfação relativa. Mesmo na URSS, que é o país socialista mais antigo, a interpenetração móvel de classes — trabalhadores urbanos, campesinato rural e burocracia — dificilmente será superada.

A visão marxista de um papel messiânico para os trabalhadores ou a afirmação de que a sociedade capitalista “seria a última sociedade de classes da história” é hoje sociologicamente absurda e significa uma desvalorização da Sociologia em benefício das duvidosas leis dialéticas de estruturas filosóficas.

Nenhuma revolução de tipo proletário alcançou êxito em qualquer país capitalista avançado e as revoluções ditas “marxistas” só venceram em países de extração camponesa, governados sempre por sistemas autoritários de governo.

Hoje, as empresas transnacionais deram uma nova estrutura à economia mundial, com resultados ainda imprevisíveis. O seu crescimento, gostemos ou não, decorre dos imperativos da tecnologia moderna, da inovação dos métodos industriais e da complexidade de interpenetração dos mercados internacionais, onde o capitalista clássico pode ser alienado da produção, substituído pelo funcionário sem capital, que o administra,

quebrando a homogeneidade de dominação. No próprio mundo socialista surgiu uma hierarquia de cientistas, de burocratas, colocando no ápice daquele universo uma minoria que domina em nome da cultura e do saber.

Os marxistas clássicos parecem aceitar só — e tão-somente — dois sistemas: o capitalismo e o socialismo, e a existência de duas classes: o proletariado e a burguesia. Não enxergam o fato de que o Estado moderno, tendo alcançado a independência e revelado um imenso poderio, pode submeter forças sociais e compeli-las a servir a seus próprios propósitos, criando a “economia estatal totalitária”.

Desde Marx, o capitalismo organizado se abriu num leque de, pelo menos, três cores: a interpenetração do Estado com a economia, a moderna evolução das formas de propriedade privada e social e a organização progressiva do mundo multicefálico do trabalho. E ainda restam muitos dados novos, que aqui não caberiam, como a acentuada divisão do trabalho científico dos dias de hoje, o desgaste da linguagem manipulada por máquinas de propaganda e a diminuição do fato escrito como consequência da proliferação dos meios eletrônicos de divulgação...

Apesar de não ter sido confirmada pela história a missão messiânica que Marx atribuiu ao proletariado, o problema é que a força dos mitos é imensa e tal teoria continuará a ser sustentada ainda por muito tempo, enquanto houver quem dela possa tirar sustento. Os pensadores sociais de hoje terão que reformular os conceitos de Marx que se baseiam na “luta de classes inevitável”, que são reflexos de uma época que morreu. Uma época em que ainda não se conhecia a técnica da reforma social.

O erro de Marx foi ter colocado uma ênfase demasiada nos elementos decadentes e destrutivos da sociedade que exerce o domínio, o capitalismo no caso. Nesse sentido incorreu em pessimismo exagerado. E, ao contrário, foi otimista demais ao supor que uma vez suprimidas certas instituições, automaticamente surgiria uma sociedade melhor, que produziria personalidades humanas melhores do que as anteriores.

Cento e trinta e quatro anos após a publicação do **Manifesto**, nada indica que estejamos caminhando em direção a uma sociedade sem classes. A Inglaterra de 1848 contava apenas oito cidades com população superior a cem mil habitantes. A França com cinco. A Alemanha com quatro. As primeiras ferrovias datam dessa época. Os navios a vapor superaram os veleiros apenas a partir de 1895. O telégrafo ( Morse ) só apareceu em 1837. Naquela época uma greve de operários armados com porretes seria reprimida por soldados com... porretes. Hoje, contra os mesmos porretes seriam empregados helicópteros com mísseis, computadores e gases hilariantes...

Estamos longe da sociedade capitalista de 1848. Muito longe daqueles cuja missão, na visão messiânica de Engels, era “derrubar e

substituir a burguesia por meio de uma crescente luta e homogeneidade”. Como observa Cornelius Castoriadis, como poderiam massas famintas constuir uma sociedade nova ? Poderiam, numa situação extrema, destruir o poder existente, mas nem o desemprego e nem a miséria lhes teria ensinado a dirigir a produção ou a sociedade. O fato é que as conquistas de caráter reformista tomaram a dianteira diante das lutas de caráter puramente revolucionário. Não por acaso, os mais poderosos movimentos sindicais do mundo de hoje se encontram em países como a Itália, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, onde os chamados “revolucionários” são microfacções e grupúsculos insignificantes.

Por tudo isso, no centenário da morte do velho Marx, ousou contradizer Sartre, o sempre jovem Jean-Paul, e afirmar: **Le marxisme n'est pas la vérité...**

( De **Letras & Livros**, nº 71, 15 de janeiro de 1983; suplemento cultural do **Correio do Povo**, de Porto Alegre, RS. )

\*

## ERNESTO DE SOUSA CAMPOS EM CAMPINAS

• Celso Maria de Mello Pupo

Foi aqui em Campinas que há cem anos, aos 21 de setembro de 1882, nasceu Ernesto de Sousa Campos, inteligência e cultura que hoje reverenciamos como figura exponencial, merecedora ainda por elevar o nome da cidade que lhe foi berço e o de nossa Academia que reconheceu seu valor fazendo-o honorário da Academia Campinense de Letras.

Sua vida foi uma fulguração ininterrupta desde o curso primário, estendendo-se pelos graus superiores com duplicidade de títulos que o consagraram na engenharia e na medicina, cursando a Politécnica de São Paulo para ser, em 1906, o engenheiro, o arquiteto de obras no interior do Estado, impondo-se pela perfeição de suas execuções e participando da primeira turma da Faculdade de Medicina de São Paulo, doutorando-se em 1919.

Entre os melhores alunos do seu curso, Ernesto de Sousa Campos seguiu a carreira de engenheiro pela escola de engenharia de São Paulo; titulado, labutou no interior do Estado com obras que consolidaram seu renome profissional, procurando, a seguir, aperfeiçoamentos em países da Europa, mais firmando seu conceito de especial dedicação às suas obras.

Casado, com família constituída, atendeu à outra face de suas tendências, matriculando-se na recém-instalada Faculdade de Medicina de São Paulo, em cujo curso manteve o brilho de aluno distinto que mereceu ser o primeiro presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz. Em sua vida prática sempre se distinguiu, tendo sido um profissional assíduo na medicina hospitalar, professor na Faculdade de Medicina de São Paulo e também professor emérito, até a culminância de ser Ministro da Educação e Saúde no governo da República. Foi diplomata como embaixador especial do Brasil na Colômbia, embaixador visitando países vários: Venezuela, Peru, Equador, Chile, Argentina e Uruguai. Distinguiu-se nas instituições culturais como presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, presidente do Pen Club de São Paulo, membro da Academia Paulista de Letras na qual ocupou a cadeira nº 34. Faleceu em São Paulo a 19 de janeiro de 1970.

Empolgante é, a quem conheceu este grande brasileiro, a multiforme intelectualidade de Ernesto de Sousa Campos, o cientista profundo e seguro no apoderar e no imaginar; o gênio artista que se enamorava pelos primores de arte em sua multiplicidade de revelações

geniais; o humanista senhor de uma consciência sólida de sábio de inteligência e de coração, revelada em ação tranqüila, justa e generosa de condutor firme e humano.

Feliz aquele que se aproximou de Ernesto de Sousa Campos e pôde sentir a convivência de um amigo certo, de um intelecto brilhante, ávido de saber e de transmitir o bem e a cultura; de dirigir com justiça e segurança; de dar o que dispunha, com profundo amor aos semelhantes; de realizaro impregnado de patriotismo sadio e construtor de um bem-querer generoso à sua pátria e a seu povo, o que executava com personalidade sempre repassada de bondade. Nos louvores que lhe tecem hoje os seus biógrafos, multiplicam-se os qualificativos atribuídos a este notável brasileiro, homem público dos mais dignos e modelar chefe de família como esposo e pai no exercício sublime do pátrio poder e na participação amorosa de sua vida conjugal.

Era o Dr. Ernesto filho do Dr. Antônio de Sousa Campos, também campinense, da família Campos vinda de Portugal no seiscentismo, na pessoa de Filipe de Campos van der Boorg, filho de Francisco van der Boorg, embaixador flamengo, e da lisboeta Antônia de Campos; casou-se Filipe em Parnaíba em 1643, desenvolvendo de tal forma sua descendência, que não se arrisca a erro quem afirmar que seu sangue corre em veias de quase todos os que originam dos primeiros portugueses estabelecidos em São Paulo em dois primeiros séculos da colonização.

Quando presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, visitou Campinas o Dr. Ernesto com objetivo de fundar aqui um instituto histórico, incentivando esta especialidade, desejando aprofundá-la, abrindo possibilidades de composição para uma história una e seqüente pois, então, só tínhamos produção de subsídios para a história ou coleção de fatos históricos desarticulados, sem seqüência paulatina do desenvolver da vida campinense.

Auspicioso foi o número de professores e demais estudiosos da história presentes à reunião presidida pelo Prof. Ernesto no Centro de Ciências, Letras e Artes, atendendo ao convite prévio distribuído e encorajador foi o interesse despertado que ativou o ambiente com bem encaminhado trabalho de fundar o instituto, até que um elemento presente anunciou já existir em Campinas um Instituto Histórico, o que surpreendeu a assembléia. E havia realmente um Instituto Histórico fundado no tempo da ditadura getuliana, com personalidade jurídica instituída e diretoria perpétua, da qual só restava o presidente que se obstinou em continuar retendo a dignidade presidencial, privando até hoje, a Campinas, o órgão especializado que Ernesto de Sousa Campos desejou para nossa cidade.

Isto não deixou Campinas sem a presença de Ernesto de Sousa Campos, aqui em 20 de outubro de 1965 para empossar-se como acadêmico honorário da Academia Campinense de Letras, pronunciando sua conferência sobre “O Tosão de Ouro e a Ordem da Rosa”, na qual mostrava o matemático e engenheiro arquiteto, o cientista e professor de medicina, toda a sua personalidade artística de escrever e falar, nimbada de classicismo e poesia, dizendo:

“A Ordem do Tosão de Ouro (1429) – le Toison d’Or – foi instituída em homenagem a uma infanta de Portugal. Criou-a o duque de Borgonha – Filipe o Bom – para comemorar o seu enlace matrimonial com Isabel – filha de D. João I e Filipa de Lencaster. Similar galanteria ocorreu a D. Pedro I estabelecendo a Ordem da Rosa (1829) para gentilmente assinalar o seu festivo e ambicionado consórcio com Amélia de Leuchtenberg. Aquelas damas eram belas, prestimosas, atraentes e inspiraram a fundação das respectivas ordens de nobreza, em que se conjugaram o amor e o cavalheirismo”.

“D. Amélia chegou ao Brasil vestida com “as cores da inocência e do amor”. Trajava vestido branco “ricamente bordado com grinalda de rosas”. “D. Pedro sorveu a taça de amor que lhe ofereceu aquela que veio cheia de esperanças viver em terra longínqua ainda selvagem e que ela amou tão apaixonadamente”.

“A noiva era romântica. Amava as flores especialmente as rosas. E certamente sentia-se encantada com o imprevisto de uma vida nova a se desenrolar em corte longínqua e país agreste. Sabendo a preferência de Amélia pelas rosas, o soberano, impetuoso e sentimental, imaginou criar uma ordem honorífica. Seria mais nobre que as existentes. E mais bela!”

Rememora, depois, Ernesto de Sousa Campos, dizeres poéticos que eternizam o encanto das rosas:

“Que é Rolinda mais linda  
que a rosa, que o nenúfar,  
mais pura que a açucena  
que a manhã abre a chorar” ( Garret )

“Rosas no céu, rosas nas cercas, rosas  
nos teus ombros e rosas no teu rosto,  
rosas em tudo, e há chagas veludosas  
de rosas cor-de-rosa no sol posto...” ( Maranhão Sobr<sup>o</sup> )

“Pousei o olhar há pouco, em pensamento,  
na flamância de sua nuca voluptuosa.  
E, de súbito, o vento  
me trouxe do jardim um perfume de rosa...” ( Cleômenes ).

“A rosa que te dei há pouco nascida  
era do rouxinol a rosa preferida”

.....  
Toda vez que ela ouvir teu anélito brando  
há de conjecturar que é o rouxinol cantando” ( T. Ary  
Mesquita ).

“Afinal rosa vaidosa  
de que cor é o cor-de-rosa ? ” ( G. de Almeida ).

“As tuas rosas vermelhas  
leve-as ao meu jardim  
nunca vi tantas abelhas  
voando em torno de mim” ( J. Isgorogota ).

“São duas rosas nascidas  
talvez do mesmo arrebol  
vivendo do mesmo galho  
da mesma gota de orvalho  
do mesmo raio de sol” ( Castro Alves ).

Eis o romantismo de Ernesto de Sousa Campos que, então, não tinha vinte anos, a idade do sonho, mas 83 anos de uma velhice verde capaz ainda de se arrebatar pelas figuras das inspiradoras das ordens do Tosão de Ouro e da imperial da Rosa. Desta, a nossa imperatriz Amélia, lembrou que “foi sob o patrocínio sentimental da rosa que Amélia chegou ao Brasil. Nascida entre arminhos e preconceitos das cortes européias a princesa de Leuchtenberg veio consorciar-se com o ambiente da Quinta da Boa Vista que não era dos mais interessantes no sentido social, naquela época. Em pleno viço dos dezessete anos era uma frágil figurinha de Saxe posta ao lado de um homem ardoroso e desabusado. E cumpriu perfeitamente a sua missão de rainha amada e tranqüila. Foi realmente a rosa que se manteve perfeita ante o tufão que assinalou a vida do seu esposo. Afeiçoou-se aos enteados, principalmente o pequenino D. Pedro que depois governou o Brasil por meio século.”

Pela imprensa de Campinas, dia 27 seguinte, comentamos a conferência de Ernesto de Sousa Campos para registrar que se tratava de sua posse como membro honorário da Academia, o que se fez em reunião-jantar, num salão do Jóquei Clube Campineiro, pela noite de 20 último. O ambiente estava de elegante sobriedade, enriquecido pela graça feminina, requintado de espiritualidade; deu aos nossos acadêmicos o colóquio jovial e afetivo com o acadêmico que se empossava e que, pela cultural, pela inteligência, pelas suas numerosas obras, pelo seu prestígio e pelo seu renome elevou a nossa entidade de letras. Na sua simplicidade de sábio, na sua finura de modos, na sua simpatia empolgante, nas suas letras castiças e no seu dizer cheio de doçura, entrecortado com observações

espirituosas ou frases elegantes de galanteio às senhoras, soube o professor Ernesto dominar de pronto todas as atenções, com especial meneio de sua atração irresistível.

Quis o professor deliciar-nos com uma palestra; e escolheu para seu objeto, gestos cavalheirescos e afetivos de soberanos que souberam ser apaixonados esposos e galantes admiradores, distinguindo aquelas que se tornaram suas esposas.

“O Tosão de Ouro e a Ordem da Rosa” foi o título da palestra; mas o orador não se enfatuiu com preocupações honoríficas ou regras de cavalaria; integrou-se no aspecto humano e sentimental, no significado do amor do esposo pela companheira, embalando sua exposição nas maravilhas da arte e no romantismo dos poetas, na musicalidade das rimas e doces dizeres de sua própria riqueza verbal. Digressou pelo que havia de afeto nestas criações gentis e principescas, buscando em versos de autores vários as lentejoulas brilhantes para sua oração magnífica.”

A palestra do culto acadêmico se ocupou da Ordem da Rosa criada pelo nosso imperador Dom Pedro I por ocasião do seu segundo casamento, em homenagem à nossa imperatriz Dona Amélia, merecedora de nossa admiração e de nossa estima, pela sua beleza, pela sua cultura e pela sua bondade. Um documento que bem caracteriza esta nossa jovem soberana, é a carta lida em parte pelo conferencista, que a imperatriz de apenas dezenove anos de idade, deixou para seu enteado, criança e imperador Dom Pedro II, com expressões como estas: “mas tu, anjo de inocência e formosura, não me pertences senão pelo amor que dediquei ao teu augusto pai; um dever sagrado me obriga a acompanhá-lo no seu exílio, através dos mares às terras estranhas; adeus pois, adeus para sempre !”

Não foi plena de rosas a vida da nossa segunda imperatriz: casada antes de completar dezessete anos de idade, aos dezenove já deixava o seu primeiro lar, em prantos pelo abandono dos enteados, seguindo para os trabalhos e lutas do marido empenhado em restaurar a filha Dona Maria II no trono de Portugal. Completada a vitória e firmada a glória do esposo, tendo apenas cinco anos de casada e vinte e dois anos de idade, ficou viúva, perdendo meses depois, o irmão príncipe consorte de Portugal; permanecendo em Lisboa a criar sua filha única, viu-a fenecer da mesma moléstia do pai e morrer na flor dos seus vinte e um anos na cidade de Funchal. Dona Amélia viveu só, no Palácio das Janelas Verdes, para morrer aos sessenta anos de idade, com rosas no casamento “e espinhos a vida inteira”.

Embalados na louçania de tantos privilégios que deu a natureza ao orador da noite, com seu engenho de dizer história e rendilhar fantasias, poderíamos acertar repetindo ao novo acadêmico, de oitenta e três anos de idade e moço de espírito, um elogio sonoro como homenagem e admiração, com a figura que é a deste esteta filantropo:

“Envelheçamos rindo ! envelheçamos  
como as árvores fortes envelhecem !

Na glória da alegria e da bondade,  
agasalhando os pássaros nos ramos,  
dando sombra e consolo aos que padecem ! ( Bilac ).

Na Academia Campinense de Letras em  
4/10/1982.

\*

## ARQUITETURA DE RAMOS DE AZEVEDO EM CAMPINAS

Duílio Battistoni Filho  
(PUCC – Campinas)

Introdução. O que nos levou a este pequeno trabalho foi procurar tomar conhecimento da figura ímpar do grande arquiteto Ramos de Azevedo e seus projetos, em Campinas, logo após seu retorno da Europa, em 1879, onde fora estudar engenharia civil. Procuramos, aqui, enfocar somente as principais obras públicas do grande projetista, com ligeiros comentários históricos, excluindo as obras residenciais, que foram muitas e fugiria ao escopo de nosso estudo. Antes de mais nada, faz-se mister tecer algumas considerações biográficas daquele que foi um dos maiores arquitetos do Brasil.

Francisco de Paula Ramos de Azevedo nasceu em São Paulo a 8 de dezembro de 1851. Fez os seus primeiros estudos no Rio de Janeiro, na Escola Militar, não chegando, todavia, a completá-los, retornando a Campinas onde residia os seus familiares, pois, “finda a guerra do Paraguai e devendo os bancos escolares da Escola Militar, por uma explicável preferência, ser ocupados por jovens que tinham a seu crédito serviços de guerra, foi Ramos de Azevedo aconselhado a enveredar para o rumo da engenharia civil”<sup>1</sup>. Em Campinas, trabalhou na Companhia Paulista de Estradas de Ferro e mais tarde na Companhia Mogiana, auxiliando nos trabalhos de escritório e de campo, chegando a demarcar o trecho de Campinas a Jaguari e desta cidade a Moji-Mirim. Mas, a sua maior ambição era a engenharia civil e o pai, percebendo a vocação do filho, o enviou, em 1874, à Bélgica, onde se diplomou pela universidade de Gand. Destacou-se de forma tal nos estudos que, muitos dos seus trabalhos foram louvados e escolhidos para figurar na Exposição de Paris, em 1878, ano, aliás, de sua formatura. De volta ao Brasil, permaneceu trabalhando em Campinas até 1886, quando a pedido do então Presidente da Província, o Visconde de Parnaíba<sup>2</sup>, transferiu-se para a capital, onde os horizontes de trabalho lhe seriam mais favoráveis, por estar num grande centro, com excelentes

(1) Lobo, Pelágio A. — Francisco de Paula Ramos de Azevedo in: **Velhas Figuras de S. Paulo**. Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v. 5, S. Paulo, 1977, p. 253.

(2) Antonio de Queirós Telles, Barão, Visconde e Conde de Parnaíba, nasceu em Jundiá a 16 de agosto de 1831 e faleceu em Campinas a 6 de maio de 1888. Foi Presidente da Província de S. Paulo, de 1886 a 1887, realizando excelente obra administrativa, principalmente no impulso dado às ferrovias e à imigração. Sobre o seu governo, consultar, especialmente o livro de Estevam Leão Bourroul, **Conde de Parnaíba. Apontamentos Biográficos**. S. Paulo, 1890; e o artigo de Roberto Machado de Carvalho, **Sesquicentenário do Conde de Parnaíba** in: “Notícia Bibliográfica e Histórica”. Campinas, (104), 1981.

condições de trabalho e tendo a grande oportunidade de se consagrar no cenário nacional.

A obra de Ramos de Azevedo foi importante, pois, contribuiu para que São Paulo perdesse aquele aspecto provinciano, com edifícios pesados e desgraciosos, imprimindo, doravante, uma nova dinâmica em arquitetura com características originais e elegantes, com palacetes e casas de moradia, revelando as tendências da época, principalmente dentro das feições "art nouveau". Estudando este estilo, o eminente arquiteto Flávio Motta enfatiza que "este movimento incentivou as faculdades inventivas individuais, estimulou o artesanato e as artes aplicadas... O seu mérito constituiu em chamar a atenção sobre as artes aplicadas e romper com fórmulas cansadas"<sup>3</sup>. Quando diretor do Liceu de Artes e Ofícios, Ramos de Azevedo recrutou todo artista de valor nacional ou estrangeiro, visando a formar uma mão-de-obra qualificada na casa onde se irradiaria mais tarde o movimento das artes aplicadas"<sup>4</sup>. Junto ao Liceu funcionou a primeira escola profissional de caráter industrial no Brasil, a partir de 1900, também de sua iniciativa. Basta dizer que na Exposição Universal em St. Louis, nos Estados Unidos, em 1904, o Liceu ganhou o primeiro prêmio, medalha de ouro, em "artistic furniture", com umas vitrinas giratórias estilo "art nouveau".

Dentre as várias obras públicas de Ramos de Azevedo em São Paulo, destacam-se: o Teatro Municipal, a Escola Politécnica, a Escola Normal (depois Caetano de Campos e, hoje, sede da Secretaria da Educação), a Penitenciária, o Hospital do Juqueri, o Hospital Militar, a Estação da Sorocabana, o Palácio das Indústrias, o Liceu de Artes e Ofícios, os edifícios das secretarias da Justiça, Agricultura e Fazenda<sup>5</sup>, dos Correios e Telégrafos, o belvedere da avenida Paulista, o Asilo de Inválidos e muitos palacetes, residências espalhados pela cidade. Paralelamente às suas atividades de engenheiro, exerceu vários cargos e, dentre eles, o de Conselheiro do Banco Ítalo-Belga, presidente da Sociedade Paulista de Agricultura, da Caixa Econômica de São Paulo, da comissão administrativa do Teatro Municipal e mesário da Santa Casa de Misericórdia. Elaborou o Regulamento e Regimento da Escola Politécnica, em 1894, da qual também foi diretor, devotando tanto amor e zelo que chegou a dar integralmente os seus vencimentos de professor e diretor à grande instituição<sup>6</sup>. Sendo homem empreendedor, trabalhou até o fim da existência, muitas vezes não cobrando honorários por seus serviços profissionais. Morreu em 1928, não descansando até os seus últimos

(3) Motta, Flávio L. — S., Paulo e o Art Nouveau. Revista "Habitat", (10), 1953, p. 52.

(4) Motta, Flávio L. — op. cit., p. 53.

(5) Silveira, J. F. Barbosa da, — Ramos de Azevedo e sua atividade. Papeleria Riachuelo, S. Paulo, 1941, p. 5. Segundo este autor, o edifício da Secretaria da Fazenda foi o primeiro projeto de Ramos em S. Paulo.

(6) Loureiro, Maria Amélia Salgado. — Evolução da Casa Paulistana e a Arquitetura de Ramos de Azevedo. "Voz do Oeste", S. Paulo, 1981, p. 49.

minutos tamanha era a sua gana em servir os seus semelhantes. E como justa homenagem àquele que transformou a fisionomia urbana de São Paulo, foi erguido um monumento esculpido por Emendabile que o projetou em estilo grego, inaugurado a 25 de janeiro de 1934. Por muitos anos, este monumento esteve na Avenida Tiradentes; entretanto, devido às obras do metrô foi transferido para a cidade universitária, defronte da Escola Politécnica<sup>7</sup>.

Principais Projetos Públicos em Campinas. Retornando da Europa em 1879, o Dr. Ramos de Azevedo foi convidado pelo chefe do Partido Liberal em Campinas, Joaquim Bonifácio do Amaral, Visconde de Indaiatuba, também presidente da Comissão de Obras da Matriz Nova, para ultimar a construção do referido templo, paralisada há algum tempo devido às desavenças entre o arquiteto Cristóvão Bonini e a Comissão encarregada de fiscalizar as finanças da nova igreja. Imediatamente, a Câmara Municipal aprovou a sua nomeação a 27 de setembro de 1880<sup>8</sup> para dirigir os trabalhos. O período de 1881 a 1882 foi árduo, de muito trabalho, resultando num Relatório<sup>9</sup>, discriminando ali os serviços realizados. Foram terminados os trabalhos de estuque e ornamentação, assentados os tubos de gás para a iluminação, portas colocadas, a capela-mor e as escadas internas terminadas. A fachada posterior da igreja foi reconstruída, colocando-se nela, a 27 de dezembro de 1882, uma cruz. Pedia o arquiteto, nessa ocasião, à Comissão providências quanto à remessa de objetos indispensáveis para o templo, ex.: o órgão<sup>10</sup>, os lustres, o mobiliário, entre outros. Esses objetos chegaram livres de impostos alfandegários.

Depois de muitas lutas e sacrifícios, pôde entregar as obras concluídas e, a 8 de dezembro de 1883, deu-se a solene inauguração do templo dedicado à Imaculada Conceição, com a presença de autoridades da cidade e do bispo de São Paulo D. Lino Deodato, que oficiou um solene "Te Deum". Como reconhecimento por seus serviços prestados junto à comunidade, Ramos de Azevedo foi presenteado com um rico anel de brilhantes. Houve quatro dias de festas com coretos instalados no largo da matriz, 16 arcos de iluminação "no quarteirão formado pelas ruas Direita ( Barão de Jaguará ), Ferreira Penteado, Bom Jesus ( Campos Sales ) e Regente Feijó, estas por sua vez, ornamentadas com folhagens, palmeiras, bambus, flâmulas"<sup>11</sup>.

(7) Loureiro, Maria Amélia Salgado, Op. cit., p. 49.

(8) Rodrigues, João Lourenço — *A Catedral de Nossa Senhora da Conceição*. Gráfica Ave Maria, S. Paulo, 1942, p. 49.

(9) Este Relatório está publicado, na íntegra, no livro de João Lourenço Rodrigues, às págs. 60 a 63.

(10) Foi o próprio arquiteto quem adquiriu o referido órgão à firma francesa Cavaille-Coll pela quantia de 12 contos de réis, conforme, Antonio Carlos de Sampaio Peixoto — *As Bellas Artes*. Tipographia Bragantina, Bragança Paulista, 1982, p. 17.

(11) Rodrigues, João Lourenço. Op. cit., p. 55.

Escola Ferreira Penteado. Este é um dos projetos mais simples de Ramos de Azevedo na cidade. Esta antiga “Escola do Povo” foi obra do benemérito comendador Joaquim Ferreira Penteado, Barão de Itatiba, título, aliás, dado pelo governo imperial pelos seus esforços em prol da educação. No dia de suas bodas de ouro (15 de maio de 1880) fez uma promessa solene de criar uma Escola para presentear a cidade, tendo o acontecimento alcançado grande repercussão a ponto de merecer do jornal “Gazeta de Campinas” comentários elogiosos, tal a magnitude do evento:

“Solennisa-se hoje um acontecimento novo, altamente significativo e auspicioso para o nosso município. O Sr. Joaquim Ferreira Penteado, o estimável cidadão que, por muitos actos de acrysolada vritude, tem já conseguido elevar no conceito dos seus conterrâneos, celebra hoje o 50º aniversário de seu feliz consórcio entregando ao povo um elegante edifício que fez erigir para Escola”<sup>12</sup>.

A 17 do referido mês, a Escola abria suas portas para abrigar especialmente alunos pobres do Curso Primário, mantida pela Câmara Municipal. O primeiro diretor foi o professor Joaquim de Toledo, homem de grandes virtudes e responsável pelo ensino renovador da leitura. As seguintes disciplinas eram administradas: Português, Aritmética, Geografia, História e até mesmo “um pouco de Francês”. Por proposta do vereador Francisco Glicério, a 23 do mesmo mês foi lançado em Ata um voto de louvor a Joaquim Ferreira Penteado, assim como dar o seu nome à antiga Rua do Pórtico<sup>13</sup>. Pouco antes de falecer, a 6 de junho de 1884, o Barão fez constar em testamento, uma cláusula, de que a Escola fosse sustentada por seus descendentes. Estes doaram o edifício, terreno e pertences à Câmara Municipal, sob a condição do ensino ser gratuito para toda a população<sup>14</sup>.

Casa de Saúde Campinas. Em 1881, um grupo de imigrantes italianos radicados na cidade, resolveu fundar uma entidade social com fins patrióticos, educativos e filantrópicos no seio da nova colônia. A primeira Assembléia Geral foi realizada no antigo Teatro São Carlos, constituindo-se a primeira diretoria: presidente, Dr. Francisco Lancia; vice-presidente, Samuel Malfatti; secretário, Fernando Carina; tesoureiro, Rocco de Marco; conselheiros, Francisco Domicci, Luigi Baldochi, Pellegrino Pieruccetti, Urbano Corsi, Luigi de Tullio e Pietro dal Porto; censores: Adamo Lorenzini e Eugênio Luporini<sup>15</sup>. A inauguração desta entidade chamada

(12) A “Gazeta de Campinas”, 15-5-1880.

(13) Amaral, Leopoldo. **Campinas: recordações**. Empresa Gráfica O Estado de S. Paulo, 1927, págs. 101 e 102.

(14) A Escola Ferreira Penteado, que levou o nome de seu fundador, tornou-se mais tarde um Educandário para meninas, funcionando na Rua Regente Feijó, 824. Hoje não existe mais. O seu prédio atualmente abriga uma seção da Prefeitura Municipal.

(15) Mariano, Júlio — **Grandes Estabelecimentos Hospitalares de Campinas**, ligados a Instituições diversas. in: “Monografia Histórica do Município de Campinas”, Rio de Janeiro, IBGE, 1952, p. 500.

“Circolo Italiani Uniti” deu-se a 7 de agosto do referido ano com uma sessão solene no teatro mencionado, todo ornamentado com bandeiras e flores. Diversos oradores fizeram uso da palavra, destacando-se o Dr. Francisco Glicério, o jornalista Quirino dos Santos e o próprio Dr. Lancia, este último enaltecendo “la alta voce del patriotismo, dell’unione e della fratelanza”<sup>16</sup> que deveria imperar entre todos.

O terreno foi doado pela Câmara Municipal e a pedra fundamental colocada a 20 de setembro de 1884. Francisco Glicério redigiu a Ata, guardada no cofre depositado nos alicerces do edifício-sede. Este, constando da sede social com um salão para reuniões e quatro salas destinadas à alfabetização dos filhos dos associados, foi inaugurado a 2 de maio de 1886. Por ocasião da febre amarela de 1889, suas salas foram transformadas em enfermarias, não somente para os pobres como para os associados. Funcionando em modestas proporções, novas construções foram acrescentadas e novas aparelhagens adquiridas de acordo com os padrões da medicina da época, tornando o “Circolo” no majestoso hospital “Casa de Saúde Campinas”, justo orgulho dos campineiros.

Matadouro Municipal. Francisco Glicério, Bento Quirino e o Dr. Ramos de Azevedo resolveram fundar uma empresa a 31 de outubro de 1885 destinada a substituir o antigo Matadouro, desprezado pela população devido às péssimas condições higiênicas e ao mau cheiro que exalava. Guardadas as devidas proporções, podia ser equiparado ao “plano do Matadouro de Lisboa”<sup>17</sup>. A Câmara Municipal encampou o novo estabelecimento pela quantia de Rs 145:107\$135, sendo dotado de todos os recursos higiênicos, atendendo satisfatoriamente a todos<sup>18</sup> e fartamente elogiado pela imprensa local a ponto de ser chamado de “o melhor estabelecimento no seu gênero em toda a província e um dos primeiros do império”<sup>19</sup>.

Cadeia Nova. Este belo edifício, situado na Avenida Andrade Neves, foi uma das plantas mais bonitas traçadas por Ramos de Azevedo. Inaugurado em 1896, até hoje presta grandes serviços à população e ao governo do Estado. O novo estabelecimento, segundo o cronista Leopoldo Amaral: “compõe-se de três corpos com dous pavimentos, sendo que as prisões acham-se no pavimento inferior e as salas da Câmara e do jury no superior, estas com excelente mobília vinda ultimamente”<sup>20</sup>.

O Grupo Escolar. Teve a sua pedra fundamental lançada a 28 de maio de 1895 e a sua inauguração a 7 de fevereiro de 1897. Denominado “Francisco Glicério”, a partir de 1971, com a reforma do

(16) Amaral, Leopoldo. Id. *ibid.* p. 325.

(17) Amaral, Leopoldo — *Almanack de Campinas para 1900*. p. 123.

(18) O Matadouro estava situado na Vila Industrial, próximo do córrego Piçarrão: Foi desativado com o surgimento dos modernos Frigoríficos.

(19) A “Gazeta de Campinas, 1-11-1885.

(20) Amaral, Leopoldo. Id., *ibid.*, p. 207.

ensino, passou a ser chamado de “Escola Estadual de Primeiro Grau” levando o mesmo nome de seu patrono. Situado na praça Riachuelo<sup>21</sup>, na época constava o edifício de “dous pavimentos, com quatro salas cada um. No pavimento térreo funcionavam as aulas das meninas e no superior as dos meninos”<sup>22</sup>. É um dos grandes trabalhos de Ramos de Azevedo.

**Mercado Municipal.** Com o aumento populacional da cidade e também devido ao seu extraordinário progresso, a Prefeitura local houve por bem, mandar construir um novo Mercado para substituir o velho e ultrapassado “Mercado das Hortaliças” na antiga praça da Liberdade, há muito tempo abandonado e servindo de pouso às andorinhas que para ali afluíam todas as tardes, a ponto de encantar os transeuntes e o próprio Rui Barbosa que sobre elas escreveu uma página literária admirável.

Coube o projeto a Ramos de Azevedo, depois de muitas vicissitudes em relação ao terreno acidentado, pôde ser iniciado na gestão do Dr. Francisco de Araújo Mascarenhas, prefeito municipal, no largo Correia de Melo. As obras sofreram um retardamento, devido a imprevistos como: dificuldades na obtenção dos materiais, greve dos pedreiros e períodos intermitentes de chuva a ponto de sofrer paralisações. Finalmente pôde o edifício, em estilo mourisco, ser inaugurado a 12 de abril de 1908, com grandes solenidades e pompas, abrilhantadas ao som das bandas “Ítalo-Brasileira” e a “União Operária”. A festa de inauguração foi um espetáculo inesquecível, quando “o povo afluía também para alli em grande massa e, pelas ruas que convergem às praças onde se ergue o majestoso edifício havia um movimento desusado, de tons garridos, que nos fazia lembrar movimento alegre da população em dia de festa”<sup>23</sup>. O Dr. Joaquim Álvaro presidente da Câmara Municipal saudou a empresa concessionária do importante melhoramento, assim como o Sr. Lafayette Egidio, vice-prefeito em exercício que leu um entusiástico discurso de saudação à empresa do Mercado. Cumpre assinalar também que ali, na plataforma do edifício, funcionou a estação inicial da antiga estrada de ferro “Funilense” destinada a ligar a cidade até o bairro do Funil (Cosmópolis) com o intuito de favorecer a fixação de importantes núcleos populacionais ligados às atividades agrárias, especialmente no setor açucareiro.

**Escola Industrial Bento Quirino.** Muito importante para a população escolar campineira foi a fundação da tradicional Escola Industrial, propriedade da Associação Instituto Profissional Bento Quirino, legado do benemérito campineiro, preocupado em dotar a cidade de um “Instituto de Artes e Ofícios” semelhante ao da capital paulista. Situado à

(21) Hoje, não existe mais a referida praça. A Escola está situada na Avenida Moraes Salles, importante artéria da cidade.

(22) Amaral, Leopoldo. Id. *ibid.*, p. 288.

(23) A “Cidade de Campinas”, 14-4-1908.

Rua Culto à Ciência, a planta de Ramos de Azevedo, constava de “quatro grandes pavimentos entremeados por áreas ajardinadas”<sup>24</sup>. O grande arquiteto chegou a dar as primeiras aulas em 1919 na famosa Escola recém-inaugurada. Pouco depois arrendada a particulares, redundou em completo fracasso, a ponto de sua direção dar ao governo do Estado, poderes, para a criação de uma Escola Profissional, a 20 de dezembro de 1927, pela lei 2228, vindo a funcionar oficialmente na gestão do Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado”<sup>25</sup>.

Conclusão. Ramos de Azevedo chegou a montar escritório em Campinas, tamanho era o número de projetos na cidade, desde edifícios públicos até residências e monumentos importantes como o dedicado à César Bierrembach<sup>26</sup>, grande tribuno e um dos fundadores do Centro de Ciências, Letras e Artes, e ainda os túmulos de Francisco Glicério e o do Dr. Vieira Ramos.

Finalizando, podemos dizer que, se a arquitetura moderna conseguiu enormes progressos depois dele, é porque os arquitetos se apoiaram nos ombros de diversos pioneiros, e sem dúvida alguma, também nos de Ramos de Azevedo, verdadeiro criador de uma nova mentalidade arquitetônica.

\*

---

(24) Mariano, Júlio. Op. cit., p. 429.

(25) Atualmente chamada “Escola Estadual de 2º Grau Bento Quirino” localizada na Avenida Orozimbo Maia, 2600, no bairro Jardim Boa Esperança.

(26) O Monumento foi inaugurado a 2 de julho de 1912, graças à iniciativa do Dr. Joaquim Álvaro, presidente da Câmara Municipal na época. Está na Praça Antonio Pompeu.

## EM TORNO DE TOYNBEE

João Ribeiro Júnior

Arnold Joseph Toynbee, propondo-se superar o relativismo histórico, apresenta, em sua principal obra **A Study of History**<sup>1</sup>, uma visão sistemática da História das Civilizações, destacando suas etapas estruturais e desenvolvimento, que seriam comuns a todas elas, embasado nas origens providencialistas da meditação histórica cristã-ocidental.

**A Study of History** resultado de trabalho hercúleo de saber e erudição, foi publicado em 10 volumes, três dos quais, em 1934, outros três, em 1939 e os restantes depois da guerra. Em 1946, Somervell lançou um resumo<sup>2</sup> dos seus primeiros volumes, acrescentando novos elementos e comentários, devidamente aprovados por Toynbee. Em 1954, Toynbee publica os volumes finais, e Somervell os resume, publicando-os em 1957. Assim, pode-se dizer que o **A Study of History** e o **Abridgment** se completam.

Esta obra que aspira ser um estudo comparativo da ascensão, plenitude, decadência e desintegração das civilizações, abrange mais ou menos seis mil anos de História da Humanidade. O Autor, influenciado pela filosofia bergsoniana<sup>3</sup> ao considerar o homem capaz de limitar o campo da Natureza, elaborando nele seu pensamento científico, manejou um enorme material sobre a base do qual coteja as diferentes culturas; o que lhe permitiu construir um método de estudo de casos particulares de cultura, embasado em dois fatores: o sistema industrial, que leva à subdivisão do trabalho, e a organização política democrática, que conduz ao nacionalismo, dentro de um sistema fundamentado nas conseqüências que derivam da comparação mesma, de onde tenta extrair um remédio

(1) Arnold J. Toynbee, **A Study of History**, London, Oxford University Press, 1934 - 1954. 10 volumes. **Estudio de la Historia**, Buenos Aires, Emecê Editores, trad. Jaime Perriau, 1953, 14 volumes.

(2) D. C. Somervell, **A Study of History by A. J. Toynbee, Abridgment of vols. I - IV**; *Ibidem*, vols. V - X, London, Oxford University Press, 1946 e 1957. **Um Estudo de História por Arnold J. Toynbee, Condensação** ( 1ª e 2ª parte ) trad. e pref. de F. Vieira de Almeida, Lisboa, Editora Ulisséa Ltda., 1964.

(3) As obras de Bergson que exerceram influência em Toynbee foram: **A Evolução Criadora** e **As Duas Fontes da Religião e da Moral**.

para os males que, segundo ele, padece a civilização atual. Sua concepção da História é, portanto, salvacionista.

Para Toynbee, a História da Humanidade compreende, em sucessão e simultaneidade, vinte e uma culturas<sup>4</sup>, entendendo que uma das características da formação dessas culturas é o desejo de realizar um Estado Universal. Para tanto, três fatores marcam a transição da antiga à nova civilização: em primeiro lugar, um Estado Universal, fase final da velha sociedade; por segundo, uma Igreja engendrada nesta velha sociedade, e por sua vez, engendrando uma nova; e em terceiro, a introdução caótica de uma idade heróica bárbara. Destes três fatores, o segundo é o mais importante, e o terceiro menos significativo.

Destarte, o estudo da História para Toynbee consiste no conhecimento da unidade estrutural das civilizações, graças ao qual podem patentear-se sua significação e seu objetivo. E o meio para se alcançar tal fim é, na sua opinião, o estudo comparativo de todas as civilizações ou comunidades, passadas e presentes.

Toynbee apresenta-se, assim, como um historiador empírico ( como a si próprio reconhece ) e seu empirismo não difere muito da intuição mística. Ele procura reconciliar o divino e o humano; a ciência empírica e a teologia.

A História da Humanidade, segundo esta visão, não se processa em linha reta, e sim consiste em uma série de civilizações, cada uma das quais nasce, cresce, e depois entra em decadência e, finalmente, perece. A História de todas as civilizações, que percorreram o caminho completo do desenvolvimento, é marcada por fases semelhantes. Assim, pode-se compreender o passado, e também prever o futuro das civilizações que ainda não completaram seu ciclo vital. Para Toynbee, portanto, a História é a um tempo cíclica e espiritualista; daí sua crítica ao fatalismo spengleriano<sup>5</sup>.

Toynbee vê o homem como o fato gerador do ciclo histórico, e não como simples instrumento da fatalidade, mas por outro lado, praticamente desconhece a relação entre o historiador e a História. Para

---

(4) Toynbee, emprega o termo "cultura" no sentido de "sociedade civilizada", contrariamente a Spengler, para quem "cultura" significa todo um âmbito cultural ( Kulturkreis ). Para ele, apenas cinco culturas estão ainda vivas: a Ocidental, a Ortodoxo-Bizantina, a Islâmica, a Hindu, e as do Extremo-Oriente.

(5) Ele despreza a concepção de Spengler por ser uma concepção organicista. E mais: enquanto Toynbee reconhece a nossa civilização filiada à cultura helênica, sobre a qual se fundou: Spengler entende que a nossa civilização não tem nenhum parentesco greco-romano.

ele, o historiador seria mero espectador da História, e não elemento integrante.

Como quer que seja, sua contribuição maior ao estudo da História foi a criação da teoria do “desafio-resposta” ( challenge and response ), que corresponde ao estímulo e resposta no individual. Desafiado pelo ambiente geográfico ou histórico, um povo responde, aceitando este desafio, vencendo os obstáculos.<sup>6</sup>

Deste prisma, as civilizações desaparecem porque se suicidam, e não devido à morte natural, morte violenta ou destruição súbita. Entende Toynbee que uma civilização entra em declínio quando ela já não tem respostas eficazes às exigências do desafio; quando se torna impotente para afirmar-se em sua autodeterminação e fixar a meta de sua própria ação.

Toynbee, sugerindo novo método e apregoando novas normas, é tão pessoal quanto procura ser objetivo. Daí ser sua filosofia progressista e esclarecida.

Como nota José Honório Rodrigues, “desagrada-lhe as renascenças, as imitações, as caricaturas, as recorrências históricas. É contra as discriminações raciais, rejeita as idolatrias; é irreverente, acredita na liberdade individual; opõe-se a uma visão histórica centralizada na Europa; e condena o Ocidente como agressor perpétuo”<sup>7</sup>.

Contudo, podemos perguntar: é legítimo ou proveitoso dividir em pedaços a História, denominá-los “civilizações” e logo a seguir considerá-los como expressões autônomas e independentes de leis gerais? Os fragmentos constituem, realmente, expressões diferentes de uma espécie?

Sim, se se considerar que a obra de Toynbee representa, como ensina Collingwood, “uma nova exposição do positivismo histórico (...)”. Os princípios que formam a individualidade dessa obra são princípios derivados da metodologia das ciências naturais. Estes princípios baseiam-se na concepção e relações externas. O estudioso das ciências naturais encontra-se perante fatos isolados e distintos que podem ser contados; ou então separa os fenômenos que se lhe deparam em tais fatos contáveis e distintos. Depois passa a determinar as relações entre eles, sendo sempre estas relações elos a ligar um fato a outro, exterior a ele. Um conjunto de fatos assim ligados forma, novamente, um só fato, cujas relações com

(6) A teoria “desafio-resposta” coincide com as recentes análises feitas por etnólogos e sociólogos dos efeitos estimulantes nascidos do contato de culturas.

(7) José Honório Rodrigues, *História e Historiografia*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1970, p. 223.

outros da mesma ordem são da mesma espécie externa. Se os métodos do cientista devem resultar mesmo, a primeira coisa a fazer é traçar uma linha bem nítida, separando um fato de outro. Não pode haver justaposição”.<sup>8</sup>

Não obstante, a teoria da ascensão e dispersão das civilizações apresentada por Toynbee, também tem suas falhas. Muitas críticas foram levantadas, principalmente, sob o ponto de vista metodológico.

Patrick Gardiner menciona duas delas: “Em primeiro lugar tem-se objetado que o método de Toynbee de identificar as civilizações que constituem o objeto principal de sua investigação não é independente dos paralelismos por ele subsequente encontrados entre os seus cursos subsequentes. Assim, parece que algumas das divisões por ele estabelecidas entre civilizações temporariamente adjacentes são determinadas por reflexões acerca de que curso deve uma civilização seguir para poder ser devidamente denominada “civilização”; e, ao proceder assim, as conclusões obtidas sobre os caminhos idênticos trilhados por sociedades diferentes de modo algum representam achados fatuais importantes baseados em observações empíricas, antes se limitam a refletir o método de classificação inicialmente usado. Em segundo lugar, tem-se apontado que, pelo menos nos seus últimos volumes, Toynbee parece por vezes sugerir que as sociedades são os agentes ou instrumentos de objetivos que lhe são exteriores: pergunta, por exemplo, se os ‘estados universais’ são ‘fins em si próprios’ ou meios para algo que está para além deles’. Levantar perguntas deste tipo implica, contudo, uma mudança radical de terreno; é impossível solucioná-las recorrendo somente aos elementos fornecidos pela investigação e pela pesquisa histórica e, todavia foi essa, aparentemente, a atitude em que Toynbee inicialmente confiou para a sua obra.”<sup>9</sup>

Por seu turno, Marrou objeta que Toynbee “não conseguiu, como ele próprio esperava, formular as leis específicas do fenómeno ‘civilização’. Analisa com finura e segurança certos aspectos do processo histórico apurando, se se quiser ‘leis’ do comportamento humano, mas os esquemas de conduta, os elementos de curva desenhados mostram-se susceptíveis de ser aplicados em escalas diferentes a fenómenos históricos de amplitude variável e não são, portanto, característicos do desenvolvimento das civilizações”.<sup>10</sup>

(8) R.G. Collingwood, *A Idéia de História*, Lisboa, Ed. Presença, trad. Alberto Freire, s.d., p. 253.

(9) Patrick Gardiner, *Teorias da História*, Lisboa, Fundação Calouste-Gunbenkian, trad. Vitor Matos e Sá, 1969, p. 245.

(10) H. I. Marrou, *Do Conhecimento Histórico*, Lisboa, Ed. Aster, trad. Ruy Belo, s. d., pp. 185 – 186.

Por outro lado, uma vez que as teorias toynbeeanas são diametralmente opostas à concepção materialista da História, os marxista-leninistas fazem ferina crítica quanto aos seus conceitos, e mesmo, ao seu estilo que chamam de “apocalíptico”.

Em última análise, **A Study of History** é um dos trabalhos de síntese histórica mais importante dos nossos tempos. Nele Toynbee demonstra que a religião, a crença, o conhecimento intuitivo de Deus, e a comunhão com Ele, é o objetivo final da História. E assim, esquematizando o problema da origem e da morte das civilizações, dentro de um espírito a um tempo científico e religioso, propõe uma teoria salvacionista embasada na religião católica, preconizando, como solução às profundas crises internas e externas da civilização ocidental, uma nova “Civitas Dei”, onde as sociedades ecumenicamente integradas poderão escapar aos conflitos desintegradores, sob o reinado de Cristo crucificado.

## CRÔNICAS DE UM PASSADO QUE É PRECISO REVIVER

Ernani Silva Bruno

Há algum tempo, Nogueira Moutinho publicou em a “Folha de São Paulo” oportuno artigo referindo-se às preciosas reedições de livros que vêm sendo feitas pela Editora da Universidade de São Paulo, em sua série “Reconquista do Brasil”, e pelo governo do Estado, em sua coleção “Paulística”, sugerindo ao mesmo tempo que, nesta última série, se publicassem novas edições da **Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes**, de Manuel da Fonseca, o último tomo do **Santuário Mariano**, de frei Agostinho de Santa Maria, e **Manuel de Morais**, de J. M. Pereira da Silva.

Eu lembraria que problema idêntico – o da necessidade de reeditar livros raros e de difícil acesso, de que só pode dispor um ou outro requintado bibliófilo, e que no entanto deveriam estar ao alcance de estudiosos e pesquisadores – ocorre no campo da ficção paulista ou brasileira.

Quando tomei conhecimento de que o Visconde de Taunay escrevera, sob o pseudônimo de Silvio Dinarte, o romance **Mocidade de Trajano** – descrevendo cenas, costumes e tipos humanos da região de Campinas, onde estivera, na condição de engenheiro militar, a caminho de Mato Grosso, na época da Guerra do Paraguai – andei peregrinando à procura desse livro, pelas casas de livreiros e alfarrabistas. Durante muito tempo não consegui encontrar um exemplar do misterioso livro. Entre as freqüentes reedições das obras do Visconde – feitas sob a direção de seu filho, o historiador Afonso de E. Taunay – jamais vi relacionado o romance **Mocidade de Trajano**. Um encontro com o antigo diretor do Museu Paulista me deu, certa vez, a oportunidade de tentar uma informação. Perguntei-lhe se nunca pensara em incluir **Mocidade de Trajano** entre as reedições das obras de seu pai. E a resposta acabou de me desorientar: – “Deus me livre, aquilo é um livro ímpio...”

A reação do grande mestre da historiografia brasileira se tornou mais clara, para mim, quando li a biografia do Visconde escrita por Gentil de Azevedo, que diz, em nota de pé-de-página, que interpelou o historiador sobre a não reedição daquele romance. Teve a resposta de que “respeitava a idéia original do pai e por isso não tinha ânimo para alterá-la”. E que “não julgava conveniente sua divulgação por conter referências menos nobres sobre padres”.

Com muita dificuldade e quase milagrosamente, graças a meu amigo Olinto Moura, consegui algum tempo depois obter os dois volumes

do romance, assinado por Sílvio Dinarte, em edição de 1871, da Tipografia Nacional, do Rio de Janeiro. O livro não tem, literariamente, o nível de **Inocência**. “É um simples ensaio; serviu-lhe para acertar a mão que devia traçar **Inocência**”, como escreveu o crítico Artur Mota. Mas constitui interessante contribuição ao conhecimento da região campineira no começo da segunda metade do século passado, época em que o café sobrepujara ali a cana-de-açúcar como suporte da atividade de suas grandes propriedades rurais. O autor descreve, por exemplo, a casa de fazenda, assobradada, com as janelas do pavimento superior “unidas por uma varanda de ferro fundido bem lavrado” e a porta a que dava acesso uma escadaria de sete degraus “de mármore branco de Lisboa”, e cujos moradores — fazendeiros de café — poderiam contar em breve com a novidade das carruagens com “molas excelentes” e “freios para reter as rodas nas descidas”. Fala do regime de trabalho e da distribuição de tarefas entre os escravos do eito e descreve o vestuário e o penteado das mucamas e outras cativas “do movimento interno da casa”. Refere-se às competições que se teciam na disputa dos pequenos postos locais de mando. E com sua sensibilidade de homem que vivia na corte, pôde surpreender — embora através de breve estada — os tipos humanos e os costumes mais característicos de uma época dessa região do Oeste paulista sobre a qual não existe nenhuma outra reportagem, ao vivo, na literatura de ficção.

Com todo o respeito devido ao mestre Afonso de E. Taunay, é de se estranhar que ele houvesse procurado evitar que novas edições daquele romance tornassem mais acessível, aos leitores de seu tempo e de hoje, um depoimento tão curioso sobre a sociedade e os costumes do interior paulista na época da Guerra do Paraguai. Poderá dizer-se que, no caso, devem ser respeitados os escrúpulos do historiador, que condenou o livro do pai. Mas a memória do Visconde de Taunay, que o escreveu e publicou, não deve ser respeitada? Sobretudo tendo-se em vista que a História deve vasculhar todas as realidades, ainda que desagradáveis.

É assunto para ser pensado e debatido. De qualquer forma, como se trata de obra de ficção, eu faria um apelo à Academia Paulista de Letras, para que estudasse a possibilidade — ou a conveniência — da reedição de **Mocidade de Trajano**, na coleção em que aquela entidade já publicou outros dois antigos e esgotados romances paulistas, **O Urso**, de Antônio D'Oliveira, e **Madame Pommery**, de Hilário Tácito. Sem se esquecer de que, entre as obras raras da ficção paulista, existem **A Cruz de Cedro** (1854), de Antônio Joaquim da Rosa, e **O Paulista**, de Austo Rasec, que era Augusto César de Barros Cruz. Obras que, podem não ostentar um alto nível literário, mas que se revestem do mais amplo interesse histórico-literário.

No caso de **Mocidade de Trajano**, não é um romance paulista, se a conceituação dessa designação ficar mediocrementemente amarrada ao local

de nascimento do autor. Mas em qualquer hipótese será um romance inspirado na vivência de uma região de São Paulo.

Sendo muito pobre a ficção paulista ou inspirada pelo ambiente social e humano de São Paulo, no decorrer do século passado, será justo que o pouco que existe permaneça escondido e ignorado nas páginas de antigas e desaparecidas edições ?

( De Folha de São Paulo, 26-3-1981. )

\*

## HISTORIADORES DE JUIZ DE FORA

Paulino de Oliveira

O primeiro historiador desta cidade ( Juiz de Fora ) foi Inácio Gama, que para aqui veio em 1854, acompanhando seu pai Ernesto Velasco Nogueira da Gama, então nomeado escrivão do Cartório de Orfãos do Termo, e aqui permaneceu até o seu falecimento ocorrido a 17 de dezembro de 1919. Inácio Gama não escreveu nenhum livro, mas deixou crônicas que, publicadas pela imprensa, constituíram segura orientação para os que se dedicaram à pesquisa, como aconteceu, principalmente, com Albino Esteves e Lindolfo Gomes. Depois dele, ou simultaneamente, vieram Constantino Paletta, Elói de Andrade, Eduardo de Menezes ( pai ), Duarte de Abreu, além de outros, e mais recentemente Múcio de Abreu Lima que, tendo sido renitente escarafunchador dos nossos arquivos, andou publicando vários artigos neste jornal e estava preparando um livro intitulado **Cidades que surgiram à beira do Caminho Novo**, quando a morte o colheu.

Estou recordando os nomes desses historiadores, todos mortos, para dizer que, no meu entender, Eduardo de Menezes Filho foi, talvez, o maior de todos, não podendo deixar, portanto, de ser incluído entre os demais. Entretanto, não lhe sobrou tempo para escrever e publicar, nem mesmo em crônicas, o resultado das suas pesquisas. Por isto foi ele a primeira pessoa ausente da cidade a quem enviei um exemplar da minha **História de Juiz de Fora**, cuja primeira edição lancei em 1953. Leu-a toda e em carta a mim dirigida a 7 de dezembro do mesmo ano declarou: "Não foi somente o assunto que me prendeu a atenção, mas o estilo escorreito e sereno." Bondade dele! Analisou-a ponto por ponto e, sem nada contestar, fez algumas observações, principalmente com relação a nomes de pessoas, divulgados com incorreções, das quais me vali para a 2ª edição.

No capítulo "Princesa do Paraibuna", em que tratei das administrações municipais do período de 1930 a 1940, inclusive a dele, que só durou dois anos, deixei escrito o seguinte sobre as providências tomadas em 1937 para o aterro da baixada do Paraibuna: "Talvez não conhecesse o prefeito Eduardo Menezes Filho a detalhada informação, de que já nos ocupamos, sobre o dessecamento dos pântanos existentes em Juiz de Fora, prestada em 1879 ao presidente da Câmara Municipal, Dr. Romualdo de Miranda Ribeiro, pelo Dr. Francisco Pereira Passos, então diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, na qual declarou que a solução seria drenar e aterrar a várzea do Paraibuna, embora lentamente." Não tive

a intenção de lhe dar quinau; no entanto, ele o aceitou, dizendo: “De fato, não tinha notícia da iniciativa de Pereira Passos. Mas o aterro da baixada era velha aspiração generalizada.”

Sua última observação foi esta: “Página 296 — O Dr. José Celso é primo e não sobrinho do Dr. Benedito Valadares”. Em seguida declarou: “Verifiquei que você se apegou, principalmente, aos livros e arquivo da Câmara. Há, porém, fatos de relevo no passado de Juiz de Fora que através daquelas fontes não são conhecidos”. E contou inúmeros que de per si dariam assunto para novos livros, como os que já publicaram Wilson de Lima Bastos e Luiz José Stehling e a conferências como as que já fizeram Almir de Oliveira e Dormevilly Nóbrega.

( Do Diário Mercantil, Juiz de Fora,  
1-2-1983. )

\*

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Anais da IV Reunião de Positivistas. Rio de Janeiro, 1981. 160 p.

Ao ensejo do centenário da fundação da Igreja Positivista do Brasil, a presente reunião propiciou oportunidade de enfoque de diversos problemas sociais, econômicos, políticos e históricos à luz da doutrina comteana. E os **Anais** que dela resultaram dão a exata impressão do interesse e da seriedade das questões então ventiladas. Precedidos de um poema ( “Íntima Confissão” ) de Áurea Xavier, treze comunicações se sucedem, a saber: “A História do Brasil à luz do Positivismo” ( Paulo da Silveira Santos ); “O Racismo Judaico: mito e realidade” ( Paulo de Tarso Monte Serrat ); “As Motivações de Consumo analisadas segundo a Teoria da Personalidade de Augusto Comte” ( Júlio César Rodrigues Vercesi ); “Divisão da Religião” ( Germano Traple ); “Apreciação geral do temário da IV Reunião de Positivistas” ( Sérgio Blanco Júnior ); “A Divulgação do Positivismo” ( David Carneiro Júnior ); “Comte e Marx: Métodos e Doutrinas” ( Alfredo de Moraes Filho ); “As Conquistas Científicas após Augusto Comte, no âmbito da Agricultura e da Pecuária” ( Clóvis Nery ); “Consumismo Industrializado” ( Luiz Carlos Correia da Costa ); “O Positivismo” ( Hugo Kammsetzer ); “A Questão Social e o Positivismo” ( Ruyter Demaria Boiteux ); “O Positivismo e a Teologia da Libertação. A Questão Social-Trabalhista” ( Ruben Descartes de Garcia Paula ) e “Exposição do trabalho do Prof. Aníbal Silveira **Das Leis Estáticas e Dinâmicas da Inteligência: Aplicação patológica mental**” ( Edson Engels Garcia dos Santos ). Completa o volume da relação dos participantes da IV Reunião. ONM ( Cortesia do Dr. Paulo da Silveira Santos. )

Dimas, Antonio – Rosa-Cruz: contribuição ao Estudo do Simbolismo. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1980. 172p. ( Boletim nº 31, nova série; Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, nº 9; Curso de Literatura Brasileira, nº 1 ).

Trata-se de mais um empreendimento promovido pelo Instituto de Estudos Brasileiros ( da Universidade de São Paulo ) em torno do estudo dos periódicos literários, importantes para a compreensão mais apurada do desenvolvimento de nossa literatura. Já tivemos oportunidade de registrar diversos desses trabalhos, publicados pelo próprio Instituto. Desta vez – e certamente por

motivos ponderáveis — a publicação se faz pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. **Rosa-Cruz**, que se editou no Rio de Janeiro em 1901 e 1904, com apenas sete números, é considerada, pelo autor, “uma espécie de último alento da vaga simbolista e o seu fugaz reaparecimento não serviu senão para marcar o fim do Simbolismo, enquanto movimento literário precariamente organizado”. E ainda “como revista de sobrevivência de uma estética agonizante e homenagem àquele que fora pontífice máximo do Simbolismo: Cruz e Sousa”. Tratava-se, efetivamente, de um “esforço desesperador” de Saturnino de Meirelles, empenhado em preservar a memória do poeta catarinense. E o autor do ensaio transcreve trecho de uma carta do editor da revista a C. Tavares Bastos, que mostra seu estado de espírito: “Não compreendes o quanto luto para dar essa revista. Além da falta de recurso, falta de auxílio espiritual. Viverei sempre nesse eterno sonho até que o anjo da morte me venha mostrar que o fim de todos está nos sete degraus da cova. Reconheço que esse meu desprendimento pelas coisas do mundo é uma loucura, mas aprendi a ser louco com Cruz e Sousa...” “Apresentação da revista”, “Formação do grupo” e “Idéias e atitudes” são os três capítulos nos quais o autor mostra a contribuição dessa publicação para o estudo da literatura brasileira. Índices de colaboradores, artigos e nomes citados, é ainda alguns depoimentos, completam o volume. ONM (Cortesia da editora.)

Enciclopédia de Estudos Euclidianos, vol. 1. Jundiaí, Gráfica-Editora Jundiaí, 1982. 234 págs. ilustradas.

O transcurso, no ano passado, do 80º aniversário de **Os Sertões**, a imortal obra de Euclides da Cunha, propiciou inúmeras oportunidades de estudos, às vezes com caráter revisionista, em torno do autor e de seu grande livro. A imprensa deu grande destaque às comemorações da efeméride, sem que precisemos recordar o que então se fez. Mas, dentre todas as publicações, nenhuma nos pareceu mais significativa que a **Enciclopédia de Estudos Euclidianos**, aparecida em Jundiaí, por iniciativa do grande euclidiano que é Adelino Brandão. O título, lembra o organizador do volume, pode parecer um tanto “iluminista”, ao sabor dos teóricos do século XVIII. Mas ele próprio reconhece que nenhum outro caberia tão bem ao empreendimento, que parece ser o primeiro volume de uma série “sem data fixa de surgimento”, mas que pretende abordar todos os ângulos da vida e obra do escritor. E sua obra é enciclopédica. Portanto, nada de mais no título. Há uma geografia, uma sociologia, uma antropologia, uma história... enfim há de tudo em **Os Sertões**. É raro desses múltiplos aspectos o que ainda

não foi abordado (se é que algum ainda não o tenha sido) nas comemorações que anualmente se realizam em São José do Rio Pardo. Pois é intenção do organizador da presente **Enciclopédia** reunir o que já se falou na simpática cidade do Rio Pardo que, mais que a própria terra natal do escritor, cultua-lhe reverentemente a memória. A Adelino Brandão, a quem já devemos, entre outros livros, uma **Sociologia de "Os Sertões"**, devemos, também, o capítulo inicial desta **Enciclopédia**: "Visão sintética sobre a obra de Euclides da Cunha" e mais o capítulo intitulado "Euclides da Cunha e Victor Hugo". Eis os demais trabalhos, com seus autores: "A poesia na prosa de Euclides da Cunha" (Abgvar Bastos); "**Os Sertões** nas versões italiana, francesa e espanhola" (Aldo Cipolato); "**Os Sertões**: história da Campanha de Canudos" (Amélia Franzolin Trevisan; "Estruturas formais para a atmosfera de angústias em **Os Sertões**" (Célio Pinheiro); Aspectos da obra **Peru versus Bolívia**" (Dálvaro da Silva); "**O Estouro da Boiada**: estudo comparativo" Emerson Ribeiro de Oliveira; "A nota preliminar de **Os Sertões**" (Everton de Paula); "As trilhas que partem de **Os Sertões** e de Euclides" (Francisco Marins); "Presença de Euclides" (Hercílio Ângelo); "Revisão histórica de Canudos" (Honório de Syllos); "Tipos étnicos e sociais de **Os Sertões**" (Ivo Vannuchi); "As mulheres de **Os Sertões**" (José Calasans); "**Judas-Ashverus**: estudo estilístico" (Márcio José Lauria); "A Geografia na obra de Euclides da Cunha" (Moisés Gicovate) e "Aspectos biográficos de Euclides da Cunha" (Oswaldo Galoti). Numerosas fotografias e desenhos de Elvivo Santiago e Geraldo Tomanik e ainda dados biográficos dos autores completam o belo volume que honra a arte gráfica jundiáense. Pelo programa que se tem em mira, só temos que almejar que a **Enciclopédia** tenha prosseguimento e esperar pelos novos volumes, pois ela "não se limitará ao exame e análise de **Os Sertões**, ou aos aspectos estético-formais ou estilísticos deste e demais livros de Euclides, mas buscará rever, mesmo, algumas posições, sob novos enfoques, em relação à obra euclidiana, considerando-a à luz de seu tempo e de nossa época". ONM (Cortesia de Adelino Brandão, Jundiá.)

Madureira, A. de Sena — Guerra do Paraguai. Brasília, Editora da Universidade, 1982. 168 págs. (Coleção "Temas Brasileiros", vol. 22.)

Antônio de Sena Madureira nasceu no Recife, em 1841, e morreu no Rio de Janeiro, em 1889. Bacharel em Matemática e Ciências Físicas, era Primeiro-Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros quando eclodiu a Guerra do Paraguai. Participou de toda a campanha

recebendo várias condecorações. Republicano e abolicionista, publicou diversos artigos contra a Monarquia e foi promotor das duas primeiras “Questões Militares” que contribuíram para o advento da República. No mesmo ano do término da Guerra contra Lopez (1870) publicou, no Rio de Janeiro, o livro aqui mencionado, como resposta ao do autor inglês George Thompson e aos seus anotadores argentinos D. Lewis e A. Estrada. O livro do autor inglês havia sido publicado em 1869 e nesse mesmo ano traduzido para o português, editado por Laemmert, no Rio de Janeiro. Todavia, o tradutor, Antônio Augusto da Costa Aguiar, não se deu ao trabalho de apor à obra anotação de qualquer espécie, o que seria fundamental em livro dessa natureza. Sena Madureira foi muito violento no julgamento não só do livro, como do autor, que, para ele, não passava de “pseudo-engenheiro, pseudomilitar, péssimo desenhista, ridículo diretor de teatro de bonecos, dócil instrumento das cruzes de seu locador, mordomo da hetera irlandesa, transformada em **suprema** do Paraguai, afinador de pianos dessa harpia, e que só entrou em fogo na praça de Angostura, onde capitulou logo à primeira intimação”. Com tais credenciais, era “capaz de tudo quanto for sacrilégio da religião da verdade e culto da decência”. Pondo de lado a paixão com que o autor pernambucano escreve, sua resposta tem interesse não apenas do ponto de vista militar, mas também do político. Todavia, apesar de ser o livro de Thompson francamente hostil aos brasileiros, não se pode deixar de levá-lo em conta, com as devidas cautelas, quando se estudam certos episódios sobre os quais ele devia estar mais bem informado que ninguém. O fato de ter sido a primeira obra a aparecer, sobre a Guerra do Paraguai (quando nem havia ainda terminado o conflito), muito se difundiu e dela se aproveitaram vários autores. Da obra de Thompson, fez-se uma nova edição brasileira, devidamente anotada e da qual já nos ocupamos num dos primeiros números desta publicação (nº 11, de 1970). Agora, chegou a vez de termos de novo a obra de Sena Madureira, num valioso empreendimento da Editora da Universidade de Brasília. Faltou a este volume o mesmo que faltou à primeira edição brasileira da obra inglesa: notas que esclarecessem o leitor acerca do verdadeiro no emaranhado em que as paixões não raro obscurecem a linha do pensamento do autor. De qualquer maneira, trata-se de importante documento de nossa história militar. ONM

Mello, Mellilo Moreira de — Na Cadeira Visconde de Taunay da Academia Brasileira de Literatura. Rio de Janeiro, 1982. 58 págs.

Ao ser empossado na Academia Brasileira de Literatura, o novo acadêmico, proferindo seu discurso de praxe, em que tratou de seu

patrono, no caso o Visconde de Taunay, teve oportunidade de abordar a vida e a obra do autor de **Inocência** de modo a produzir página altamente significativa para o conhecimento ou, melhor dizendo, para um mais amplo conhecimento de figura que não vem sendo tratada com a devida justiça pelos modernos historiadores da literatura e da cultura brasileira, em geral. A não ser os casos de **Inocência** e da **Retirada da Laguna**, que continuam sendo reeditados, os demais livros de Taunay, todos esgotados, estão praticamente esquecidos e totalmente ignorados das novas gerações. No entanto, se entre eles há muitas páginas de circunstância, hoje talvez superadas, há contudo, doutra parte livros preciosos, indispensáveis mesmo para o conhecimento da vida política do Segundo Reinado. E mesmo questões avançadas para a época, como a Imigração, o casamento civil, a grande naturalização, mereceriam ser revistas à luz do que escreveu o grande brasileiro. E ainda na literatura militar, de que Taunay foi dos pioneiros no Brasil, algumas de suas descrições geográficas das regiões que percorreu indo para ou voltando de Mato Grosso, revestem-se de grande valor para o melhor conhecimento de regiões na época praticamente ou mesmo inteiramente ignoradas. E as páginas sobre Goiás e Santa Catarina, as duas províncias que representou no Parlamento Imperial? E o documentário sobre a última fase da Guerra do Paraguai, quando atuou como secretário do Conde d'Eu? E o que escreveu sobre o Paraná, província que presidiu (tal como a de Santa Catarina) e na qual deixou nome até hoje lembrado? Figura realmente notável de nossa cultura, não só pela variedade de seus interesses, como pela seriedade com que soube tratar dos problemas ventilados, merece, de fato, que sua obra seja mais divulgada ou mesmo reavaliada, e para isto, a contribuição do novo acadêmico do Rio de Janeiro nos parece significativa. ONM (Cortesia do autor.)

- O Despertar de uma Consciência Ecológica: Cartilha de Uruguaiana. Uruguaiana, Câmara Municipal/Secretaria da Saúde e Ação Social, 1982. 148 págs.

A chamada **Cartilha de Uruguaiana**, elaborada e publicada pela Câmara Municipal e pela Secretaria da Saúde e Ação Social da grande cidade gaúcha da fronteira, deveria servir de exemplo e modelo para todas as municipalidades brasileiras que realmente estejam empenhadas na conscientização do cidadão face a numerosos problemas com os quais ele se defronta. Melhor transcrever o seu prefácio: "Trata-se de um trabalho de pesquisa, visando dotar nossas escolas de um livro para a matéria **Educação Ecológica**, introduzida por lei no currículo de nossas escolas municipais. O problema da

Ecologia é de mentalidade; mais que de ciência é de consciência. O mundo atual está em contínua transformação. Cada geração pensa que está vivendo um momento crucial da história da humanidade. Num certo sentido é verdade, pois cada geração acrescenta algo fundamental ao já adquirido por aquelas que a precederam. Mas nossa época é a que mais marcas está deixando na harmonia entre o Homem e a Natureza. Está-se criando um mundo novo sob os nossos olhos e graças a nós. Embora o homem de hoje tenha fé inquebrantável e absoluta no futuro, um terrível **conceito utilitário** apoderou-se de nós. Só nos interessamos por aquilo que serve, por aquilo que tem um rendimento e, de preferência imediato. O homem desliga-se de sua própria história, tenta abafar as fontes de sua vida e, do alto da imensa torre que construiu, mergulha naquilo a que chama futuro. E se o homem estiver enganado ? O **despertar de uma consciência ecológica** deve ocorrer agora. A conservação da natureza, a preservação do meio ambiente deve ser defendida. Mas creio que a natureza só poderá mesmo ser salva pelo nosso coração. Só o amor muda as pessoas. Só será preservada se o homem manifestar por ela algum amor. A conquista do que sonhamos depende de uma interação efetiva, pública e privada, vale dizer, uma soma de esforços oficiais junto à conscientização da comunidade. Precisamos de desenvolvimento para Homem jamais contra o Homem”. Estas palavras do Dr. Roberval Beheregaray Azevedo, presidente da Câmara de Uruguiana ( na legislatura passada ), situa o problema e prepara o leitor para o conhecimento de um dos trabalhos mais sérios já realizados entre nós em torno da Ecologia e ressalta, particularmente, o que deve caber ao Estado ( ou ao Município ) e o que deve resultar do esforço educativo através das escolas municipais, onde não apenas a Educação Moral e Cívica deve ser ensinada, mas igualmente a Educação Ecológica, como se faz no Rio Grande do Sul. A grande cidade da fronteira, à qual o autor desta nota se sente tão afetivamente vinculado, pois foi ali que iniciou sua carreira docente, vem de dar, pois, significativo exemplo ao Brasil. Vazada em linguagem científica, mas acessível, a **Cartilha de Uruguiana** deveria ser amplamente divulgada em todo o País, para que os diversos municípios a adaptassem às suas condições que, naturalmente, são peculiares. ONM ( Cortesia da Câmara Municipal de Uruguiana. )

Pinheiro, Célio ( coord. ) – 80 anos de “Os Sertões” de Euclides da Cunha. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982. 94 págs.

Ao registrar a **Enciclopédia Euclidiana**, lembramos que a efeméride comemorativa dos oitenta anos de **Os Sertões** ensejou a publicação de numerosos volumes, ora de crítica e análise, ora de valor

documental e bibliográfico. Assim, folgamos em registrar a publicação do Arquivo do Estado, coordenada por Célio Pinheiro, cuidadosamente elaborada no sentido de apresentar, tão completa quanto possível a bibliografia euclidiana. De grande interesse, igualmente, o capítulo “Evolução da crítica sobre Euclides da Cunha. ONM ( Cortesia do Arquivo do Estâdo. )

Rodrigues, José Honório — O Parlamento e a Consolidação do Império, 1840 — 1861: contribuição à história do Congresso Nacional do Brasil, no período da Monarquia. Brasília. Câmara dos Deputados, 1982. 214 págs.

“É fora de dúvida que o Poder Legislativo, no Brasil, vem, desde o início de suas atividades, em 1823, desempenhando papel de suma importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico do País”. Com estas palavras de apresentação do Deputado Nelson Marchezan, então Presidente do Legislativo Federal, justifica-se a promoção de um concurso visando a estimular estudos sobre o assunto, do qual foi vencedor o renomado historiador José Honório Rodrigues, com o volume que aqui se registra. Consta de seis capítulos: 1. A consolidação do Império; 2. O apoio e a oposição ao governo; 3. Os métodos parlamentares; 4. As rebeliões, anistias, a Conciliação, a Oligarquia; 5. Harmonia e desarmonia de Poderes; 6. O papel do Parlamento na consolidação do Império. Conforme explica o autor, seu livro “baseia-se exclusivamente nos **Anais do Parlamento** e nos folhetos e livros contemporâneos. Já tendo o ilustre historiador publicado obras mais extensas em torno do tema, como, por exemplo, **O Parlamento e a Evolução Nacional**, na qual reuniu textos preciosos para o conhecimento da vida política brasileira, credencia-o, mais que a qualquer outro autor, a tratar com segurança e probidade de nossa vida política. Indicação precisa de fontes e da bibliografia utilizada completam o volume em boa hora editado pela Câmara dos Deputados. ONM ( Cortesia do autor. )

\*

## PERIÓDICOS

Academia Sorocabana de Letras, ano IV nº 4 setembro de 1982. Edição especial comemorativa do cinquentenário da Revolução Constitucionalista. **Conteúdo:** Causas e antecedentes da Revolução de 32 ( José Aleixo Irmão ); Sorocaba, 1932 ( Adolfo Frioli ); Sorocaba: terra de tradições libertárias ( Adilson Cezar ); A poesia na Revolução de 1932 ( Basílio da Costa Daemon ); O Instituto de Pesquisas Tecnológicas e a Revolução de 32 ( Rogich Vieira );

1932: a participação da mulher ( Vera Ravagnani Job ); A Revolução de 32 na música popular ( Abel Cardoso Júnior ); O submundo da Revolução de 32 ( Armando Oliveira Lima ); Episódios da Revolução de 32 em Nuporanga ( José Alexo Irmão ). Para contatos, Caixa postal 689, CEP 18100, Sorocaba, SP.

Anais da I Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo, 1982.

**Conteúdo:** Apresentação ( Maria Beatriz Nizza da Silva ); Pannel sobre o Instituto de Estudos Brasileiros da USP ( Rosemarie Erika Horch, Arlinda Rocha Nogueira e Lucy Maffei Hutter ); Nobres e burgueses na Florença medieval ( Jônatas Batista Neto ); Ordem, estado e classe no Ocidente europeu: algumas coordenadas para uma visão de conjunto ( Victor Deodato da Silva ); Lisboa, personagem de Fernão Lopes ( Maria Lúcia Perrone de Faro Passos ); Sobre a política colonial de Carlos III na América Espanhola ( Emanuel Soares da Veiga Garcia ); Registro de navios no Arquivo Geral das Índias ( Yvone Dias Avelino ); Abolição do regime senhorial no Canadá ( Gabriel Roy ); Manuscritos brasileiros, paleografia brasileira: um tema em discussão ( José Augusto Vaz Valente ); Os folhetos da Independência: fontes para a história das idéias políticas no Brasil ( Elda Coelho Zan ); "O Correio Braziliense", como instrumento de divulgação cultural ( Cláudio Nikitiuk ); A palavra **indústria** na revista "O Auxiliador da Indústria Nacional": uma contribuição ao estudo dos conceitos e das significações ( Erdna Perugine ); O povo nas páginas de **A Tesoura** ( Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci ); A polêmica do casamento civil na imprensa feminina ( Marize Carvalho Vilela ); Literatura e História ( Teresinha Aparecida Del Fiorentino ); Levantamento de fontes para um estudo do relacionamento Brasil/Bolívia nos governos de Vargas ( Maria de Fátima Fontes Piazza ); Sergipe: navegação e comércio, séc. XIX ( Maria da Glória Santana de Almeida ); O empresário paulista no Nordeste brasileiro: o caso do Ceará ( Luciara Silveira de Aragão e Frota ); São Paulo e Angola no século XVIII: impacto e desajuste de política iluminista ( Heloísa Liberalli Bellotto ); Autos de dispensas matrimoniais e casamentos no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo ( Eliana Maria Réa Goldschmidt ); O Código Comercial de 1850: lei e realidade em São Paulo no século XIX ( Rita Maria Cardoso Barbosa ); A questão servil em São Paulo no século XVII e o revisionismo ideológico de historiografia "liberal" ( Nanci Leonzo ); Reza, latim, palmatória e rapé...: alguns aspectos da formação escolar do Colégio do Caraça durante o século XIX ( José Ferreira Carrato ); Aspectos materiais das escolas públicas de primeiras letras na 5ª Comarca da Província de São Paulo ( Elvira Mari Kubo ); Participação dos imigrantes no comércio e indústria do Paraná ( Altiva P. Balhana e Cecília M. Westphalen ); A história do Telefone no Paraná ( Lando R. Kroetz ); Projeto História Oral ( Oksana Boruszenko ); A pesquisa histórica em Santa Catarina ( Walter F. Piazza ); Poloneses em Santa Catarina ( Maria Therezinha Sobierajski Barreto ); O Órgão Fazendário do Rio Grande do Sul ( Eni Barbosa ). Correspondência: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica: Rua Cardoso de Almeida, 788, sala 44; Cep 05013, São Paulo, SP.

Arquivo: boletim histórico e informativo. São Paulo, Arquivo do Estado, volume 3, nºs 1 e 2. 1982. **Conteúdo:** nº 1: Arquivo do Estado comemora 90 anos ( Amélia F. Trevisan ); O Arquivo hoje ( Raquel Glezer ); O historiador do litoral paulista ( Odilon N. de Matos ); Maços de População ( Amélia Trevisan ); Notas bibliográficas de Ana Maria de Almeida Camargo; Perfil do Pesquisador; Noticiário. Nº 2: Arquivo Privado Júlio Prestes: esboço de

organização ( Lena Vânia Ribeiro Pinheiro e Silvana Goulart Guimarães; Inventários e Testamentos como fontes primárias de pesquisa ( Maria Helena Ochi Flexor ); Inventários e Testamentos ( Amélia F. Trevisan ); Euclides da Cunha e o Arquivo do Estado ( Amélia F. Trevisan ); Notas bibliográficas de Ana Maria de Almeida Camargo e Odilon Nogueira de Matos; Pesquisas e Pesquisadores; Entrevista com o Prof. Dr. José Sebastião Witter; Noticiário. ( Endereço para contatos: Rua Antonia de Queiroz, 183, São Paulo. )

História: Questões e Debates, ano 2, nº 3, dezembro de 1981. Revista da Associação Paranaense de História, Curitiba. **Conteúdo:** Apresentação ( Ana Maria de Oliveira Burmester ); O estudo da história regional: nota prévia ( Brasil Pinheiro Machado ); A contribuição da demografia à história ( Jacques Dupâquier ); Considerações sobre o movimento renovador sindical ( Paulo de Tarso Barreto de Faria ); Fontes para um estudo demográfico ( Beatriz Teixeira de Mello Miranda ); Contribuição ao estudo da imigração alemã no Paraná: acerca do Pastor Friedrich Wilhelm Brepohl ( Marionilde Dias Brepohl ); resenhas bibliográficas de Antônio Carlos Proença, Denise Bottmann, Maria Cristina Colnaghi e Ângela Cecatto Pires.

Publicações do Museu Municipal de Paulínia. Nº 23, fevereiro de 1983. Conteúdo: Uma segunda igaçaba de Capivari ( Renata Parada Pazinato ); Sonho e morte no mundo karajá ( Desidério Aytai ).

Revista Brasileira de Sociologia, vol. VI, nºs 1/2. Campinas. Associação Brasileira de Sociologia. **Conteúdo:** A expansão da Sociologia no Brasil ( Alfonso Trujillo Ferrari ); Supervisão: uma área que necessita de investigações sociológicas ( James Patrick Maher e Ezequiel Theodoro da Silva ); Rede social e ciclo de vida familiar ( Maria Salete Zulzke Trujillo ); As ocupações como objeto de estudo sociológico ( Antônio Carlos Gil ); Algumas reflexões sócio-econômicas da Amazônia ( Lúcia Melo e Teresa Piqueira ); O curso de pós-graduação iniciado em 1941 ( Donald Pierson ); Resenhas bibliográficas de Cláudio Souto, Antônio Carlos Gil, Eva Maria Lakatos e John E. Owen.

\*

\* \*

## NOTICIÁRIO

LIMEIRA CULTIVA MEMÓRIA DO SEU PIONEIRO  
INDUSTRIAL

Quando for escrita a história de Limeira, capítulo especial merecerá, por certo, a vida e a obra do engenheiro Trajano de Barros Camargo, ricas em detalhes. Descendente direto dos mais antigos povoadores da cidade, é considerado “o pai da indústria limeirense”. Fundador da antiga “Machina São Paulo” – marca de desenvolvimento do diversificado parque industrial desta cidade –, Trajano Camargo foi o responsável, embora indiretamente, pelo surgimento de outras indústrias como a “Zaccaria”, “D’Andrea”, “Fabri”, “Penedo”, “Rodabrás”, além de pequenas metalúrgicas e fundições.

De fato, Trajano Camargo é tido como um fora de série. Basta dizer que praticamente quarenta anos antes da criação do BNH ( Banco Nacional da Habitação ), ele construiu em Limeira dois conjuntos habitacionais, num total de quase uma centena de residências. “Ele fez casas para operários, onde hoje moram doutores”. A afirmação de um ex-funcionário da “Machina São Paulo”, feita numa roda de aposentados na Praça Toledo Barros, revela a extraordinária figura humana daquele homem carismático que, “muito antes de Getúlio Vargas, já aplicava as atuais leis sociais em sua indústria”. Dizem os mais antigos que Trajano dava aos seus operários “participação nos lucros da empresa”.

Preocupado com a educação e a cultura dos limeirenses, construiu magnífico prédio destinado ao Colégio Santo Antônio. Ao mesmo tempo, fundou uma escola de ensino profissionalizante e instalou uma gráfica, com tipos e máquinas importados, até hoje citada pelos antigos gráficos da cidade. Porém, o que mais chama a atenção daqueles que buscam informações da indústria de Limeira nos arquivos dos jornais é o dinamismo e a impressionante visão empresarial deste homem ilustre, que hoje dá nome à principal rua de Limeira, a uma escola e que tem sua herma erigida em uma das praças centrais.

Nascido em 15 de março de 1890, fez seus estudos em São Paulo, formando-se engenheiro pelo Mackenzie, em 1909. Depois, viajou para os Estados Unidos onde não pôde concluir o curso de especialização, em virtude da morte de seu pai. De volta ao Brasil, lecionou matemática na Escola de Agricultura “Luiz de Queiroz”, em Piracicaba. Após seu casamento com a senhora Maria Thereza Silveira de Barros Camargo ( que, mais tarde, viria tornar-se prefeita da cidade ), em 1913, fundou com um dos cunhados e um dentista da cidade uma empresa encarregada de

projetar e construir complicada máquina de classificar café, para, um ano mais tarde, fundar a “Machina São Paulo”. Curiosamente, por obra do acaso, Trajano Camargo — que era dotado de extraordinário espírito prático — inventou novo processo de descascar café, quando brincava com um estilingue: em lugar de pedrinhas, ele usava grãos de café e alguns, no choque com uma parede, descascavam, chamando a atenção do arguto Trajano. Foi assim que idealizou um simplíssimo descascador de café, que patenteou em 1920, passando sua indústria a produzir conjuntos completos de 400 arrobas cada um, que, exibidos na Exposição Internacional do Centenário, em 1922, receberam medalha de ouro. Depois disso, a “Machina São Paulo” cresceu tanto que foi obrigada a manter 80 agências espalhadas por todo o Estado e 30 mecânicos viajantes para a manutenção das máquinas já instaladas. E era tão importante, que durante a Segunda Guerra Mundial chegou a ser mobilizada para a fabricação de material bélico. Em 1928, Trajano Camargo adoeceu, vindo a falecer dois anos depois, aos 40 anos, entrando para a história de Limeira como o pioneiro de sua indústria. ( João Baptista Petrelli, em “O Estado de S. Paulo”, 16-1-1983. )

\*

## PELOTAS LUTA PARA PRESERVAR HISTÓRIA

Muito se tem falado em torno da história cultural de Pelotas, conhecida como a “Atenas Rio-grandense”. A cidade, ao longo dos anos, não procurou preservar seus prédios, parte importante do seu crescimento e desenvolvimento. Nos últimos seis anos, uma consciência de proteção do patrimônio tomou conta da população e alguns tombamentos foram obtidos, na área federal.

Por iniciativa do ex-prefeito Irajá Rodrigues, muitas reivindicações foram feitas neste sentido, até que o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, tombou o conjunto de três prédios em estilo neoclássico — considerado o maior do Brasil no gênero — localizado na Praça Coronel Pedro Osório, no centro de Pelotas, e o Teatro Sete de Abril, um dos mais antigos do País. Recentemente, a Prefeitura Municipal recebeu comunicação do mesmo Instituto de que havia sido tombada, como monumento, a caixa d’água existente na Praça Piratinino de Almeida, em frente à Santa Casa. Esta caixa d’água, toda armada em ferro, e de origem francesa, foi montada em Pelotas em 1815, e adquirida por 5.500 libras da firma Fouille, Frères et Cie., de Paris. Tem uma circunferência de 150 metros e capacidade para 15 mil metros cúbicos.

Todo o patrimônio histórico e cultural de Pelotas será controlado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural

( Comphic ), que está em vias de implantação. Sob a coordenação do prefeito municipal, ao Conselho caberá entre outras coisas: “cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento; apreciar a conveniência de tombamento, emitindo parecer fundamentado; proceder ao tombamento provisório; encaminhar ao prefeito, para homologação, requerimento ou proposta de tombamento definitivo; manter os livros do tomo e articular-se com os demais órgãos da administração municipal, para o atendimento de suas finalidades e, especialmente, para fiscalização do cumprimento da lei”.

Entre a arte e a cultura de Pelotas existe um respeito que vem de longe, desde o século passado. E para abrigar toda uma sociedade que detinha um alto padrão sócio-econômico-cultural, a arquitetura precisava, também, espelhar o modo de ser dos pelotenses. Surgiu aí uma arquitetura nobre e bela, cujo expoente mais característico é o neoclássico.

Para a preservação do que ainda resta espalhado pelas ruas de Pelotas, foi realizado estudo pelo Professor Nelson Abott de Freitas, coordenador do Salão de Artes; sua pesquisa não se restringiu a prédios, mas inclui também chafarizes, caixas d’água e esculturas da época. Após a pesquisa, chegou o professor Freitas à conclusão de que “não existe no Brasil uma cidade como Pelotas, abrigando tantos e tão belos prédios do estilo neoclássico, mas falta uma preocupação mais efetiva para preservar estes monumentos, que aos poucos estão desaparecendo”.

São também de grande importância os quatro chafarizes que a Companhia Hidráulica Pelotense mandou buscar em Paris, para o abastecimento de água à população. Em 1973, a Câmara Municipal designou os seguintes locais para a instalação dos chafarizes, fundidos por A. Durenne Louvenoire: Praça Coronel Pedro Osório ( primeiro a ser colocado em 1873 ), Praça José Bonifácio ( 1873 ), Largo do Porto ( 1874 ), transferido recentemente para o calçadão da Rua Andrade Neves, e Largo Santo Inácio ( 1874 ).

Nelson Freitas também relacionou esculturas existentes em praças e que têm seu valor histórico, tais como obras de Antonio Caringi, uma das principais figuras do meio artístico pelotense. São de Caringi as esculturas localizadas na Praça Coronel Pedro Osório, como as do Dr. Francisco de Paula Amarante, Dr. José Brusque Filho, Coronel Pedro Osório e o monumento às mães. Na Praça 20 de setembro, o monumento ao Sentinela Farroupilha; na praça da Avenida Dom Joaquim, a de Dom Joaquim Ferreira de Melo e na Praça 1º de Maio, o monumento ao colono.

Para melhor situar as características arquitetônicas de Pelotas, é necessária a apresentação dos dois principais estilos que se impuseram na construção das residências dos senhores da terra. O estilo colonial apresenta caracteres bem mais pesados do que o neoclássico. Seus telhados

marcam o estilo pelos beirais em telha canal, mostrando grande variedade de detalhes, bem diferentes nos vários Estados brasileiros. Não existem as platibandas, que vão surgir no neoclássico, como elemento artístico de alto requinte. No estilo neoclássico, alicerçado na arquitetura greco-romana, provindo daí seu nome, as casas têm muito mais altura do que as coloniais, com portas e janelas mais esguias. Os prédios apresentam as platibandas e ainda painéis horizontais e frontões ornamentados de molduras, rosáceas, e muitas vezes esculturas, complementadas por balaústres, geralmente em barro louçado. Os balaústres são originários de Portugal, da cidade do Porto, da Fábrica Santo Antônio. Nas platibandas, há, ornamentando, pinhas, vasos e estátuas representativas da mitologia grega. As camilhas são elementos de grande beleza e que servem de acabamento acima e abaixo das platibandas. E, finalmente, os frontões e painéis, que dão um acabamento suntuoso às portas, janelas e pórticos. As ferragens — trincos, dobradiças, fechaduras e gradis em ferro batido, muitas vezes ornamentados com ferro fundido — são de gosto francês. Espalhadas por quase todas as ruas de Pelotas, existem ainda, em bom ou mau estado, casas de menor porte, representativas do estilo neoclássico, e que, pela pureza de suas linhas, dão igualmente um toque de refinamento à cidade.

Entre os principais em estilo neoclássico, estão o conjunto de três prédios da Praça Coronel Pedro Osório, já tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional; a Biblioteca Pública Pelotense, Prefeitura Municipal, Clube Caixeiral, o Asilo de Mendigos, o sobrado onde funciona o Colégio Salis Goulart e a sede do Clube Comercial. No estilo Luís XVI, são citados os prédios do Grande Hotel, o antigo Banco do Brasil e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul — antigo Banco Pelotense — cuja planta veio de Paris. Em **art-nouveau**, está o Teatro 7 de Abril, que originalmente era em estilo clássico, e que sofreu reforma em 1934, para o tipo de fachada ao gosto da época, perdendo com isto muitas de suas características mais importantes. Ainda neste estilo, na Praça Coronel Pedro Osório, são os prédios da **boutique** Rosa de Ouro e da Funerária Moreira Lopes.

Com este trabalho de pesquisa, o professor Nélson Abott de Freitas pretendeu resguardar, ainda que apenas no papel, a beleza que a cidade abrigou em sua época áurea, e que pouco a pouco vai sofrendo modificações. Agora, com a lei recentemente aprovada e com o pleno funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural, a preservação poderá ser iniciada, embora um pouco tardia. ( Reportagem de José Ricardo Castro, no **Correio do Povo** de 4-7-1982. )

\*

\*

\*

## UM POUCO DE MÚSICA

## 13. 300 ANOS DE RAMEAU ( Aldo Obino )

Paris é sempre Paris. Com o maior movimento pluralista nas artes em seu conjunto na Europa, atingindo até cento e trinta espetáculos simultâneos através da música, do teatro, da dança, quando só Nova York a excede com cento e sessenta espetáculos diários, ambas sem contarmos os “shows” e as mostras, temos gratas lembranças da temporada primaveril de 1974 seja na música, teatro ou dança e do outono de 1980. Entre tudo, indelével nos é a lembrança de uma ópera de Richard Strauss e, mais ainda, a ópera clássica de Rameau **Dardanus** pela Ópera de Paris. A tragédia lírica de Jean Philippe Rameau foi uma revelação. O autor, agora em seu tricentenário, foi repostado pelo regente Raymond Leppard, que Porto Alegre bem conhece pela primeira vinda da Orquestra de Câmara de Londres na UFRGS. Musicista de escol e diretor orquestral do mais alto nível britânico, ele contou com um elenco francês qualificado e ótimo coro. A “mise-en-scène” coube a Jorge Lavelli, o genial diretor teatral argentino há vinte anos radicado em Paris e o mais destacado entre cinco diretores platinos que dignificam o movimento teatral francês. Com cenografia deslumbrante e coreografia correspondente, a obra clássica teve um tratamento de vanguarda, com efeitos técnicos ímpares e montagem dinâmica e ótica fora de série, com os cantores voando ou surgindo do subsolo e com “décors” e figurações criativas. Apreciamos o mestre que sobrepujou a Couperin e Lully por seus dons musicais, mas que é pouco difundido e escamoteado até por Respighi em seu poema **Os Pássaros**. É a arte francesa em sua pureza e originalidade, como verificamos com a música de Fauré, Debussy, Ravel até Boulez.

É ópera liberta do jugo itálico de Lully e da voga mediterrânea de há trezentos anos. Impressionante, nisso tudo, é o enlace harmonioso entre a obra clássica e seu tratamento contemporâneo, sem desvirtuamento de seu contexto, numa leitura de palpitante atualização. (...) **Dardanus** é tragédia lírica e não dramática e o tema da mitologia grega é sintônico com o de Orfeu, de Gluck. Distingue-se do tragicismo de Corneille e Racine e seu franco “elan” é distinto da lírica itálica e tedesca e seu sinfonismo precede ao de Haydn e Mozart, em tudo notando-se o gosto, a medida e a harmonia bem proporcionada.

Rameau não deixou uma obra opulenta como a de Mozart, mas a qualidade musical bem caracteriza sua criatividade em **As Índias Galantes** e **Castor e Pollux**. A música francesa não circula mundialmente além, a austríaca e a italiana, que preponderaram, têm mais difusão

por qualidades inconfundíveis, a latina por seu “elan” vital e a tedesca por sua elaboração e diversidade. A música gaulesa é de estética refinada e mais feminil até Fauré, Debussy e Ravel e só com Jolivet e a nova vanguarda se torna veemente, rítmica e mais marcante, embora temperada com Messiaen, Boulez e outros.

O presente ano marca o tricentenário do nascimento de Rameau, que será comemorado pela Orquestra Sinfônica de Porto Alegre através de nada menos de meia dúzia de propostas de seu repertório, ao contrário do olvido em que a Orquestra deixou em 1982 as efemérides de Paganini, Zoltan Kodaly e Malipiero. Trata-se de um musicista de escol, mas reservado, não obstante a qualidade e o valor de sua criatividade num itinerário existencial e longo de oitenta e um anos do musicista de Dijon que morreu em Paris, polarizado entre a música religiosa, a profana e a teatral lírica e de “ballet”, cantatas e pura música instrumental do órgão ao cravo e conjuntos de câmara. A presença histórica de Rameau marcou a pugna entre os admiradores de Lully e ele, em que se houve com humana sobrançeria. ( Do “Correio do Povo”, de Porto Alegre, 15-2-1983. )

#### 14. “QUEM TEM MEDO DE STRAVINSKY?”

Não tive oportunidade de ouvir a conferência que, sob o título supra, proferiu o Prof. José Alexandre dos Santos Ribeiro, comemorando o centenário que neste ano transcorreu, do grande compositor. Mas, conhecendo o conferencista, bem como a obra de Stravinsky, não me é difícil imaginar como deve ter sido, com a erudição, a clareza e o sentido didático que o ilustre professor sabe imprimir a tudo quanto fala ou escreve. Parodiando o que alguém afirmou de certa feita a propósito de determinado livro, posso dizer: “Não ouvi, mas gostei”...

Não sei se alguém terá respondido à pergunta formulada no próprio título da conferência. Parece-me, todavia, que muita gente continua tendo medo de Stravinski. Doutra forma não se explicaria que seu centenário tivesse passado em branca nuvem, mesmo nos maiores centros culturais e artísticos do Brasil. Aliás, o compositor russo nunca esteve muito freqüente nos concertos em nosso país. Freqüentador assíduo de concertos em São Paulo durante mais de trinta anos, talvez os dedos de uma só mão sejam suficientes para contar as vezes em que ouvi obras de Stravinsky: uma vez a **Sagração da Primavera**, e em outras poucas **O Pássaro de Fogo**, a missa ( regida pelo próprio compositor na Candelária, do Rio de Janeiro ) e, neste ano, uma bonita apresentação, pela televisão, **da História do Soldado**, devidamente encenada.\* No entanto, trata-se da

(\*) Esta nota já estava escrita quando se realizou em Campinas, no Centro de Convivência, uma apresentação, devidamente encenada, da **História do Soldado**. Não tive oportunidade de assistir a ela, mas tive notícia de que o espetáculo se revestiu de muito boa qualidade.

maior figura de compositor deste século, autor de obra imensa, abrangendo as mais variadas formas: óperas, bailados, oratórios, música sacra, cantatas, obras corais, música orquestral e instrumental, música de câmara...

O transcurso de seu centenário no corrente ano poderia propiciar excelente ensejo para maior divulgação de sua obra, cujo conhecimento, entre nós, limita-se aos discófilos, e ainda assim na base de discos importados, pois de sua vasta discografia, creio que só a **Sagração da Primavera**, **Petrushka** e **O Pássaro de Fogo** mereceram reimpressão no Brasil. Numa homenagem à grande efeméride musical, propus-me a repassar tudo o que de sua autoria possuo em minhas estantes, desde a grande ópera **A Carreira do Libertino** até uma pequena polca escrita para acompanhar dança de elefantes num circo (a **Circus Polka**), Seus "ballets", que inegavelmente constituem o ponto alto de sua produção ( **Agon**, **Apollon Musagète**, **Jogo de Cartas**, **Persephone**, **Pulcinella** e os já citados **Sagração da Primavera**, **Pássaro de Fogo** e **Petrushka** ) merecem maior divulgação. De quem a culpa ? Dos regentes, que não se dispõem a estudar novas partituras ? Das orquestras que as não aceitam ? É claro que não é do público que as não conhece. Isto prova, enfim, que há muita gente ainda com medo de Stranvisky. ONM ( "Correio Popular", 1-12-1982. )

## 15. DUAS GRANDES FIGURAS DO NACIONALISMO MUSICAL

Dois importantes países europeus, e dos que mais se destacaram na história do nacionalismo musical – a Hungria e a Polônia – comemoraram no corrente ano ( 1982 ) o centenário de nascimento de dois dos seus maiores compositores, dos que mais contribuíram para realçar as tendências nacionalistas da música deste século. Se entre o húngaro Zoltan Kodaly e o polonês Karol Szymanowski há inúmeras diferenças, é inegável que neles há um traço comum, justamente o que os levou à procura de fontes nacionais para suas obras.

Ambos são quase desconhecidos no Brasil, a não ser, evidentemente, dos discófilos. Ausentes das salas de concerto, seus nomes acabaram sendo pouco divulgados e poderão até constituir novidades para os que me honram com a leitura destes rabiscos semanais. No entanto, deixaram obra vasta e variada, abrangendo as mais diversas formas de composição, tanto vocal, como instrumental e orquestral. Kodaly talvez tenha sido mais nacionalista que Szymanowsky, e nisto não fez senão seguir a tradição de seu país, que vinha já do século passado, e que teve em Bela Bartok ( cujo centenário foi comemorado no ano passado ) seu ponto mais alto.

No repertório kodalyano encontramos, como obras fundamentais, a ópera **Hary János** ( a mais húngara de todas as óperas

escritas por compositores daquele país ), duas missas, uma abertura teatral, um **Te Deum**, dois quartetos de cordas, as danças de Galanta e de Marossek ( ambas de profunda inspiração folclórica ), um salmo (**Psalmus Hungaricus** ), composto para comemorar a união das cidades de Buda e Pesth, com a qual se formou a capital húngara, muita música religiosa ( nas formas menores ) e, sobretudo, uma quantidade imensa de canções populares por ele recolhidas e harmonizadas, numa tarefa semelhante à de seu compatriota Bela Bartok e do nosso Villa Lobos. Da importância de sua obra, bastaria lembrar que o famoso Dicionário de Grove, em edição publicada quando Kodaly ainda vivia ( faleceu em 1967 ), dedica-lhe vinte colunas, com aquela letra miúda que caracteriza o conceituado léxico.

Já Szymanowsky ( falecido em 1937 ) deixou obra menos volumosa, mas de igual valor. Sua ópera **O Rei Rogério**, recentemente gravada, veio revelar um aspecto desconhecido de sua produção, pois ele sempre foi lembrado pelas suas obras pianísticas ( estudos, sonatas e mazurcas ), sinfônicas ou camerísticas ( quartetos, trios etc. ). Mas em sua bagagem, encontramos também, ( embora não gravadas, a não ser talvez em seu país ) mais uma ópera, uma opereta, um bailado, música incidental para uma peça de Molière, três sinfonias e dois concertos para violino, além de outras obras em formas menores. Esta nota visa tão-somente à recordação dessas duas figuras do nacionalismo musical no centenário de seus nascimentos. ONM ( “Correio Popular”, 8-12-1982. )

## 16. O ROMÂNTICO E DIABÓLICO PAGANINI

Quase cento e cinquenta anos são passados de sua morte e continua vivo o mito de Paganini. Críticos seus contemporâneos pintavam-no como de aparência quase diabólica, ossudo, magro e pálido, mais espectro do que homem. Porém, quando segurava o arco como que se transfigurava e seu violino cantava com tamanha vitalidade e vigor que o ouvinte permanecia arrebatado. Muitos juravam ver o diabo em pessoa guiando-lhe a mão. Mas, deixando de lado tão ingênuas e banais crendices, a verdade é que Paganini continua sendo uma das grandes figuras do romantismo italiano. Já havia na Itália, nos séculos XVII e XVIII, uma gloriosa tradição violinística com Tartini, Vivaldi, Vitali e outras figuras do grandioso “settecento”, e Paganini não fez senão continuar a tradição.

Vivendo no período de transição do século XVIII para o XIX, pois nasceu em 1782 — precisamente há dois séculos — e alcançou até 1840, não pagou tributo ao melodrama nem à ópera-bufa, como acontecia com os compositores de sua época. Talvez tenha sido Paganini o único compositor italiano do século passado a não escrever óperas ou, melhor dizendo, o último compositor peninsular genuinamente instrumental. Após ele segue-se quase um século puramente operístico, não deixando lugar

para outras formas de composição. Só em nossos dias, pode dizer-se, ressurgiu na Itália uma geração capaz de restaurar a tradição instrumentista de outrora.

Assim, a obra que deixou é essencialmente violinística, pois até as obras que produziu para o violão são acompanhadas ao violino. Seus "Caprichos" constituem verdadeira Bíblia para os estudantes desse instrumento. Tais como os prelúdios e fugas do "Cravo bem temperado", de Bach, com relação ao piano. Seus concertos para violino e orquestra dão tal predominância ao solista, que podem até ser executados a solo, sem o conjunto orquestral. Mas não são obras apenas de efeito, embora o mestre o apreciasse e ele próprio tirava extraordinário partido de suas habilidades. Algumas de suas peças mais populares, como o **Moto Perpetuo** ou **La Campanella** não têm outro objetivo senão tirar partido do instrumento. Esta última, originalmente simples movimento de um dos seus concertos, tornou-se universalmente conhecida pela transcrição para piano que dela fez o grande Liszt.

Sua obra para violão, por muito tempo esquecida, mas ultimamente restaurada e lembrada, faz-nos ver um Paganini um pouco diferente, embora não seja das melhores coisas escritas para esse instrumento. Deixou fama de "homem do mundo", conquistador galante à moda de Casanova, particularidade esta já explorada em romance e cinema. ONM ( "Correio Popular", 22-12-1982. )

\*

## 17. EM MEMÓRIA DE SOUZA LIMA

( O falecimento de Souza Lima, em fins de novembro do ano passado, privou os meios artísticos brasileiros de uma de suas maiores figuras. Numa homenagem especial ao grande pianista, regente, professor e compositor, reproduzimos nestas páginas a saudação que o responsável por esta publicação, em nome da cidade de Campinas, dirigiu-lhe em 14 de dezembro de 1972, quando do transcurso do cinquentenário de sua primeira grande vitória no Conservatório de Paris. )

A sessão com que a cidade de Campinas, através de sua Secretaria da Educação e Cultura, recebe uma das mais expressivas figuras da música brasileira deste século, no momento em que se comemora o cinquentenário de sua primeira grande vitória no Conservatório de Paris, não deveria comportar discursos, ainda mais quando temos o privilégio de contar com a sua presença e de ouvi-lo não só através de algumas de suas obras, mas de seu próprio depoimento pessoal, que algumas questões

em breve ensinarão para maior comunicabilidade entre o mestre e o auditório.

Esta circunstância faz-me lembrar de conhecida ilustração. Em certo local, dando para um grande saguão, havia duas portas. Sobre uma delas, um dístico: “Paraíso terrestre”. Sobre a outra, estava escrito: “Conferência sobre o Paraíso terrestre”. Pergunta-se por qual das portas os visitantes dariam preferência... Não me parece muito justo obrigar meus ouvintes a entrar pela porta intitulada “Conferência sobre Souza Lima”, quando ele poderia escolher a outra, intitulada simplesmente “Souza Lima”. Todavia, farei com que a passagem pela primeira seja a mais breve possível, pois o que todos nós desejamos é ouvir Souza Lima, seja, como disse, através de suas obras, ou de seu próprio depoimento pessoal.

Sua vida é bastante conhecida, e ainda nesta semana, os jornais dela se ocuparam. Nascido em 1898, dia 21 de março – de tanta significação na história da música, pois é também o dia do nascimento de João Sebastião Bach –, Souza Lima firmou-se na quádrupla função de pianista, compositor, regente e professor, e nestas quatro atividades, seu nome permanece indissolavelmente ligado à vida musical do Brasil, especialmente de São Paulo, a partir da terceira década deste século. Paulista de velhos troncos, nascido na velha Rua da Tabatinguera, de tanto significado nas tradições da ainda pequenina São Paulo dos fins do século passado, seus primeiros estudos fê-los a princípio com o irmão, José Augusto de Souza Lima e, depois, com o mestre Chiafarelli, o verdadeiro fundador da escola pianística paulista, da qual saíram os valores igualmente notáveis de Antonieta Rudge e Guiomar Novais. Na segunda década do século, não contando ainda vinte anos, já era considerado um dos nossos grandes “virtuosos”, pois dera concertos em São Paulo e no Rio de Janeiro e já obtivera dois prêmios em concursos de composição.

Sua carreira se define, por assim dizer, nas reuniões famosas e de tanta projeção na vida social e intelectual de São Paulo, promovidas por Freitas Vale, em sua Vila Kyrial, na Vila Mariana, na capital paulista. Lá centralizava-se, de certa forma, o mundo intelectual e artístico de São Paulo, a ela comparecendo, inclusive, figuras ilustres, de passagem pela cidade. A fidalguia do senador gaúcho, que soubera dar à sua residência o mesmo toque de elegância, de distinção e de bom-gosto, que nos habituamos a ver, pelas leituras, nos famosos salões franceses da era romântica ou da “belle époque”, contribuíra enormemente para a aglutinação do que São Paulo possuía de mais expressivo naqueles anos de transição que coincidem com a segunda década de nossa centúria. Ali se reunia um círculo que bem definia a época: homens do passado, homens do futuro, artistas, poetas, políticos, intelectuais mais diversos e até pseudo-intelectuais, nativos ou estrangeiros, enfim toda uma “fauna sem bússola”, para usar a sarcástica expressão de Oswald de Andrade. E era

ainda o irreverente e incorrigível Oswald quem, ao mostrar os extremos a que chegava a legião de freqüentadores das “avinhadas reuniões” da Vila Kyrial, dizia que lá podia ser encontrado, desde um fútil e medíocre diplomata, cujo nome não precisa ser citado, até uma “promissória de gênio”, que era o pianista Souza Lima...

Xavier Leroux, o grande mestre francês, de passagem por São Paulo, à frente de um conjunto lírico, teve ocasião de comparecer a uma das reuniões da Vila Kyrial e ali ouviu Souza Lima. Resultado: endossou a “promissória” a que se referia Oswald de Andrade, levando o senador gaúcho a conseguir do governo do Estado uma bolsa para que o talentoso pianista e já compositor pudesse estudar em Paris.

Os onze anos que Souza Lima viveu na capital francesa, onde estudou com Isador Philip, Marguerite Long ( que o considerava seu “filho espiritual” ), com Egon Petri, com Chevillard, com Maurice Emmanuel, com Eugêne Gigout, são profundamente significativos para a vida musical francesa. Muito poderia ser dito – ou melhor, muito poderia ele dizer –, sobre estes onze anos da vida parisiense de Souza Lima, desde o primeiro grande prêmio no Conservatório, cujo cinquentenário estamos comemorando, até o convívio com as mais expressivas figuras da música francesa daquele período, de muitos dos quais se tornou Souza Lima bastante íntimo e cujas obras, depois, divulgou no Brasil: Ravel, com quem estudou toda a obra pianística, Roussel, Gigout, Dukas, Landormy, Koechlin, Nadia Boulanger, ou aqueles outros Milhaud, Poulenc, Honegger, Aubert, Auric, enfim aquela plêiade que se convencionou denominar “le groupe de six”, e que, logo após a morte de Debussy, ocorrida em 1918, e sob a inspiração do irreverente Erik Satie, ele próprio “en forme de poire”, contribuiu para manter viva a tradição musical francesa no difícil período de entre guerras. Como seria bom se Souza Lima nos falasse de tudo isso, e, mais ainda, sobre a sua convivência nos salões de Madame Debussy !

Cumprе lembrar, entretanto, que a presença em França e a influência dos mestres franceses não desnacionalizaram Souza Lima. Ao contrário: o momento em que retorna ao Brasil é de grande significação para a música brasileira. A “Semana de Arte Moderna”, de 1922, cujo cinquentenário também comemoramos no corrente ano, pouco significou do ponto de vista musical, pois naquela época apenas Villa Lobos podia dar a nota de um novo senso estético, dentro das tendências nacionalistas apregoadas pela “Semana”. Os outros compositores que o Brasil possuía por ocasião da realização da “Semana”, homens, sem dúvida, de inegável valor e cuja obra evidentemente não pode ser esquecida, como Francisco Braga e Henrique Oswald, estavam presos demais a um tradicionalismo que não condizia com os ideais da “Semana”. Francisco Mignone e Lorenzo Fernandes estavam iniciando sua produção e não tinham, ainda, muito a oferecer. Souza Lima encontrava-se na Europa. Nepomuceno, o grande

pioneiro do nosso nacionalismo, tinha falecido no ano anterior... Outros – como Camargo Guarnieri, Radamés Gnattali, José Siqueira e tantos mais – eram ainda muito jovens quando da realização do grande movimento de 1922. Todavia, todos eles, dez ou quinze anos mais tarde, poderão ser considerados os grandes mestres daqueles ideais que a “Semana de Arte Moderna” pregara e realizara nos domínios da pintura e da literatura. Seria o caso de dizer-se que, para a música, a “Semana de Arte Moderna” veio dez anos mais tarde... E neste momento, a contribuição de Souza Lima, recém-chegado da Europa, é marcante e expressiva.

O impulso dado à vida musical paulista depois de 1932 por Mário de Andrade, com a criação do Departamento de Cultura, não podia deixar de interessar a Souza Lima. Nele, o grande musicólogo teve um dos seus mais eficientes colaboradores, como pianista, integrando conjuntos (como o “Trio São Paulo”), como regente e como compositor, pois um dos primeiros concursos de composição instituídos pelo Departamento de Cultura, lá por 1936 ou 37, teve o seu primeiro prêmio arrebatado por Souza Lima, com o poema sinfônico **O rei mameluco**, inspirado no conhecido episódio histórico da aclamação de Amador Bueno como rei dos paulistas, no século XVII.

Lembro-me (e peço licença para esta referência pessoal) que o segundo concerto sinfônico, que tive o privilégio de assistir em São Paulo, logo que fixei residência na grande cidade, foi dirigido por Souza Lima, e lembro-me muito bem que o programa – tratava-se daqueles primeiros concertos populares promovidos pelo então recém-criado Departamento de Cultura – apresentando Souza Lima como regente, dizia que uma das preocupações da instituição era a apresentação de “valores novos”. Mas, ao ler a nota constante do programa, vi que o valor novo que então se apresentava, dando a impressão de um principiante, trazia belíssimo currículo, salientando suas atividades nos dez anos de permanência na França. Talvez fosse valor novo na qualidade de regente...

De então para cá, nestes quase quarenta anos, o nome de Souza Lima vincula-se à vida musical de São Paulo naquela quádrupla função a que de início me referi, como pianista, como regente, como compositor e como professor, formador de numerosos discípulos, inclusive em nossa cidade, à qual Souza Lima se acha ligado há muitos anos, aqui comparecendo semanal ou quinzenalmente para o admirável trabalho de preparação de novos valores.

No terreno das realizações, São Paulo lhe deve – destaque-se isto do muito que recordo – um dos mais belos espetáculos já levados a efeito na capital paulista, qual a encenação do grande oratório de Berlioz, **A Infância de Cristo**, no qual, à direção segura de Souza Lima, aliaram-se o bom-gosto de Badia Vilató e a probidade artística de Lucille Boye-Sendra,

Eladio Perez Gonzales, Roberto Machado de Campos e Juan Carlos Ortiz, espetáculo realizado quatro ou cinco vezes, o quê, para este gênero de música, é verdadeiramente um caso excepcional para São Paulo.

A produção de Souza Lima é imensa, abrangendo as mais variadas formas: ópera, bailados, poemas sinfônicos, concerto para piano e orquestra, peças para piano, peças para canto e piano, peças para violino e piano, peças para coro. Algumas de suas obras orquestrais, como o **Poema das Américas**, foram alvo de prêmios internacionais. Lamentavelmente não temos tido oportunidade de ver executada, entre nós, a maior parte de suas obras, e uma coisa que não entendo é por que Souza Lima é tão pouco gravado. O que é deveras lamentável, porquanto sabemos que o “milagre do disco” (como costume denominar) é que nos permite o conhecimento de centenas de obras-mestras, que jamais ouviríamos num concerto. Estes, embora freqüentes, (pelo menos nas grandes cidades), não atendem muito aos compositores brasileiros, e quando o fazem, fazem-no apenas com aquela obrigação de incluir no programa um “complemento nacional”, de pequena duração e que nem sempre exprime o sentido ou dá idéia da obra de seu autor. Fico sempre a pensar como seria limitado o nosso conhecimento do repertório musical se não fosse o “milagre do disco”. Mas, não consigo entender, repito, no movimento discográfico brasileiro, a injustiça feita a Souza Lima, que aparece pouco representado numa discografia nacional. Basta dizer que, de suas obras orquestrais, apenas uma — **Lendas brasileiras** — encontra-se gravada, numa série de música erudita brasileira idealizada por Irineu Garcia, sob os auspícios do Ministério da Educação e Cultura, mas que, infelizmente, não teve prosseguimento. Além dessa obra, podemos ouvir, para piano, os cinco prelúdios (gravados por Eny da Rocha), a **Improvisação nº 2** (gravada pelo saudoso Fritz Jank), um **Noturno** (gravado por Clara Sverner) e uma valsa (gravada por Arnaldo Estrela); para violino e piano, o **Capricho rústico** (gravado por Nathan Schwartzman e Fritz Jank); uma canção sobre texto de Elza das Neves (gravada por Magdalena Lébeis) e o lundu-canção **Ziri Nego** (gravado pelo conjunto coral do Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, dirigido por Walter Lourenção). É muito pouco para quem tanto escreveu. Mesmo como intérprete, temos sido pouco beneficiados com a arte de Souza Lima, pois afora alguns discos ainda do tempo de 78 rotações, os catálogos discográficos nos apresentam apenas a **Sonata para viola e piano**, de Camargo Guarnieri (que gravou com Perez Dvorecki), as duas **Fantasias brasileiras** de Francisco Mignone e o **Concerto em formas brasileiras**, de Hekel Tavares, que registrou duas vezes, a primeira ainda em discos de 78 rotações, e a segunda em gravação recente, num belo álbum, de lançamento particular, no qual se encontra, também, do mesmo autor, o **Concerto para violino e orquestra**, interpretado por Oscar Borgeth. Torno a dizer: é muito pouco para quem tanto tem realizado, seja no domínio nas composições, como das

interpretações. Certamente minha relação não é completa, mas o que falta não deve ser muito mais do que aqui foi indicado. Refiro-me, é claro, a gravações comerciais e não a gravações particulares, pois estas devem existir em grande quantidade, e eu, não podendo registrá-las, limito-me a invejar os seus felizes possuidores.

Peço licença para, encerrando, relatar episódio ocorrido há muitos anos, quando eu ainda era secretário da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Durante muito tempo, em São Paulo, fez-se uma tremenda confusão entre o nosso Souza Lima, pianista, regente e compositor, e o Professor Souza Lima, filólogo e professor de Literatura da Universidade de São Paulo, o qual, tal como o nosso Souza Lima, era também chamado simplesmente de Souza Lima, pouca gente atentando para o seu primeiro nome. Frequentemente um era procurado como se fosse o outro. De certa feita, apareceram em São Paulo dois professores universitários de Pernambuco, interessados em encontrar o Souza Lima da Universidade. Mas, como não tinham indicação correta de endereço, começaram a procurar: Souza Lima daqui, Souza Lima dali, Souza Lima dacolá, até que acabaram indo parar na casa do Maestro Souza Lima, que, na ocasião, se não me engano, morava lá para os lados da Rua Melo Alves ou Avenida Rebouças, não me lembro bem. Bateram, foram gentilmente atendidos e esperaram na sala até que o procurado Souza Lima aparecesse. Não conheço a sala do Maestro Souza Lima, mas posso imaginar a sala de um músico e compositor: um ou dois grandes pianos, partituras por toda a parte, bustos de compositores célebres, quase sempre ofertas de alunos aos quais parainfou, diplomas, medalhas, condecorações... Os dois visitantes, provavelmente, só não viram os grandes clássicos da Filologia... Perceberam logo que havia algum equívoco, e com efeito este equívoco foi desfeito assim que o Maestro apareceu. Com sua cortesia, diria com sua fidalguia, fê-los ver que se haviam enganado, e que o Souza Lima que procuravam poderia ser encontrado na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, dando-lhes até o endereço. Meia hora depois “despencavam” os dois pernambucanos em meu gabinete e me contaram a odisséia. Em tom de gracejo, dei-lhes uma “bronca”. “Puxa! vocês não tinham mais nada que fazer! Que é que tinham de ir amolar o Maestro Souza Lima?” A resposta de um deles foi magnífica: “Olhe, meu caro Odilon, não sei se amolamos ou não, mas que pena que não é do Maestro Souza Lima que precisamos! Que homem...” e lá vinha um adjetivo que podemos imaginar, quando a porta se abriu e o outro Souza Lima entrou pela minha sala e pôs fim ao entusiasmo do pernambucano. Feitas as apresentações, contei ao Professor Souza Lima o ocorrido. E a expressão do eminente professor foi esta: “Creio que com o Maestro os senhores bem poderiam ter tratado sobre o que desejavam. O contrário é que não teria sido possível: se os senhores fossem músicos e viessem parar em minha casa...”

É o lado humano de Souza Lima, que cativa a todos, ainda que com ele não troquem senão uma ou duas palavras. O mestre querido de seus discípulos, o artista respeitado pelo seu valor e pela sua honestidade, o homem acatado pela sua inteireza de caráter, e que sempre se colocou acima de todas as lutas, nem sempre fáceis, que envolvem os homens públicos.

Meu caro Souza Lima: a cidade de Campinas, nesta noite de 14 de dezembro, uma data bem campineira, de tanta importância na história de nossa cidade, pois assinala a criação do município em fins do século XVIII (temos até uma rua a evocá-la!), vos recebe e vos saúda, estendendo esta recepção e esta saudação àquela que é a digna companheira de sua vida, sempre pronta a estimulá-lo e a compreendê-lo, inseparável em todos os momentos – bons ou maus – com que tão fértil vida foi assinalada. E eu, meu caro mestre e amigo, e minha Senhora, doravante colocarei em meu modesto currículo, como um dos títulos mais honrosos, esta feliz oportunidade que me foi concedida pelo Senhor Secretário da Educação, Professor José Alexandre dos Santos Ribeiro, de, nesta noite, nesta bonita solenidade, em nome da cidade de Campinas, receber-vos e saudar-vos.

( Publicado originalmente, em o nº 42, de fevereiro de 1973, da **Notícia Bibliográfica e Histórica.** )

\*

\* \*

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (18)

## CAMPINAS E SUA IMPRENSA NOS VELHOS TEMPOS DE 30

Paulo Pompeu, jornalista campineiro que, por muitos anos, militou em nossa imprensa, vivendo atualmente em São Paulo, onde continua em atividade (é editor de **Dirigente Rural**, revista do grupo Visão), publicou em 22 de fevereiro de 1979, no **Correio Popular**, estas reminiscências da vida de imprensa de “seu tempo”, e que julgamos de interesse transcrever nesta seção dedicada a evocar a **Memória Campineira**:

“Modesto trabalhador, há meio século, do jornalismo paulista, foi em Campinas, no **Diário do Povo** e no **Correio Popular**, que consolidei minha formação profissional, inspirado no exemplo de homens que, nesta cidade deram e dão lustro e glória ao nosso ofício. Deles aprendi a exercer o jornalismo com amor, correção e dignidade, e deles sempre ouvi palavras de estímulo e conforto nas horas boas e más, acolhido que fui como companheiro e amigo nas salas de trabalho e nos lares.

Recuando no tempo e no espaço, volto, por um milagre de emoção e de saudade, àquela distante noite de dezembro de 1932, quando, conduzido por Plínio do Amaral, pela primeira vez ocupei um lugar à banca de revisão do **Diário do Povo**. Horas depois já me sentia à vontade no casarão da Rua César Bierrenbach, porque o Villa, o Pedrosinho, o Medaljon, o Durval Cardoso, o Danton e outros colegas logo me promoveram à categoria de companheiro e cedo trataram de cortar-me a pele de foca.

Após breve ausência, em setembro de 1933, retorno a Campinas e ao **Diário do Povo**; meses depois, a convite de Júlio Mariano, ingresso no **Correio Popular**. Alarga-se então o meu círculo de conhecimentos no mundo da imprensa: nas esquinas dá Rua Barão, eu já podia reconhecer à distância a bengala de Tasso Magalhães, a barba de Luso Ventura (que ciosamente guardava essa recordação pelosa das batalhas de 32), os cabelos brancos de Aristides Lemos; também à distância eu podia distinguir os ecos das amigáveis discussões entre o Sarmentinho, o Lanaro e o Serra. Fiz-me amigo de Edmundo Barreto, Talvino Egídio e José Dias Leme, da boca de Leopoldo Amaral ouvi histórias de Campinas, José da Silva Roso leu-me crônicas de arte, Zek e Juquita por vezes ilustraram trabalhos meus, com Barbosa Pupo sonhei empresas formidandas.

Tive como chefes e amigos Moacir Chagas, Benedito Cavalcante Pinto e Néelson Omegna. Trabalhei sob o comando de Antônio

Franco Cardoso, Ademar Ribeiro e Antônio Ribeiro Júnior, ao lado de Bráulio Mendes Nogueira, Santos Júnior, Laerte Dias, Paulo Vargas, Ernestinho Alves. Descontei vales com José de Oliveira Santos, Porphirio Cardoso e Maneco Ribeiro. E também com Heitor Cintra Machado, que merece referência especial por se tratar, em toda a imprensa brasileira e talvez internacional, do único gerente de empresa jornalística que jamais indagou da importância a descontar: tomava o vale em silêncio, ia direto ao cofre e nunca disse não.

Ao embalo das recordações, eu posso reconstituir fases da imprensa campineira, lembrando vivos e mortos: Orlando Carpino, D. José Paulo da Câmara, Jolumá Brito, Sólton Borges dos Reis, João Doliveira Toledo, Francisco Soares, Amilar Alves, Claret Costa, José Pais Pereira, Gumercindo de Campos, Pereira da Cunha, Rodolfo Noronha, Tulmann Neto, Raul Marques, Carlos Alberto de Oliveira, Wilson de Oliveira Santos, Sílvio Silva, Gonsalves Machado, Otávio Rocha, Abel Dias, Danilo Villagelin, Mário Erbolato, Fernandes Soares, Jorge Leme, Norberto de Souza Pinto, os Pedrosos, José de Oliveira Fonseca, Jerônimo Sebastião da Silva, José Evangelista, Alberto Macedo Júnior, Saulo do Amaral Santos, Henrique Vogel, Celso Ferraz de Camargo, Otávio Benedito e tantos outros que, entre 1932 e 1942, estiveram direta ou indiretamente ligados à vida jornalística de Campinas. Quero simbolizar os nossos mortos nessa figura ímpar de jornalista, de cidadão e de amigo, o querido José Villagelin Neto, o Villa, que dia após dia mais se aviva em nossa lembrança e em nossa saúde.

Ao findar essa incursão ao passado, vejo quanto devo a Campinas. De fato, aqui aprendi a fazer um pouco de tudo em jornal (antes eu havia trabalhado apenas como repórter forense e arquivista), do solene artigo de fundo à leve crônica, dos telegramas do exterior ao noticiário local, da reportagem trabalhosa aos simples avulsos. Integrei-me na vida da cidade, assistindo à inauguração de sua era industrial, acompanhando o progresso de sua agricultura e de seu comércio; aqui fundei o meu lar. Testemunhei a evolução de seus órgãos de imprensa, vi nascerem bairros, multiplicarem-se escolas, florescerem as ciências, as letras e as artes, a religião e a caridade. Busquei nas fontes da história as origens de sua sociedade tão paulista porque tão campineira. Conheci seus homens públicos e os expoentes das profissões liberais, convivi com a gente do povo, com todos aqueles que, inspirando-se no passado, constroem o admirável presente de Campinas e preparam o seu portentoso futuro.

Se, até agora, sem embargo das vicissitudes inerentes a todas as profissões, conservo inabalável a fé na imprensa, como veículo honesto de informação, e no seu ideal de servir; se guardo o entusiasmo de foca pelas tarefas humildes e pelas missões de responsabilidade; se, ao narrar os fatos e interpretar acontecimentos, procuro moldar-me na correção e na imparcialidade que tão bem caracterizam os jornais de Campinas — tudo o devo à minha passagem pelas redações desta cidade.”

## TRANSCRIÇÃO

### JESUÍTAS NO BRASIL

Frei Gaspar da Madre de Deus

Primeiro que todos fundaram suas casas no Brasil os sócios da extinta Companhia de Jesus, a qual nesse tempo estava na sua infância e maior auge de perfeição. Partiram de Lisboa em 10 de fevereiro de 1549, e chegaram à Bahia nos fins de março ou princípios de abril do mesmo ano, com Tomé de Sousa, povoador daquela cidade e primeiro Governador-Geral do Estado Brasileiro. Estes padres, que por todos eram seis, a quem governava o padre Manuel da Nóbrega, logo deram princípio a um colégio naquela povoação. No mesmo ano de 1549, mandou o padre Nóbrega à Capitania de São Vicente o padre Leonardo Nunes, e por seu companheiro o Ir. Diogo Jácome, os quais, na mencionada Vila de São Vicente, fundaram outro colégio, e este foi o segundo da Companhia, no Brasil. Depressa se estenderam os jesuítas pelas Capitânicas do Espírito Santo, Pernambuco e Porto Seguro, erigindo casas em todas estas povoações, ainda novas nesse tempo. Até o ano de 1533 (sic)\*; estiveram sujeitos à província de Portugal, e Nóbrega os governava, subordinado com o título de Vice-Provincial. No dito ano de 1553, criou seu Patriarca, Ignácio, nova Província independente no Brasil, e para Provincial nomeou o referido padre Manuel da Nóbrega, o qual, no ano de 1554, deu princípio ao 3º colégio, nos campos de Piratininga.

Na igreja desta nova fundação se disse a primeira missa, aos 25 de janeiro, dia em que a Igreja celebra a Conversão do Doutor das Gentes, e por isso ficou chamando-se de São Paulo aquela casa, e depois também uma vila, hoje cidade, que posteriormente se levantou junto ao colégio, em 1560, por súplicas dos padres e ordens do Governador-Geral Mem de Sá, o qual extinguiu outra mais antiga, chamada de Santo André, erigida por João Ramalho e seus filhos na borda do Campo, e perto do lugar onde agora vemos a capela de São Bernardo, obrigando os moradores da primeira a se transmigrarem para o sítio do colégio, distante cousa de três léguas. Antes disso, havia mudado para o mesmo sítio a sua aldeia o Régulo Tibiriçá, desamparando o solar de seus maiores, que estavam junto ao rio Tietê, em distância de meia légua e vindo fazer a sua casa no solo que agora ocupa o Mosteiro de São Bento. Também se havia mudado com

(\*) Aqui houve lapso na transcrição de Taunay: a data deve entender-se 1553 e não 1533, pois, neste ano, nem sequer havia sido fundada a Companhia de Jesus. Aliás, linhas adiante a data vem novamente citada, desta vez de maneira correta, eliminando qualquer dúvida (ONM).

sua gente Cuiuby ou Caiobig, senhor de Iraybatiba, e outros: depois de se criar vila em São Paulo, todos estes índios, a quem os portugueses antigos chamavam parceiros e compadres, foram habitar nas aldeias de Pinheiros e São Miguel, povoados nelas senhores e naturais de Piratininga. Esta foi a origem da cidade de São Paulo, e não a fabulosa, que lhe dá o beneditino francês Dom José Vaissette, na sua História Geográfica Eclesiástica e Civil, tom. 12, pág. 215, da impressão parisiense de 1755, onde, falando da Colônia de São Paulo, diz: — Ela deve a sua origem a uma tropa de espanhóis, portugueses, indianos, mestiços, mulatos e outros fugitivos, que por se esconderem e fugirem da tirania dos Governadores do Brasil, se ajuntaram neste lugar, e aí se estabeleceram etc. etc.

Depois de fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, e nela um colégio, em 1567, extinguiu o Padre Inácio de Azevedo, Visitador Geral dos Jesuítas, o Colégio de São Vicente, e por ser a terra muito pobre, e as Religiões neles assistentes, mandou-os para o Rio de Janeiro, conservando, porém, sempre uma casa, que a sua Religião tinha na vila de Santos, a qual depois foi colégio, com o título de São Miguel.

Pelo ano de 1611, excitaram-se grandes contendidas entre os jesuítas e portugueses, moradores nesta Capitania, e as discórdias originadas da liberdade dos índios que os padres defendiam talvez com zelo excessivo, vieram produzir o seguinte atentado. Todas as vilas e suas câmaras constituíram procuradores que assistissem a um congresso celebrado na capital de São Vicente, onde resolveram expulsar os padres de toda a Capitania. Este acórdão comum executou a vila de São Paulo aos 13 de julho de 1640; o mesmo fez a de Santos, pondo ambas fora dos seus colégios, e, por consequência, expulsos de toda Capitania, os mencionados Religiosos. Treze anos durou o extermínio, e não obstante ordenar Sua Majestade, em 1643 e 1647, que tornassem para os seus colégios, só foram a eles restituídos pelos povos muito depois, no ano de 1653, e nem ainda então os admitiriam se lhes não valera o favor de alguns moradores principais, que por eles se empenharam depois dos padres se sujeitarem a várias condições, solenemente executadas em uma escritura que se lavrou na Câmara de São Vicente aos 14 de maio de 1653.

Em diversos tempos fundaram estes Religiosos os colégios da cidade de Paraíba, da de Olinda, da vila do Recife, da cidade da Bahia, onde tinham mais uma grande casa de Noviciados, e, no recôncavo da mesma cidade, o Seminário de Belém, o da vila da Vitória, na Capitania do Espírito Santo, o da cidade do Rio de Janeiro, o da vila de Paranaguá, além de várias casas em outras partes. Perseveraram no Brasil até o ano em que todos foram conduzidos para o Reino, em custódia. De Santos saíram em novembro de 1759, o de São Paulo no fim deste mesmo ano, ou princípios do seguinte, tudo em virtude das ordens que o Sr. D. José I, em Carta de 21 de julho de 1759, havia dirigido ao Conde de

Bobadela, Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão General de todas as Capitanias do Sul.

( **Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil**, anexo à terceira edição das **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**, págs. 367 a 370. São Paulo, Weiszflog Irmãos, 1920. Nas edições Martins e Itatiaia, a citação ocorre às págs. 237 a 240. )

\*

\* \*

TEXTOS  
( Sugestões para seminários )

A REVOLUÇÃO DE 1817  
( Frei Caneca )

Sim, é verdade que a Revolução de 1817 não arraigou nem deu frutos maiores; porém podes negar que causou bens que não são para ser desprezados? As sementes do liberalismo, que ela semeou, se têm desenvolvido de um modo incompreensível. Hoje não há homem do sertão mais interior que deixe de conhecer a dignidade do homem, seus direitos, seus deveres, sua liberdade; e a origem do poder dos que governam. Todos sabem que os homens não são rebanhos de ovelhas para passarem de uns governantes a outros pelos títulos de herança e propriedade; todos sabem que como os governos foram instituídos para bem dos povos e não estes para desfrutação do governo, uma vez que o governo não felicita os povos, estes, pela lei suprema de sua salvação e felicidade, podem mudá-los e escolher outro qualquer em que julgarem estar a sua conservação e melhoramento.

Estes princípios são inauferíveis de seus corações, não só porque as luzes têm dissipado as trevas que sustentavam o despotismo, como porque vêem toda a Europa, toda a América com as armas nas mãos para estabelecerem governos que julgam os próprios para sua feliz existência; portanto não espere que a massa da província, composta dos agricultores, obrem o mesmo que em 1817. Naquele tempo estavam todos às cegas e, por isso, adoravam a Deus nos céus e o seu rei na terra, e temiam mais o rei na terra do que o dos céus; hoje está tudo pelo avesso: adoram a Deus, temem-se as leis, obedece-se ao imperante racionalmente, e ninguém está pelo despotismo ministerial.

( **Obras políticas e literárias**, Recife, Tipografia Mercantil, tomo II, 1876; **apud** Luís Washington Vita, **Antologia do pensamento social e político no Brasil**, págs. 74/75. São Paulo, Gribaldo, 1968. )

RECONHECIMENTO DO REINO DE PORTUGAL  
( Bula **Manifestis probatum**, de Alexandre III,  
23 de maio de 1179. )

( O presente texto nos foi enviado pelo  
prezado amigo Professor Wilson J. Carità, de  
Limeira, SP, nosso antigo aluno e hoje  
colega de magistério. ONM )

Alexandre, Bispo, servo dos servos de Deus, ao caríssimo filho em Cristo, Afonso, rei ilustre dos Portugueses e aos seus herdeiros. Para perpétua memória.

Está demonstrado com provas manifestas que, através de esforços bélicos e aguerridas pelepas, tens sido um intrépido extirpador dos inimigos do nome cristão e um diligente propagador da fé cristã; e, como bom filho príncipe católico, tens também tido várias atenções de benevolência para com tua mãe a santa Igreja, deixando aos vindouros um nome digno de louvor e um exemplo a imitar. Mas é de justiça que também a Sé apostólica ame com sincero afeto aqueles que, por disposição celeste, foram lá do alto escolhidos para governo e salvação do povo, procurando eficazmente aceder às suas legítimas instâncias. Por isso, Nós, reconhecendo a tua pessoa dotada de prudência e equidade, e portanto idônea para governar, te recebemos e ao reino de Portugal sob a proteção de S. Pedro e Nossa, com todas as honras e dignidades próprias dos reis, concedendo-te, por virtude da autoridade apostólica, e confirmando-te na posse de todos os lugares que com o auxílio da divina graça conseguires arrancar das mãos dos Sarracenos, sem que os príncipes cristãos, teus vizinhos, possam alegar sobre eles quaisquer pretensões. E para que a tua devoção e obediência a S. Pedro, Príncipe dos Apóstolos, e à santa Igreja Romana cresçam cada vez mais, quanto te concedemos a ti pessoalmente isso mesmo concedemos também aos teus herdeiros, tomando como dever do Nosso múnus apostólico defendê-los, com a ajuda de Deus, em tudo o que fica concedido. Por tua vez, filho caríssimo, terás o cuidado de te conservar submisso e devotado à santa Igreja Romana, excitando-te, conforme as circunstâncias o permitirem, na dilatação dos confins da fé cristã, de modo que a sé Apostólica se alegre de tão devoto e glorioso filho e descanse no teu amor. Como prova de que o predito reino pertence por direito a S. Pedro, tu mesmo, para maior demonstração de reverência, estabelecestes dar-Nos todos os anos, a Nós e aos Nossos sucessores, dois marcos de ouro; o qual censo, para Nossa utilidade e dos Nossos sucessores, tu e os teus herdeiros depositareis todos os anos nas mãos do Arcebispo de

Braga, que então estiver à frente daquela Sé. Decretamos, portanto, que ninguém seja lícito perturbar-te ou aos teus herdeiros e ao predito reino, ou de qualquer modo usurpar, total ou parcialmente, as tuas possessões, reter o roubado, ou molestar-vos temerariamente, seja de que maneira for. Por isso, se no futuro alguém, eclesiástico ou secular, tentar fazer alguma coisa contra este Nosso documento, e se, admoestado uma segunda e terceira vez, se não corrigir nem der a devida reparação, seja privado de todo o poder e dignidade, e saiba que fica sendo réu do juízo de Deus pela perpetrada iniquidade, devendo ser impedido de receber o sacratíssimo Corpo e Sangue de Deus e Nosso Redentor Jesus Cristo e abandonado na hora da morte ao justo castigo. Todos aqueles, porém, que respeitarem os direitos do dito reino e do seu rei gozem da paz do Senhor Jesus Cristo, recebam já neste mundo a recompensa da boa ação e encontrem depois junto do justo Juiz o prêmio da paz eterna. Âmen... Âmen... Eu, Alexandre, Bispo da Igreja Católica, subscrevi. Boa saúde. ( Seguem-se assinaturas de 23 cardeais ) Dado em Latrão, pelas mãos de Alberto Cardeal Presbítero e Chanceler da Santa Igreja Romana, a X das Calendas de Junho, Indicação XI da Encarnação do Senhor, no ano de 1179; XX do Pontificado do Senhor Papa Alexandre III.

( De L'Osservatore Romano, 27-5-1979, págs. 8. )

\*

\* \* \*

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

## FREI GASPAR DA MADRE DE DEUS ( 1715 – 1800 )

Nascido em São Vicente a 9 de fevereiro de 1715 e falecido em Santos a 28 de janeiro de 1800, Frei Gaspar da Madre de Deus ( no século, Gaspar Teixeira de Azevedo ), descendia de velhos troncos paulistas, provindo de família abastada. Realizados os primeiros estudos no colégio jesuítico de sua terra natal, apresentou-se em 1731, com apenas dezesseis anos, como postulante ao noviciado beneditino. Uma vez aceito, passou a adotar o nome religioso pelo qual se tornou conhecido. Sua carreira eclesiástica foi brilhante: presbítero em 1738; doutor em teologia em 1749; abade do Rio de Janeiro em 1763; abade provincial do Brasil em 1766; mestre de noviços no Rio de Janeiro em 1780; Visitador Comissário Geral e Cronista Mor da Ordem, de 1774 até o fim de sua vida. Viveu alguns anos em Portugal, onde foi professor de Teologia. Orador fluente, deixou fama de grande pregador. Pertenceu à Academia dos Renascidos, da Bahia, e à Academia Real das Ciências de Lisboa.

Muito cedo viu despertar seu interesse pela pesquisa histórica, aproveitando todos os momentos de que dispunha, nos diversos cargos que desempenhou, para realizar trabalhos de investigação sobre o passado paulista. Juntamente com seu primo Pedro Taques de Almeida Paes Leme, de quem nos ocupamos em o número anterior desta publicação, são os dois grandes vultos da historiografia paulista setecentista. Teve mais sorte que Pedro Taques quanto ao destino de seus escritos, pois chegou a ver publicado seu livro mais importante: as **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**, impressa em Lisboa em 1797. De fato, não era comum, nos tempos coloniais, ter alguém possibilidade de publicar livros, já que no Brasil não havia prelos e qualquer impressão teria de ser feita em Portugal. Eis por que títulos importantíssimos de nossa bibliografia colonial só se tornaram conhecidos a partir do século passado e muita coisa ainda permanece inédita. Frei Gaspar foi, pois, dos poucos a ter o privilégio de **publicar** um livro.

Além de sua obra capital, deixou muitos outros escritos menores, publicados em data mais recente, conforme indicaremos na bibliografia que se segue. E permanece inédito, um curso de filosofia, professado no Rio de Janeiro em 1748, e cujos originais se encontram no Mosteiro de São Bento, em São Paulo.

Da mais importante obra de Frei Gaspar, fez-se uma segunda edição, subsidiada pelo governo provincial de São Paulo e da qual se

incumbiu Francisco Adolfo de Varnhagen, que a fez publicar pela Tip. de A. de Freitas Guimarães, do Rio de Janeiro, em 1847. Esta edição se tornou tão rara quanto a primeira. Daí a iniciativa de Afonso de Taunay em promover uma terceira edição, publicada por Weizsflog e Irmãos (atual Melhoramentos) em 1920. Para esta nova edição, Taunay aproveitou, como introdução, e apenas com ligeiras modificações, a conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, na celebração do bicentenário do historiador, em 1915, incluindo dois apêndices relativos à “lenda do Amador Bueno” e ao suposto “Terceiro Livro” das Memórias de Frei Gaspar, e também uma nota sobre as obras filosóficas, inéditas, transcrevendo o índice do seu **Tratado de Filosofia Platônica**. E mais ainda: acrescentou ao volume a **Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações**, publicada pela primeira vez em 1840, no tomo II da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Constam as **Memórias** de dois livros: o primeiro sobre a fundação da Capitania de São Vicente e das vilas de Santos, São Paulo e Itanhaém, e o segundo sobre a fundação da Capitania de Santo Amaro, “seus limitados progressos enquanto foi governada por Pedro Lopes e seus descendentes” e das “contendas que houve sobre os seus limites até que passou à Coroa”.

Do texto integral das **Memórias** de Frei Gaspar (edição de 1920) promoveu a Livraria Martins Editora uma nova edição, integrando a **Biblioteca Histórica Paulista**, comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo (volume II, 252 págs., 1953), apenas com exclusão do extenso estudo biográfico constante da edição Weizsflog, substituído por pequena “Súmula biográfica”. Informa Taunay no prefácio desta nova edição, que resolvera anexar ao livro “umas tantas páginas do ilustre beneditino, menos conhecidas do público”. Será a **Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil**? Mas esta já constava da edição Weizsflog e a edição da **Biblioteca Histórica Paulista** nada lhe acrescentou. Assinale-se que esta edição Martins, reproduzida em “fac-símile” pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Universidade de São Paulo), integrou a preciosa coleção **Reconquista do Brasil**, vol. 20, 1975.

\*

## BIBLIOGRAFIA DE FREI GASPAR

1. **Memórias para História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil**. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1797. 242 págs. Desta obra fez o Visconde de Porto Seguro, em 1847, reedição, subsidiada pelos cofres da Província de São Paulo,

- anexando-lhe o **Diário da Navegação**, de Pero Lopes de Sousa. Rio de Janeiro. Tip. de A. de Freitas Guimarães, 2 tomos em um volume, com 222 e 111 págs. A **terceira edição** foi promovida por Afonso de Taunay, São Paulo, Weiszflog, 1920, precedida de longo estudo biográfico e trazendo, em apêndice, a **Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil**. 255 págs. **Quarta edição** pela Livraria Martins Editora, na “Biblioteca Histórica Paulista”, também aos cuidados de Afonso de Taunay, que substituiu a extensa introdução da edição de 1920 por uma “Súmula biográfica” de menores proporções. **Quinta edição**, mesmo editora, 1975. **Sexta edição**, fac-similar, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Univ. de São Paulo), 1975, coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 20.
2. **Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações**. Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, tomo II, 1840. A partir da edição Taunay, de 1920, passou a integrar, como apêndice, as **Memórias para a História da Capitania de São Vicente**.
  3. **Relação dos capitães locotenentes da Capitania de São Vicente**. Rev. Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. 5, 1901.
  4. **Notas avulsas sobre a História de São Paulo**. Idem.
  5. **Dissertação e explicações sobre as terras de contenda entre o Mosteiro de São Bento e o Convento do Carmo em Santos**. Rev. Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo, vol. 16, 1914.
  6. **Oração fúnebre nas exéquias que, pelo Sereníssimo Senhor D. José Primeiro, Rei Fidelíssimo de Portugal, mandou celebrar a Vila do Porto de Santos, aos 14 de julho de 1777**. Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo, vol. 20, 1915.
  7. **Carta ao Padre Antônio de Oliveira** (agradecendo sua eleição para a Academia dos Renascidos). Anais do Museu Paulista, tomo I, parte 2ª, 1922.
  8. **Parecer sobre um estudo genealógico**. Rev. Inst. Hist. Geogr. de São Paulo, vol. 20, 1915.
  9. **Catálogo dos capitães-mores, Gerais e Vice-Reis que governaram a Capitania do Rio de Janeiro**. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, vol. 44, 1915.
  10. **Carta ao Capitão-General Bernardo José de Lorena sobre as obras do “Caminho do Mar”**. Com um estudo crítico de Afonso de Taunay. Rev. do Inst. Hist. Geogr. de São Paulo, vol. 36, 1939. Reproduzido no volume **Ensaio de História Paulistana**, de Taunay, São Paulo, Imprensa Oficial, 1941 (Tomo X dos “Anais do Museu Paulista”).
  11. **Fundação da Capitania de São Vicente e Ações de Martim Afonso de Sousa no Brasil**. Excerto publ. em **Amador Bueno e Outros Ensaio**, de Afonso de Taunay, São Paulo, Impr. Oficial, 1943 (Tomo XI dos “Anais do Museu Paulista”).
  12. **Inéditos de Frei Gaspar da Madre de Deus**, publicados por J. P. Leite Cordeiro. Rev. Inst. Hist. Geogr. de São Paulo, vol. 44, 2ª parte, 1949.
- Quanto à **Continuação das Memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus**, oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, e publicada em 1861 pela Revista do Instituto, tomo 24, 4º trimestre. 77 páginas, diz Taunay que se trata de obra falsificada: “Constam, na primeira parte, de indigesta cerzadura de trechos mal copiados da **História da Capitania de São Vicente**, de Pedro Taques, e do resumo malfeito e anotado de

outros trechos da mesma obra. Na segunda parte se transcrevem diversos documentos do arquivo da Câmara Municipal de São Paulo, a ele se anexando uma lista de ouvidores de São Paulo, alguns dos quais posteriores ao falecimento de Frei Gaspar. A terceira parte: **Notícias sobre a vinda dos primeiros governadores até o presente Capitão-General**, é devida ao plagiário Manoel Cardoso de Abreu. Oficial-Maior da Secretaria da Capitania em 1797. ( Pref. à 3ª edição das **Memórias**, pág. 7 ).

\* \* \*

## RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

( Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas ).

## 83. NOVO LIVRO DE DOM AMAURY

Antigo professor de nossa Universidade Católica e, por muitos anos, diretor de uma de suas mais importantes unidades, o campineiro Amaury Castanho é atualmente uma das mais expressivas figuras do episcopado brasileiro. De início bispo auxiliar de Sorocaba, encontra-se hoje à frente da diocese fluminense de Valença, onde vem realizando importante trabalho, não apenas pastoral, mas também social e cultural. Aliás, ao ser elevado às honras episcopais, Amaury Castanho apresentava já brilhante folha de serviços à sociedade e à cultura, particularmente ao jornalismo católico, pois durante, pelo menos cinco anos, teve a seu cargo a direção do Centro de Informações "Ecclesia", da Arquidiocese paulistana, bem como a direção do semanário **São Paulo**, por ele dinamizado e vivificado.

Profundamente interessado no problema dos Direitos Humanos ( aspirações ou realidade ? ), escreveu sobre o assunto um dos livros mais importantes da bibliografia brasileira pertinente ao importante e sempre atual tema. Foi elaborado no momento em que se comemorava o décimo aniversário da **Pacem in Terris** e o vigésimo quinto da promulgação, pela ONU, da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Por isto mesmo, é um livro "humano" em todo o sentido: partindo da afirmação do primado humano na criação, reflete, depois, sobre os direitos humanos na Escritura Sagrada e nas várias constituições do Brasil, para analisar, finalmente, as atitudes da Conferência Nacional dos Bispos e da Igreja no Brasil, na afirmação dos direitos humanos.

Todavia, o que provocou esta nota, não foi propriamente **Direitos Humanos**, do qual já me ocupei na devida ocasião, mas o aparecimento da segunda edição de sua **Iniciação à Leitura da Bíblia**, que vem de ser publicada no ano findo. Reconhece o autor que o fato de aparecer a segunda edição poucos meses depois de publicado o livro, revela acima de tudo que ele veio preencher um vazio na bibliografia

religiosa brasileira. Com seus conhecimentos não apenas de Teologia, mas igualmente de História Religiosa, pôde, Dom Amaury, elaborar uma obra de suma utilidade, que não deveria faltar em nenhum lar religioso, independentemente da confissão adotada.

Sem elocubrações eruditas que quase sempre dificultam a leitura de trabalhos dessa natureza, particularmente àqueles que não dispõem do necessário embasamento cultural, mas também sem pecar pela banalidade tão freqüente na literatura religiosa, o livro de Dom Amaury revela um autor que sabe tratar dos temas, divulgando-os sem diminuí-los. Enfim, o "vulgariser sans abaisser", lema de uma famosa coleção francesa e que bem poderá ser usado pelo antístite campineiro, ora pastoreando a diocese valenciana, na qual, como já se disse, realiza importante obra religiosa e social de que tenho conhecimento pelas páginas de **Comunidade Diocesana**, jornal daquela cidade que regularmente recebo. (9-3-1983.)

\*

#### 84. MAIS UMA REVISTA NA PUCCAMP

Escrevendo, não faz muito, neste mesmo local, sobre a nova revista **Letras** de nossa Universidade Católica, ponderei que, finalmente, a Universidade se conscientiza do interesse das revistas especializadas, se não por matérias, pelo menos por áreas. Apenas no início de uma entidade universitária se pode admitir o tipo de revista mista, como nossa própria Universidade manteve durante muito tempo. Felizmente desapareceu. Revistas dessa natureza representam desperdício. É bem verdade que, a princípio, não há fugir a essa modalidade, com a própria PUCCAMP o exemplifica. Mas, felizmente nossa Universidade superou essa fase. E almejava, ao terminar a nota, que outras revistas da natureza de **Letras** pudessem surgir, pois numerosas áreas existem em nossa organização universitária nas quais também se elaboram trabalhos de pesquisa e onde seus professores sentem necessidade de publicar.

Mal havia formulado tal desejo, eis que vim a tomar conhecimento de nova publicação da Puccamp, desta vez editada pelo Instituto de Artes e Comunicações, uma das dinâmicas dentre as numerosas unidades que constituem a organização universitária campineira. **Comunicarte** é o título feliz, que lhe foi dado. "Aberta às discussões científicas, diz o Magnífico Reitor na apresentação, será mais um canal para a veiculação do trabalho que se realiza no Instituto e em suas páginas haverá autocríticas, artigos e colaborações talvez com idéias divergentes, o que longe de ser contra-senso, revelará o espírito de liberdade e a abertura que imperam em toda a PUCCAMP".

E para a professora Regina Márcia Moura Tavares, digna Diretora do Instituto, **Comunicarte** não pretende ser veículo de produtos acabados, mas da procura permanente, construtora da vida, que não exclui a incerteza, a perplexidade diante da aparente correção dos dados. Veiculará notícias de pontos de interrogação que caminham numa busca semiconsciente de sentido para a Ordem e a Desordem que oscilam num equilíbrio de Beleza, num mundo onde as concepções são perceptíveis, pois que, constantemente, situações novas desafiam a parcial racionalidade humana”.

Com artigos sobre artes plásticas, jornalismo, comunicação em geral e turismo, reflete a nova revista a atividade multifacetada do Instituto que a edita, numa excelente apresentação gráfica e cômoda apresentação. Vem assim, **Comunicarte** juntar-se às outras cinco revistas já existentes em nossa Universidade Católica, contribuindo, mais uma vez, para incrementar o nome de Campinas na bibliografia brasileira. Longa vida e pleno êxito é o que me apraz desejar à nova publicação. ( 13-4-1983. )

\*

## 85. LIVRO QUE CAMPINAS MERECEIA

Tanto e tão bem já se escreveu sobre o livro de Celso Maria de Mello Pupo ( **Campinas um Município no Império** ), que poderá parecer redundância ou até impertinência vir agora dele me ocupar, talvez para repetir o que já foi dito com outras palavras. Mas — confesso — como cultor da história social, não me sentiria bem se dele também não me ocupasse. A professora Farjallat, em nota publicada neste mesmo local, caracterizou-o bem, ao lembrar que é um livro que “fala ao coração”. Mas, faltou dizer que, se isto acontece, é porque ele próprio foi escrito com o coração. Algum crítico mais exigente poderá apontar nele alguma falha de metodologia ou de exposição ( ou até do conteúdo ), que certamente não invalidará, nem sequer diminuirá em nada o mérito do exaustivo trabalho, que se apresenta como das mais belas realizações gráficas aparecidas nos últimos tempos.

Erraria, contudo, quem visse nesse livro apenas a apresentação material. Esta, por importante que seja, não deverá ofuscar a enorme tarefa de pesquisa a que se abalçou o autor ao estudar — pode dizer-se — o cotidiano campineiro do século passado. A evocação não vem sem propósito. Os familiarizados com a bibliografia histórica, especialmente no campo da história social e cultural, conhecem uma famosa coleção editada em França sob o título geral de **La vie quotidienne** ( “A vida cotidiana” ), com quase uma centena de volumes, em grande parte divulgados em nossa língua por uma editora de Lisboa. Pois bem: Celso Maria

de Mello Pupo elaborou um livro que, com pequeninas modificações em sua esturutura, poderia perfeitamente intitular-se: **A vida cotidiana em Campinas no tempo do Império** e, com toda a certeza, faria boa figura ao lado dos numerosos volumes que integram a renomada coleção francesa.

Não são muitos, na historiografia brasileira, os que se têm abalado à história do cotidiano. Os **salões de Damas do Segundo Reinado**, do saudoso Wanderley Pinho, permanece como marco referencial, sempre citado em nossa bibliografia. Certamente não será o único, mas é dos poucos. Embora muitos não a valorizem ( especialmente os que não vêm na história senão luta de classes ), a história do cotidiano é das mais difíceis, pois além de espírito de pesquisa, de critério no tratamento das fontes, do exame cuidadoso da documentação ilustrativa, de discernimento na apreciação dos valores ( para não cair nem no exagero, nem na vulgaridade ), exige requinte, bom-gosto, sensibilidade. E tudo isto Celso Maria de Mello Pupo demonstrou possuir. Eis por que seu livro se coloca acima de pequenas falhas que eventualmente possa apresentar. Não foi, por acaso, uma verdadeira história do cotidiano que Fustel de Coulanges realizou em seu grande livro, publicado há cento e vinte anos e que ainda se reedita ? ( 274-1983. ).

\*

## 86. O CLERO NA POLÍTICA IMPERIAL

Escrevendo, há pouco, neste mesmo local, sobre o Padre Café, ilustre e virtuoso sacerdote mineiro que ligou seu nome à cidade de Juiz de Fora, não só como vigário de sua Igreja Matriz de Santo Antônio ( a atual Catedral Metropolitana ), mas igualmente como fundador do mais importante jornal católico em circulação no País, lembrei que, no tempo do Império, foi muito raro o sacerdote que se limitasse apenas ao sacerdócio. Quase todos dividiram seus afazeres com a Imprensa e a Política, caminhos pelos quais julgavam que também podiam servir à causa da Igreja. Padres políticos tivemos-los sempre em nossa História, desde os tempos coloniais. Aparecerem na Inconfidência Mineira, na Revolução Pernambucana de 1817, no movimento da Independência, na Constituinte, na Confederação do Equador, na Regência, nas lutas políticas do Segundo Reinado, na propaganda republicana. E implantado o novo regime, apesar do laicismo de suas instituições, continuaram, embora com menor destaque, na sua participação. Um bispo presidiu à Constituinte Imperial, um padre foi regente do Império, outro vinculou seu nome ao pensamento político, figurando como uma das grandes cabeças pensantes que temos tido. Aparecem nos momentos de paz e nas revoluções.

Mas o Império, pela própria natureza e estrutura do sistema vigente, foi o campo ideal para as suas funções políticas, não apenas no Parlamento Imperial, mas igualmente nas assembleias provinciais. É a participação deste clero no Parlamento Imperial que ressalta de maneira rica e documentada nos cinco belos volumes ( **O Clero no Parlamento Brasileiro** ) que a Casa de Rui Barbosa editou em convênio com a Câmara dos Deputados.

Trata-se de pesquisa do mais alto interesse histórico, realizada pelo Centro João XXIII, no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento, sob a direção de Américo Jacobina Lacombe e coordenação do Padre Francisco Bastos de Ávila. A este eminente sacerdote, jesuíta coube justificar, na introdução, os motivos que levaram à longa pesquisa, como dupla e valiosa contribuição para a história do Parlamento e para a história da Igreja no Brasil, sobretudo no período em que o Catolicismo era religião de Estado e em que, por isso mesmo, os sacerdotes desempenhavam papel de maior proeminência na condução dos problemas políticos e legislativos. Excelente “síntese histórica” de Francisco de Assis Barbosa abre a coleção, doravante instrumento imprescindível para quem pretende trabalhar na história do Império e/ou da Igreja. Além da atuação pormenorizada de cada parlamentar eclesiástico, apresenta, ainda, a coleção transcrição dos trechos mais importantes de seus discursos ou pronunciamentos. ( 4-5-1983. )

\*

## 87. ITINERÁRIO DE UMA VIDA

Jornal de Porto Alegre trouxe-me a notícia do recente falecimento, na capital gaúcha, de uma das mais completas figuras de educadora que hei conhecido. Educadora e não apenas professora. De uma extraordinária consagração à causa que abraçou, deixou, talvez, a mais bela folha de serviços que uma mulher já prestou à sua comunidade religiosa, no caso a Igreja Metodista do Brasil. Dias antes, havia acabado de ler, pela segunda vez, seu edificante livro de memórias, **Itinerário de uma vida**. Pois foi este itinerário que chegou ao fim, após oitenta e seis anos bem vividos por Otília de Oliveira Chaves.

Quando fui para Juiz de Fora, há mais de cinqüenta anos, encontrei-a ao lado de seu esposo, o Rev. Derly Chaves, como professores do Granbery, o famoso e quase centenário, educandário metodista da grande cidade mineira. Embora não tivesse com o belo casal o convívio que desejaria, soube desde o primeiro dia apreciar a obra que realizavam no colégio, no seminário e na Igreja.

Neste meio século que me separa da fase juiz-forana de minha vida poucas oportunidades tive de reencontrar os Chaves. Três ou quatro se tanto. Mas poucas pessoas marcaram tanto minha vida como eles. Não pelo convívio, mas pelo exemplo. Depois de prestarem assinalados serviços ao Granbery, foram para o Rio Grande do Sul, donde, aliás, é natural o Rev. Derly, e ali continuaram a magnífica obra religiosa, educativa e humanitária que assinalou suas existências. Derly Chaves dedicou-se, também, à política, como deputado estadual e dirigiu por muitos anos o Museu Júlio de Castilhos, de Porto Alegre. Isto, sem falar em suas atividades eclesiais, para as quais contou sempre com a colaboração de sua admirável esposa, inclusive fora do País, pois Dona Otília representou o Brasil em numerosos congressos religiosos internacionais, contribuindo para que, pelo menos nas comunidades evangélicas, bem alto se elevasse o nome de nossa terra.

Passando, há pouco, despreocupadamente, por uma das ruas de Porto Alegre, nela deparei com um edifício que ostentava nome que tão de perto tocou o coração: "Lar Otília Chaves". Não sei de sua história, mas deve ter sido uma das últimas etapas de seu "Itinerário". Porque a última, ocorreu há poucos dias, com sua entrada na glória celestial a fim de receber o galardão prometido aos que perseguem a boa carreira e lutam o bom combate.

Aqui fica esta palavrinha de saúde de quem sempre a teve em seu coração apesar de tão poucas vezes a ter visto, mas cuja obra acompanhou com o maior carinho. Longa e abençoada vida de um dos seres humanos mais completos que me foi dado conhecer em minha também longa e abençoada existência. ( 11-5-1983 ).

#### 88. O VALIOSO DEPOIMENTO SOBRE A INVASÃO PARAGUAIA NO BRASIL

A Universidade de Caxias, no Rio Grande do Sul, em convênio com o Instituto Estadual do Livro e com a Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre, realizou há pouco notável empreendimento editorial, pondo ao alcance dos interessados um dos clássicos da literatura militar brasileira: a *Invasão Paraguaia na Fronteira Brasileira do Uruguai*, do cônego João Pedro Gay, obra editada pela primeira vez em 1867 pela Tipografia de J. Villeneuve, do Rio de Janeiro, tendo sido, antes, divulgada em capítulos pelo "Jornal do Comércio". Essa narrativa tem sido utilizada por todos os estudiosos e historiadores da Guerra do Paraguai, nacionais e estrangeiros. É fonte preciosa, sobretudo por provir de testemunha ocular da invasão de Estigarribia, com a conseqüente rendição de Uruguai, episódio de que já ocupei neste local, a propósito do livro do Conde d'Eu.

A obra do Cônego Gay mereceu reedição nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de 1921 a 1923, e vinte e cinco anos mais tarde o Coronel Sousa Docca, ilustre historiador militar, preparou uma nova edição, acrescentando-lhe diversos capítulos que correspondem a novo livro. Creio que esta edição Sousa Docca, que deveria ser publicada por Zélio Valverde, não chegou a sair. Mas foi integralmente aproveitada para a edição da Universidade de Caxias, que motivou esta nota.

José Honório Rodrigues e Abeillard Barreto referem-se a um novo texto da **Invasão Paraguaia**, revisto e acrescido pelo próprio autor e que permanece inédito no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Abeillard Barreto chega a afirmar que Sousa Docca não teve oportunidade de conhecer este texto revisto.

Sacerdote francês, naturalizado brasileiro, João Pedro Gay nasceu em 1815 e ordenou-se em 1840. Destinado a Montevidéu, onde chegou em 1842, logo no ano seguinte vinha para o Brasil, donde nunca mais saiu, vivendo no Rio Grande do Sul como vigário em Alegrete, São Borja e Uruguaiana, onde faleceu aos 10 de maio de 1891. Além da **Invasão Paraguaia**, deixou uma **História da República Jesuítica do Paraguai** (aliás, sua obra mais importante) e diversos outros escritos sobre a província gaúcha. Quando da invasão paraguaia em São Borja, o padre Gay teve sua propriedade saqueada e perdida toda a sua valiosa biblioteca e coleção de manuscritos. Refez pacientemente quase tudo quanto escrevera, podendo publicar as importantes obras que legou à posterioridade. Faz-se mister uma reedição da **História da República Jesuítica**, pois a única que se fez (1942) é hoje extremamente rara. (8-6-1983)

\*

## 89. A PROPÓSITO DE HISTÓRIA IBÉRICA

Durante muito tempo, existiu nos cursos de História dos institutos universitários brasileiros, a cadeira de História Ibérica. Ministrada no primeiro ano, servia de introdução ao estudo da História do Brasil e da América, que começava (aliás, ainda começa) no segundo ano. Sempre deu os melhores resultados, fornecendo aos estudantes razoável conhecimento da herança ibérica, que lhes permitia compreender melhor certos aspectos da evolução histórica das terras que os ibéricos descobriram, povoaram e colonizaram.

Infelizmente, a reforma de 1972, que minimizou consideravelmente o ensino da História e da Geografia em nossos cursos superiores, eliminou a História Ibérica do currículo obrigatório, embora alguns institutos universitários continuem mantendo a referida cadeira. A solução

que se encontrou, nas escolas em que ela foi extinta, foi dedicar alguns tópicos dos programas de História da América e História do Brasil a uma breve "introdução ibérica" que possa servir de embasamento aos estudos posteriores. Mas, posso afirmar que nem sempre isto ocorre, especialmente nos cursos noturnos, nos quais o número de aulas, necessariamente é sensivelmente reduzido e onde o tempo de que dispõe o estudante para freqüência a biblioteca é também reduzido, sem oportunidade a que ele possa expandir-se além do que é estritamente obrigatório.

Uma das dificuldades que o ensino de História Ibérica apresentava — e isto há que reconhecer-se — era a falta de livros especializados em nosso País. Tinha-se de recorrer a Portugal e Espanha, cujos livros, importados que eram, saíam, para os nossos estudantes e mesmo professores, por preços proibitivos. Quantos cursos de História terão em suas bibliotecas as clássicas obras de Vives ou Ballesteros, ou mesmo Domingos Afonso, Damião Peres ou Oliveira Martins ?

Esta rememoração dos bons tempos em que regia a cadeira de História Ibérica em nossa Universidade Católica, veio-me a propósito do recente livro do Dr. Jorge Antônio José, conhecido causídico em Campinas e em Serra Negra e, atualmente, integrante do legislativo campineiro. Narrando suas andanças por Portugal, dedicou todo o volume ao embasamento histórico da velha Península, numa esplêndida lição daquilo que, para mim, é o ponto central de toda a História Ibérica: mostrar a Península como área de superposição de culturas. Confesso mesmo: lecionasse ainda História Ibérica, poria seu livro nas mãos de todos os meus alunos. ( 22-6-1983. )

\*

## 90. RODRIGUES ALVES E AS FERROVIAS

Ao assumir a presidência do Estado de São Paulo para o período de 1900 a 1904 ( quadriênio que não chegou a completar por ter sido eleito para a presidência da República ), escreveu o Conselheiro Rodrigues Alves, em sua primeira mensagem, que a prosperidade do País dependia, antes de tudo, do desenvolvimento de nossa viação férrea e que seria a imigração de trabalhadores o mais seguro elemento para alcançá-la. E quanto aos transportes, referia-se particularmente a um plano então existente, que deveria interessar tanto à União quanto ao Estado, constituindo objeto das mais sérias preocupações dos poderes públicos: era a ligação por ferrovia de nosso Estado com os do Sul, por um lado, com os de Mato Grosso e Goiás, por outro, fazendo de São Paulo o centro de convergência da produção desses grandes territórios.

Rodrigues Alves fazia coro com os últimos presidentes paulistas do período imperial no seu entusiasmo pelas ferrovias. Originário do

Vale do Paraíba, sua família, embora sem desenraizar-se de Guaratinguetá, deslocou seus interesses agrícolas para a fértil zona então servida pela **Sorocabana** e pela **Paulista** ( Lençóis, Agudos, Piratininga... ) e nas palavras de sua mensagem dificilmente se pode separar o estadista do fazendeiro, um fazendeiro que, ao contrário dos demais do Vale do Paraíba, confiava na imigração e acreditava na estrada de ferro. Ao seu tempo, Agudos ( na **Sorocabana** ), Jaú e Jaboaticabal ( na **Paulista** ) e Orlândia ( na **Mojiana** ) eram os pontos extremos alcançados pelas ferrovias na conquista do interior. Fora desse balisamento, apenas alguns núcleos de povoamento em pleno sertão, como que à espera dos trilhos que, de fato, não demorariam a chegar.

Enquanto que a **Sorocabana** não passou de Bauru, a **Paulista** procurou captar, através de eficiente sistema de colonização, a extensa área no espigão entre o Peixe e o Aguapeí, e que veio a ser conhecida por **Alta Paulista**. O primeiro passo para este empreendimento foi o estabelecimento de uma povoação próxima a Agudos e Bauru, e que se denominou **Piratininga**, nome sugerido pelo engenheiro Adolfo Pinto, então um dos diretores da grande empresa ferroviária. Adolfo Pinto obteve do maior fazendeiro da região — o coronel Virgílio Rodrigues Alves, irmão do presidente da República e mais um exemplo de agricultor que se deslocou do Vale do Paraíba para a zona central do Estado — a doação da gleba necessária à fundação do povoado, bem como que a **Paulista** mandasse ali proceder aos necessários arruamentos e loteamentos. Em poucos anos a povoação estava formada, com centenas de casas e constituída em sede de município, desmembrado do de Agudos. E por muitos anos a pequenina Piratininga ostentou em sua rua principal o nome de **Coronel Virgílio**, o Rodrigues Alves que praticamente fundou a cidade.

Os fados não favoreceram a pequena Piratininga: outras cidades, fundadas mais adiante, suplantaram-na e, por outro lado, a proximidade de uma grande cidade como Bauru prejudicou-lhe o desenvolvimento. E como se não bastasse, a cidade que nasceu em função da ferrovia e foi praticamente criada por uma ferrovia, acabou ficando sem ela, deixando de ser servida por estrada de ferro em virtude de retificação do traçado da antiga **Paulista** ( 27-7-1983 ).

\*

\* \*

CAD - CENTRO DE APOIO DIDÁTICO  
DA FAU - PUCC

DOAÇÃO

RECEBIDO: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

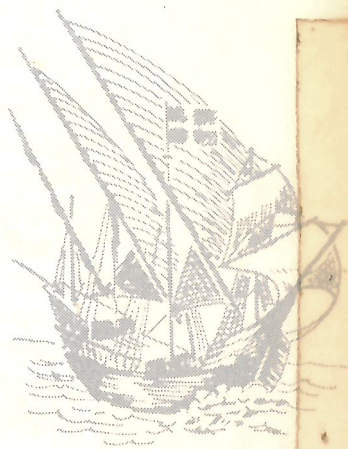
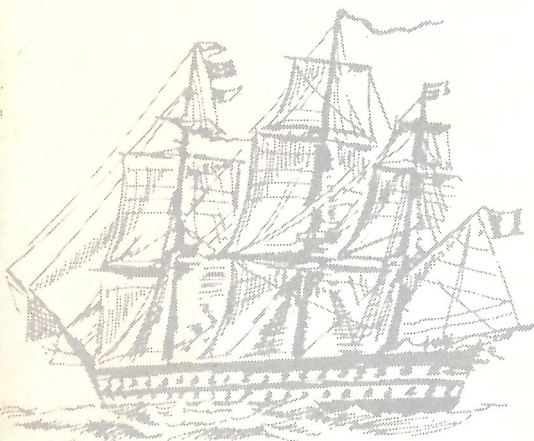
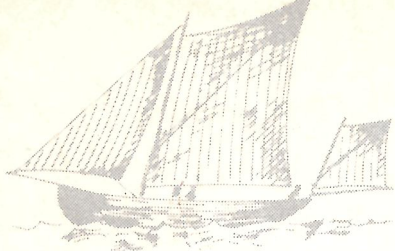
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- d) Colégio de Aplicação "Pio XII"



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

